

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO



A ciência nos selos postais comemorativos brasileiros: 1900-2000

DIEGO ANDRES SALCEDO

ORIENTADORA: Dra. ISALTINA M^a DE A. MELLO GOMES

FEVEREIRO 2010
RECIFE

DIEGO ANDRES SALCEDO



A ciência nos selos postais comemorativos brasileiros: 1900-2000

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Pernambuco como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Comunicação.

ORIENTADORA: Dra. Isaltina M^a de A. Mello Gomes.

FEVEREIRO 2010
RECIFE

Salcedo, Diego Andres

**A ciência nos selos postais comemorativos
brasileiros: 1900-2000 / Diego Andrés Salcedo. –
Recife: O Autor, 2010.**

164 folhas. : il., fig.

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal
de Pernambuco. CAC. Comunicação, 2010.**

Inclui bibliografia.

1. Comunicação na ciência. 2. Filatelia. I. Título.

**656.835
769.56**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
CAC2010-12**

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor do Trabalho: Diego Andres Salcedo

Título: "A ciência nos selos postais comemorativos brasileiros: 1900-2000".

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Pernambuco, sob a orientação da Professora Dra. Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes.

Banca Examinadora:



Isaltina Maria de Azevedo Mello Gomes



Karla Regina Macena Pereira Patriota



Maria Cristina Guimarães Oliveira

Recife, 22 de fevereiro de 2010.



Dedico este trabalho aos meus pais **Ignacio Salcedo** e **Antonia Lewinsky**, e aos meus irmãos **Gonzalo** e **Andréa Salcedo**. Pessoas que, verdadeiramente, estiveram ao meu lado qualquer que fosse minha escolha, qualquer que fosse a onda.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o registro documental de uma trajetória, de um caminho. Um passeio por entre as inevitáveis emoções e as análises à razão. Uma jornada formada, muito mais, por instantes curvilíneos do que por momentos lineares. Muito mais um começo do que um fim. Foi um caminho que se fez ao caminhar, no qual foram vivenciadas trocas, apelos, fugas, enfrentamentos, contemplações, sensações e tentativas de ordenação e sedimentação dos conhecimentos.

Para que o caminho fosse caminhado, para que a onda fosse surfada, da maneira que foi, muitas pessoas ajudaram, cada qual a sua forma, cedendo e oferecendo amor, carinho, atenção, olhar crítico, suor, energia, dinheiro, material de estudo, espaço físico, tecnologia e, por fim, tempo de vida. Portanto, o mínimo que pode ser feito aqui é o registro do nome de cada uma dessas pessoas.

A minha família, aqui e acolá, Ignacio, Antonia, Gonzalo e Andréa, que sempre garantiram a possibilidade de que a onda fosse surfada. O futuro que ainda não chegou já me deixa com saudades de vocês. Obrigado por tudo.

A Dra. Isaltina Mello Gomes, que acolheu minhas idéias sobre divulgação científica, as quais se transformaram em dois projetos de Iniciação Científica, financiados pela FACEPE e pelo CNPq, mas, para além de tudo isso, aceitou surfar, comigo, mais uma onda chamada Mestrado. Uma relação de amizade, respeito e carinho, sem dúvida alguma, *ad eternum*.

A Dra. Cristina Teixeira, Dra. Yvana Fechini e Dr. Paulo Cunha do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), pelas críticas construtivas e por acreditar que essa onda é digna de ser surfada.

Aos docentes do Departamento de Ciência da Informação (DCI/UFPE), em especial, Dra. Cristina Oliveira, Dr. Marcos Galindo, Dra. Gilda Verri e Dr. Fábio Mascarenhas.

Aos Docentes e Assistentes Administrativos do DCI/UFPE pelo apoio prestado durante a minha experiência enquanto professor substituto (2008-2010).

A Cláudia Badaró, José Carlos Gomes e Eluciane Diniz de Melo vinculados ao PPGCOM/UFPE e José Luiz Vieira, Paulo Figueiredo e Suzana Wanderley ligados ao DCI/UFPE.

A Dra. Vânia Fraga (UFPB) e família, Fábio Pedrosa, Breno Bezerra, Marcos Pereira, Marcos Cardoso e Adriana Santana pela sua amizade, carinho, ajudas das mais diversas e distintas e, sobretudo, pelos seus olhares e ouvidos atentos.

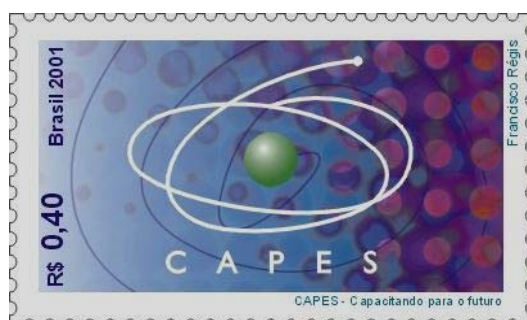
A Júlio Castro (Filatelia77), Maurício Prado (Associação Cultural FILACAP), Peter Meyer (Editora RHM), Cleber Coimbra (Associação Filatélica e Numismática de Brasília (AFNB), Regina Lucena e Lucia Milazzo (Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina (AFSC) e Grupo Virtual 'amigosdoselos'), pelos espaços oferecidos à publicação e discussão sobre os documentos filatélicos.

Ao Dr. Rafael Capurro (Stuttgart - Alemanha), Dr. Jack Child (American University - USA) e Dr. David Scott (Trinity College - Irlanda), renomados pesquisadores internacionais que me enviaram e sugeriram algumas de suas publicações, gratuitamente, para que minha visão sobre a pesquisa pudesse ser ampliada.

Ao Laboratório de Tecnologias de Informação "LIBER", no nome do Prof. Marcos Galindo e da Profa. Vildeane Borba, pela possibilidade de compartilhar conhecimento e avançar nos estudos.

A Universidade Federal de Pernambuco por oferecer o ambiente propício à emancipação do meu intelecto.

À CAPES pela bolsa de Mestrado durante o ano letivo 2009.





Toda imagem conta uma História.
(BURKE, 2004, p. 175)

A imagem não é exata!
(BAUDRILLARD, 1985, p. 8)

*As imagens, assim como as palavras
são a matéria de que somos feitos*
(MANGUEL, 2003, p. 21)

Arriscar o impossível.
(ZIZEK; DALY, 2006)

‘POESIA FILATÉLICA’, DE ALUÍSIO DE AZEVEDO

Pedistes selos? Pois selos
Tereis o que apetecerdes,
Encarnados, amarelos,
Azuis, roxos e verdes;

Tê-los-eis grandes, pequenos,
A faltar postos à escolha
Uns melhores, outros menos,
Uns velhos, outros em folha.

Mandar prefiro os antigos,
De velhos, cansados povos,
Pois os selos, como amigos,
Mais valem velhos que novos.

Tê-los-eis dos mais legítimos
Desde o tempo dos Henriques,
Em réis, centavos, cêntimos
Em shilings e peniques.

Tê-los-eis com vários bustos.
Tê-los-eis de vários anos,
De imperadores vetustos
E chefes republicanos.

Tê-los-eis de vários gostos
Firmados em línguas várias,
Mostrando diversos rostos
De personagens lendárias.

Rostos de moços e velhos,
Que humildes povos incensam,
E de importantes fedelhos
que já reinam e ainda não pensam;

De rainhas primitivas
Que a nós só constam da História
E de outras que estão bem vivas,
Como a grande Rainha Vitória;

De Colombo e sua roda,
De Santo Antônio e do Papa,
Pois, depois que o selo é moda
Já ninguém do selo escapa.

Apesar receio, amigo,
Que à força de mandar selos,
Fique eu doido e vós comigo
À força de recebê-los.

RESUMO

Este trabalho investiga a difusão de ciência por meio dos selos postais comemorativos brasileiros emitidos no século XX. Guiado por pressupostos teórico-metodológicos da Comunicação e da Divulgação Científica e da Linguagem, com ênfase no gênero discursivo, foi possível verificar como os selos postais contribuem e participam do domínio discursivo científico. Também foram explorados os debates sobre a ciência e a tecnologia, seus valores histórico-conceituais e as suas representações. A revisão bibliográfica permitiu compreender, sob uma visão histórico-social, as características da produção, distribuição e circulação desse artefato, além da determinação de seus elementos constitutivos. Na investigação, foram identificados 2354 selos postais comemorativos nos Catálogos RHM e Scott, emitidos pelo Estado brasileiro entre 1900 e 2000. Desse universo, 104 selos formaram o *corpus* ampliado, a partir de uma proposta de categorização dos seus elementos verbo-visuais. Por fim, quatro selos constituíram o *corpus* restrito, sobre os quais foi feita uma leitura crítico-metodológica. A pesquisa possibilitou constatar que o selo postal, assim como outros *media*, difunde ciência e contribui na construção de uma cultura científica e indicar critérios teóricos e técnicos rumo ao estatuto do selo postal.

Palavras-chave: Ciência, Coleções, Discurso, Difusão Científica, Selo Postal, Tecnologia.

ABSTRACT

Guided by theoretical and methodological principles of Communication, Science Communication and Language, with emphasis on discursive genres, it was possible to verify how the stamps contribute and participate in the domain of scientific discourse. It was also explored the debates about science and technology, its historical and conceptual values and their representations. The bibliographic review allowed the comprehension, through a historical and social view, about the characteristics of the production, distribution and circulation of this artifact, in addition to the determination of its constitutive elements. In the research 2354 commemorative postage stamps, issued by the Brazilian state between 1900 and 2000, were identified through both the RHM and Scott Catalogs. From this universe, 104 stamps formed the expanded sample, based in a proposed categorization of its verbal and pictorial elements. Finally, four stamps composed the restricted sample, in which was made a critical and methodological analysis. The research found that the postage stamp, as well as other media, disseminates science and contributes to the construction of a scientific culture, in addition to an indication of theoretical and technical criterias of the postage stamp status.

Keywords: Collections, Discourse, Postage Stamp, Science, Science Difusion, Technology.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Relação entre o <i>corpus ampliado</i> e as quatro categorias	122
Gráfico 2 - Quantidade de selos emitidos (<i>corpus ampliado</i>) por décadas	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Relação entre a ciência e a tecnologia num escopo cronológico	29
Quadro 2 - "Reforma Postal" na Europa por volta de 1840	78
Quadro 3 - Alguns elementos verbo-visuais dos primeiros selos postais	81
Quadro 4 - Informações sobre o Correio Luso-Brasileiro até 1843	87
Quadro 5 - Autores e aparatos teórico-metodológicos para análise de imagens	128

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Variação financeira de selos postais portugueses: 1953 => 1973	115
Tabela 2 - Variação financeira nossa de selos postais brasileiros: 1998 => 2008	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ação dialética de comunicação do selo postal	52
Figura 2 - Comunicação por correspondência na Antiguidade	66
Figura 3 - Carta faraônica	66
Figura 4 - Carta do Corso (1890)	70
Figura 5 - 1º Cartão Postal (1869)	71
Figura 6 - Fotografia de Sir Rowland Hill	79
Figura 7 - O <i>Penny Black</i> da Inglaterra. 1º selo postal adesivo	80
Figura 8 - O <i>Penny Red</i> da Inglaterra com carimbo preto (1841)	82
Figura 9 - <i>Cantão de Genebra</i> 5c	83
Figura 10 - <i>Cantão de Genebra</i> Dupla 10c	83
Figura 11 - O selo postal suíço <i>Pomba da Basileia</i> de 2c	84
Figura 12 - O selo postal suíço <i>Vaud</i> de 4c	84
Figura 13 - <i>Cantão de Zurique</i> , Suíça, 6 rappen	85
Figura 14 - <i>Olho-de-Boi</i> , brasileiro, 30 Réis	85
Figura 15 - <i>Olho-de-Boi</i> , de 30, 60 e 90 Réis. 1º selo postal brasileiro (1843)	90
Figura 16 - <i>Inclinado</i> de 90 Réis (1844)	90
Figura 17 - <i>Vertical</i> ou <i>Olho-de-Cabra</i> de 20 Réis (1850)	91
Figura 18 - <i>Colorido</i> ou <i>Olho-de-Gato</i> (1854). 1º selo postal colorido brasileiro	91
Figura 19 - <i>Dom Pedro II</i> ou <i>Barba Escura</i> (1866)	92
Figura 20 - <i>Dom Pedro II</i> ou <i>Percê</i> , 20 Réis (1876)	92
Figura 21 - <i>Dom Pedro II</i> ou <i>Percê Barba Branca</i> , 1.000 Réis (1877)	92
Figura 22 - <i>Dom Pedro II</i> ou <i>Auriverde</i> (1878). 1º selo postal bicolorido brasileiro	92
Figura 23 - Selo alemão com sobrecarga polonesa	99
Figura 24 - Detalhe da sobrecarga polonesa	99
Figura 25 - 1º selo comemorativo (1891)	103
Figura 26 - Primeiros selos comemorativos brasileiros (1900)	105
Figura 27 - Anverso e Verso de uma mesma Quadra do Selo C25 (1930)	107
Figura 28 - Exemplo de filigrana 'M', Cruz de Cristo, num selo postal brasileiro	108
Figura 29 - Tipos de denteação do selo postal	108
Figura 30 - Exemplo de edital filatélico brasileiro (1977)	112
Figura 31 - Regime de Informação do Selo Postal	116

LISTA DE ABREVIATURAS

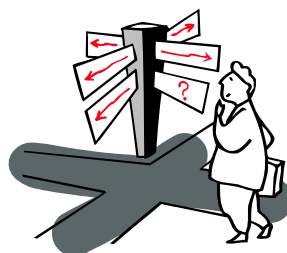
ABCF - Associação Brasileira de Comerciantes Filatélicos
ABRAJOF - Associação Brasileira de Jornalistas Filatélicos
AD - Análise do Discurso
AFNB - Associação Filatélica e Numismática de Brasília
AFSC - Associação Filatélica e Numismática de Santa Catarina
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CFN - Comissão Filatélica Nacional
CMB - Casa da Moeda do Brasil
CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
C&T - Ciência e Tecnologia
DCI - Departamento de Ciência da Informação
DFIP - Departamento de Filatelia e Produtos dos Correios
DOU - Diário Oficial da União
ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
E.P.D. - Envelope de Primeiro Dia de Circulação
E.T.A. - Empresa de Transportes Aéreos Ltda.
FACEPE - Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco
FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FEBRAF - Federação Brasileira de Filatelia
FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos
FIP - Federação Internacional de Filatelia
IC - Imagem científica
ITC - Imagem tecnocientífica
IT - Imagem tecnológica
MC - Ministério das Comunicações
MCT – Ministério da Ciência e Tecnologia
ONU - Organização das Nações Unidas
PPGCOM - Programa de Pós-Graduação em Comunicação
RHM - Rolf Harald Meyer
UPAEP - União Postal das Américas, Espanha e Portugal
UPU - União Postal Universal
UFPB - Universidade Federal da Paraíba
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

1 MEUS CAMINHOS	14
2 UMA DIREÇÃO - <i>Ciência e Tecnologia</i>	18
2.1 Breve análise sobre a ciência e a tecnologia	27
2.2 Representações da ciência e da tecnologia	33
3 OUTRA DIREÇÃO - <i>Comunicação e Discurso</i>	46
3.1 O texto e o selo: uma leitura com Bakhtin	53
4 PRIMEIRA PARADA - <i>O selo postal</i>	62
4.1 As causas: nasce o selo postal na Europa	75
4.2 Os efeitos: surge o selo postal no Brasil	86
4.3 A integração: emerge o selo postal comemorativo	98
4.4 Implicações iniciais para um estatuto do selo postal	106
5 O MEU OLHAR - <i>O conteúdo científico em selos postais</i>	119
5.1 Um olhar amplo	121
5.2 Um olhar atento	127
5.2.1 Primeiro Olhar - <i>Símbolos</i>	131
5.2.2 Segundo Olhar - <i>Cientistas</i>	135
5.2.3 Terceiro Olhar - <i>Encontros</i>	138
5.2.4 Quarto Olhar - <i>Instituições</i>	139
6 O DESCANSO	142
REFERÊNCIAS	145
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES	156
ANEXOS	160



1 MEUS CAMINHOS



Selo postal¹, um artefato ordinário. Ciência, um empreendimento humano. Esta Dissertação é o entrecruzamento de dois caminhos. Um deles, diz respeito à minha relação afetiva com o selo postal. Relação iniciada na minha infância, ao descobrir uma série de artefatos numa grande caixa, dentro dos armários, no quarto dos meus pais. Nessa época eu tinha 9 anos e já morava no Brasil. Pela primeira vez, tinha eu conhecido de perto uma coleção de selos postais, cartões postais, fotografias e correspondências. Essa neófito beleza, visual e documental, me impeliu a, praticamente, carregar a caixa para o meu quarto, de onde nunca mais saiu.

O outro caminho perpassa pela esfera do ambiente acadêmico. Lugar de amizades eternas, de emancipação do intelecto, espaço de desafios cotidianos e de distanciamentos e aproximações. Um âmbito inesgotavelmente burocrático. Foi na Universidade Federal de Pernambuco que me graduei em Biblioteconomia, no Departamento de Ciência da Informação. Também, foi ali que me apresentei a Profa. Isaltina Mello Gomes, com a qual estudei, refleti e debati assuntos relacionados às teorias e práticas da divulgação científica.

Como sintetizar dois caminhos, tão interconectados, que já existem há mais de duas décadas? Penso que não tenho como escapar do risco dos ditos simplificadores, que tentam, em vão, tudo dizer. Hoje estou ciente que posso escrever, apenas, guiado por determinadas regras discursivas. Estou no campo discursivo escolástico e, assim, tenho uma determinada posição a ser assumida. Logo, tenho limites a respeitar.

Pois bem, este documento acadêmico tem o intuito de conduzir os leitores por um labirinto que exige um olhar respeitoso e ético para enfrentar e aceitar as necessárias simplificações. Por meio das indicações aos originais bibliográficos

¹ Os selos postais que constituem os Elementos Pré-Textuais, desta Dissertação, são artefatos que enriquecem visualmente a leitura. Cada um deles foi escolhido por ter uma relação direta com a parte em que foi inserido.

consegui um melhor controle das assertivas. Muitos dos documentos primários utilizados me concederam a oportunidade de ver além do que “estar de pé sobre ombros de gigantes”. Eu vi *em*.

Percebo ao escrever esta Introdução que apenas dei um passo inicial com relação ao caminho que pretendo seguir. Uma estrada não linear, preenchida por inúmeros desvios, alguns ainda de barro, outros já pavimentados. O que me sobra na práxis do colecionismo e no afeto imortal para com a minha coleção me falta em quantidade e qualidade de reflexão teórica, uma base imprescindível para caminhar com a cabeça erguida.

A despeito da incontável quantidade de escritos sobre o selo postal fora do ambiente escolástico, pouquíssima dedicação lhe foi dada pelos corpos intelectuais das academias, principalmente nos espaços da pós-graduação no Brasil. Um problema de visão? Pode ser. As reflexões e os debates sobre a epistemologia da comunicação e as culturas dos media estão presos ao mundo das imagens técnicas, às culturas da visualidade técnica atual. Nada contra. Mas, talvez ainda esteja em tempo de olhar atentamente às possibilidades de significação, narração e sentido possíveis no artefato não-técnico.

Sendo assim, ofereço-lhes o selo postal e o meu olhar. Discorrer sobre as características dos elementos verbo-visuais, que nomeei provisoriamente de *frase-motivo* e *imagem-motivo*,² para poder afirmar que o selo postal difunde ciência e participa, também, enquanto gênero discursivo, no campo do discurso científico, é uma pequena lacuna que este trabalho vem preencher. Uma abordagem muito específica e que associa discursos do campo da ciência com o campo das coleções particulares.

Olhar o selo postal, por repetidas vezes, com respeito e ética. Perceber em cada artefato uma possível arqueologia do documento. Estudar sua origem documental, mas, também, as práticas discursivas que o fazem ser o que é, em

² Neste estudo, criamos duas expressões: *frase-motivo* e *imagem-motivo*. A primeira pode ser entendida como um tipo de ‘legenda’. Em certa medida, a *frase-motivo* tem o papel de direcionar a leitura. Por vezes como explicação ou comentário, ou ainda como título. Se o leitor utilizar unicamente a *frase-motivo* como indicação temática de um selo, o seu olhar poderá ser bastante reduzido, não deixando emergir outras ‘verdades’ que constituem a *imagem-motivo*. Por sua vez, a *imagem-motivo* pode ser entendida como um tipo de ‘ilustração’. Pensamos que é nela que está a maior parte do que podemos chamar de ‘poder comunicativo’. O que primeiro salta aos olhos é ela. Depois vem a *frase-motivo*. A própria limitação linguística da *frase-motivo*, que apenas pode ser escrita em uma única língua, passa, automaticamente, todo o poder de comunicação à *imagem-motivo*, em que pese a relação entre os elementos lineares e pictóricos.

determinado momento histórico. Perguntar o que ele tem a dizer. Tocar e aceitar a sua tessitura. Tudo isso são formas interligadas de conhecer a imagem. Não, unicamente, a do selo postal em si, mas aquela que me traz conhecimento, me diz algo sobre o mundo, sobre os Outros, sobre aquilo que não está sendo dito e sobre mim. Olho a efeméride, o fato, o fragmento e vejo, às vezes, um passado com os olhos de hoje. É meu direito. Mas sem esquecer os limites de onde estou e falo, é, também, o meu dever.

Este estudo sugere olhar os selos postais comemorativos brasileiros emitidos no século XX. Analisa de que forma os elementos verbo-visuais contribuem à comunicação do saber científico. Explicita uma ideologia científica que o Estado difunde aos seus interlocutores. Para tanto, fui guiado por alguns conceitos teórico-metodológicos da Comunicação, da Linguagem e da Divulgação científica.

Explorei alguns pontos que me pareciam justificar adequadamente o projeto proposto. Por ser um primeiro estudo, no âmbito de uma Pós-Graduação em Comunicação, no Brasil, sobre e com o selo postal, há um grande número de notas de rodapé. Pensei ser necessário destrinchar ao máximo alguns termos técnicos, muito utilizados no discurso de colecionadores e comerciantes, mas desconhecidos na academia.

A leitura e reflexão teórica que dão corpo a este documento tiveram origem nas áreas da Comunicação e Divulgação científica e Linguagem. De forma ininterrupta alimentam as minhas inquietações e possibilitam uma análise mais aprofundada do artefato, suas relações documentais, monumentais e seus múltiplos significados. Tais reflexões, aliadas aos anos de contato direto com o selo postal, estão aqui reunidas a partir do entrecruzamento de algumas direções que, assim, estão dispostos.

Uma direção foi considerar a Ciência e a Tecnologia, a partir de seu caráter polissêmico e explorando, mesmo que de maneira breve, como esses conceitos se relacionam e como constituem numa práxis comunicacional científica. Terminada essa trajetória, uma outra direção era necessária para estabelecer os pressupostos fundamentais à compreensão da natureza do selo postal.

Propor o selo postal enquanto um texto. Talvez essa proposta bastasse ao propósito do debate. No entanto, quando fiz a escolha de me posicionar neste lugar de fala, espaço em que o conceito *discurso* tangencia áreas como a Linguística e a Comunicação não deveria prescindir de um outro importante estudioso do sujeito, da

linguagem e das relações sociais. Assim escolhi dar uma atenção especial a Mikhail Bakhtin. Com isso, completamos a caminhada nessa direção, abordando conceitos como *comunicação, linguagem, discurso, gênero discursivo e texto*.

Nesse momento foi necessário fazer uma parada. Foi o momento de olhar para o selo e propor uma arqueologia desse artefato. Essa parada estratégica explorou a etimologia do termo *selo*, o surgimento do sistema de correios e sua implicação social, as descontinuidades desse sistema e os jogos de poder lhe são inerentes. Buscou entender as causas que criaram as condições para o surgimento do porteamento de correspondências, resultando, por sua vez, na criação do selo postal adesivo. Como isso pode ter sido uma das causas do advento do selo postal brasileiro, além de, por meio de um feixe de relações históricas particulares, fez emergir o selo postal comemorativo brasileiro e como ele repercutiu, criando as condições da prática do colecionismo filatélico brasileiro. Por fim, essa parada estratégica culmina com um olhar escrutinador sobre o próprio selo postal, buscando determinar os seus elementos constitutivos.

O próximo passo apresentará os procedimentos de identificação e categorização do *corpus* ampliado e a análise detalhada do *corpus* restrito, especificamente, tratando com alguns poucos exemplares, posto que, eles representam um padrão de recorrência que permite analisar uma pequena amostra. É nessa etapa do trabalho que ocorre um delicado processo de interpretação. Se aceito rápido demais o que vejo posso cometer deslizos. É provável que os cometa. Mas isso constitui a interpretação, ainda mais quando vou tentar ver para além do que está na superfície textual do selo postal. Por fim, descansarei dessa caminhada, mas sem deixar de fazer algumas reflexões, retomando, por vezes, alguns aspectos anteriormente citados, tentando sintetizar duas décadas de vida em algumas, provisórias, conclusões.



Emissão de Portugal (2009)
Coleção do autor

2 UMA DIREÇÃO - *Ciência e Tecnologia*

Se uma das direções escolhidas foi considerar a Ciência e a Tecnologia (C&T)³ então precisamos explicar como as entendemos. Parece que são, ao mesmo tempo, conceito e prática, atributo discursivo e, segundo Medawar (2008, p. 10) “empreendimento humano”. Têm um caráter polissêmico a ponto de ser, historicamente, alvo de tempestuosos debates escolásticos.

De forma alguma temos a pretensão ou a ingenuidade de discorrer sobre essa direção no intuito de esgotar a multiplicidade de leituras e interpretações. Buscamos, apenas, nos situar com relação aos debates com o objetivo de andar numa direção que ofereça os alicerces necessários à construção do nosso caminho.

A estreita relação entre a Ciência e a Tecnologia é tema das agendas políticas e econômicas da grande maioria dos países. Relação tão complexa que acarretou o surgimento dos neologismos *tecnociências* ou *sóciotecnocientíficas*. Parece ser consenso que os produtos resultantes das práticas científicas e tecnológicas são, ao mesmo tempo, as glórias e as indigências de nosso tempo. Destarte, essa relação tem gerado amplos debates e pontos de vista variados. Não poderia ser de outra forma.

No Brasil, até os dias de hoje, a relação entre a ciência e a tecnologia ainda parece ser mal compreendida, estranha e distante do imaginário social. Realidade que não podemos atribuir aos privilegiados que compartilham do âmbito escolástico. Motoyama (2004, p. 17), acredita que por C&T

serem engrenagens essenciais do processo de desenvolvimento econômico e social da atualidade, bem ou mal, elas habitam o nosso cotidiano sem, no entanto, tornar-se parte de nossa cultura mais geral. Pior: no seio da população brasileira, corre solta a lenda de que as atividades de C&T não são para nós, mas dos outros, dos estrangeiros, dos naturais do Hemisfério Norte, abençoados pelo pensamento científico e pela habilidade tecnológica.

Para além dessa reflexão, o autor pondera que “a ciência se constitui em aventura palpitante com o objetivo de desvendar o desconhecido [...], a tecnologia é o expediente mais eficaz para solucionar impasses e problemas” e pergunta:

³ Utilizaremos a abreviatura *C&T*, para designar a expressão *Ciência e Tecnologia*.

“...quem disse que o processo histórico vivido pelo país nada tem a ver com a pesquisa científica e tecnológica”?

Assim também pondera Izquierdo (2005, p. 114) quando afirma que “o desinteresse e desconhecimento da população brasileira sobre a ciência e a tecnologia causa um empecilho para o seu desenvolvimento e redução de sua independência econômica”. Além disso, o autor (2005, p. 114) acredita que existe uma forma de preconceito arraigada na sociedade brasileira ao comentar que “o Brasil conhece pouco sobre ciência porque há uma crença de que isto é ‘coisa de primeiro mundo’ e ignora-se a realizada no país”.

De fato, esses autores não estão completamente equivocados. Não foi no Brasil ou, ainda, na América Latina que ocorreu a formação do pensamento científico moderno nos séculos XVI e XVII, que desestruturou as culturas medievais acarretando a emergência da burguesia, do capitalismo e do que Rosa (2005, p. 38) chama de “Primeira Revolução Científica”. Tampouco foi aqui que ocorreu a Revolução Industrial no século XVIII, ou a “Revolução tecnocientífica do século XIX”, como afirma ROSA (2005, p. 38). Da mesma maneira, não foi nas terras brasileiras que surgiram as transformações do pensamento científico do século XX. No entanto, no Brasil, existiram momentos de práticas científicas e tecnológicas, aqui e acolá, de forma tímida e isolada, mas presente e manifestada como explica Motoyama (2004, p. 18):

Criada e plasmada dentro de uma tradição colonial e de dependência, agravada pela economia baseada no regime escravocrata, a cultura brasileira moldou-se no âmbito do retórico e do literário, não se ocupando muito das coisas de C&T. Já que o trabalho e a técnica eram atribuições de escravos, a elite nacional desprezava as atividades manuais [...]. Contudo isso não significa que não tenha havido em nossas terras manifestações brilhantes de aptidão técnica e gênio científico [...]. Bartolomeu de Gusmão inventando o aeróstato no século XVIII, José Bonifácio de Andrada e Silva, realizando investigações científicas reconhecidas internacionalmente na área de mineralogia no século XIX, do padre Roberto Landell de Moura patenteando o rádio no alvorecer do século XX.

Sendo assim, percebemos que identificar, descrever e analisar as semelhanças e dessemelhanças entre a ciência e a tecnologia, tanto com relação aos aspectos qualitativos, quanto aos quantitativos, envolve inúmeras variáveis partícipes de complexos processos históricos. Não obstante, a ciência e a tecnologia

são socialmente essenciais e, também, apenas duas das variáveis que constituem a cultura humana.

Se levarmos em consideração as palavras de Resende (2005, p. 6), o qual afirma que

o desenvolvimento social e econômico de uma nação está fortemente vinculado ao progresso científico e tecnológico e à situação da educação da população. O conhecimento em ciência e tecnologia é, hoje, um dos principais instrumentos de superação das desigualdades...,

e as reflexões de Haddad (2005, p. 11), ao enfatizar que

se é preciso fomentar e investir no desenvolvimento científico e tecnológico, também é indispensável democratizar e direcionar a ciência e a tecnologia para o atendimento das demandas locais, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades regionais e sociais do país, o que demanda uma ação sistêmica na educação, com políticas de acesso e qualidade em todos os níveis e modalidades de ensino, da alfabetização à pós-graduação [...]. A educação é o alicerce para a inclusão social, geração de trabalho e renda e para o desenvolvimento científico e tecnológico do país.

Então, não basta aceitar as controvérsias sobre a C&T. É necessário analisar essas dicotomias de maneira abrangente e multissetorial, com enfoques interdisciplinares capazes de articular dimensões múltiplas, sejam elas no campo da educação, da economia ou da política, sejam elas no contexto regional, nacional e internacional, ou fundamentadas sob a articulação da teoria com a prática.

Ou seja, se tomarmos o que foi explanado como premissa básica devemos perceber a C&T enquanto objeto cultural. Também, como uma forma de instituição de significados e de produção, controle e distribuição social de bens simbólicos.

Conforme Marteleto (1995, p. 1),

essa construção não é arbitrária. Ela só se torna possível pelas realidades sócio-históricas, ou seja, pela consideração não apenas dos sujeitos, suas práticas e representações, mas ainda das estruturas e situações em que se encontram envolvidos. E trata de estudar e entender o modo de funcionamento de uma cultura informacional.

Por outro lado, vale ressaltar que esse discurso político-institucional, sobre modelos de inclusão social, tem seus críticos. Segundo Demo (2005, p. 36)

É isto inclusão social? Facilmente aceitamos como inclusão social a inclusão na margem. Os pobres estão dentro, mas dentro lá na margem, quase caindo fora do sistema. Continuam marginalizados. O que mudou foi a maquiagem da pobreza. Alguns falam de política social [...] para indicar que, em vez de os programas construírem condições emancipatórias, bastam-se com repasse de restos e isto favorece, ao final, os donos do poder.

Os debates também devem considerar que a C&T faz parte de realidades culturalmente e socialmente construídas, admitindo as múltiplas e variadas interdependências implicadas nessa consideração. Afirmamos isso, pois cremos que ela constitui parte da simbolização do humano sobre a realidade.

De fato, nossa assertiva está ancorada na idéia de Habermas (2006, p. 45) de que “na medida em que a técnica e a ciência pervadem as esferas institucionais da sociedade, transformam assim as próprias instituições”. Assim, é adequado dizer que além de existir uma vinculação entre a C&T e o progresso social, também, esse progresso é diretamente dependente da institucionalização da C&T enquanto prática humana.

Ao afirmarmos isso, então, estamos assumindo uma postura de politização da C&T. A sua articulação com a sociedade ocorre por múltiplos canais, diversos e distintos meios e em dupla via de comunicação. No Brasil, um excelente exemplo disso está registrado num compêndio de entrevistas dadas por Renato Archer, publicadas no livro que leva seu nome⁴.

Como afirma Rocha Filho e Garcia (2006, p. 18), “Renato Archer é, possivelmente, o único político brasileiro cuja trajetória foi marcada, desde os primeiros momentos, pela atuação na área de ciência e de tecnologia, articulando políticas e participando ativamente de sua administração institucional”. A história desse cidadão brasileiro, se confunde com a própria história científica e tecnológica do Brasil, passando tanto pela aprovação do Projeto de Lei para a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), quanto pela criação do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), dentre tantos outros feitos.

Outro exemplo que evidencia a vinculação da C&T com os processos sócio-históricos é o livro organizado pelo Dr. Shozo Motoyama, financiado pela Fundação

⁴ Rocha Filho e Garcia (2006).

de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). A obra intitulada, *Prelúdio para uma História: ciência e tecnologia no Brasil*,⁵ foi o resultado de uma extensa pesquisa em que foram destacados

os principais feitos, realizações, nomes e momentos da ciência e da tecnologia no Brasil, articulados com a conjuntura social, econômica, política e cultural da época [...]. Simultaneamente, ao se pensar a história, faz-se uma reflexão sobre a política científica e tecnológica do país em diferentes momentos (LANDI, 2004, p. 13).

Ainda, no cerne daqueles debates, é preciso encarar a C&T, também, como uma prática social embebida na superestrutura cultural, ou como afirma Rosa (2005, p. 16):

a ciência é influenciada pelo contexto social em que nasce e se desenvolve, de onde se nutre com os meios materiais e institucionais de que necessita e com a motivação intelectual e ética dos cientistas, tanto quanto com a demanda tecnológica e econômica pela aplicação de seus resultados e inovação [...]. A ciência em outro sentido influi neste contexto social, seus resultados são apropriados pela sociedade, mas de modo diferenciado pelas diversas classes sociais, predominando o interesse da classe dominante de cada época. O veículo mais comum desta apropriação é, em geral, a aplicação tecnológica. Entretanto, a ciência influi também, na visão de mundo dominante e é influenciada por esta, seja exportando seus paradigmas para outras áreas do saber e da prática, seja incorporando idéias destes outros campos e legitimando ideologias.

Essa proposta teórica, constituída de uma faceta claramente social e, portanto, pertinente aos estudos sociológicos de C&T, encontra subsídio nas sugestões de Chrétien (1994, 78) ao afirmar que “a ciência não goza de nenhuma extraterritorialidade com relação à sociedade que a produz e a usa. Ela é uma entre outras atividades sociais, integrada ao funcionamento e ao equilíbrio da vida coletiva”. Além disso, o autor (1994, p.79) afirma que

...as pesquisas não são atividades puramente espirituais e desencarnadas, elas se inserem nas estruturas de financiamento e difusão, moldam-se nas formas da divisão do trabalho e da competição, curvam-se às normas de controle e produtividade, entram em concorrência e em relação com as outras atividades sociais, técnicas, econômicas, políticas, culturais, etc.

⁵ Motoyama (2004).

Estudar a C&T envolve, além disso, assumir sua função de variável constituída e constituinte de um sistema complexo e globalizado. Variáveis ramificadas em superfícies não lineares de espaço-tempo, partícipes de rupturas histórico-revolucionárias. Se, a partir disso, entendermos o que disse Nietzsche (1988, p. 47) “a ciência é a humanização das coisas”, então temos que a ciência e a tecnologia podem ser identificadas como atividades humanas distintas e desconexas em alguns períodos históricos, mas enquanto práticas indissociáveis em outros.

Nesse sentido, e apesar de Cassirer ter proposto, em meados do século XX, que C&T é parte simbólica de uma ou várias construções culturais, Thuillier (1990, p. 7, *apud*, MORAIS, 2007, p. 26), considera ignorada a discussão sobre a ciência enquanto parte de uma cultura construída socialmente, e afirma que “estudar ‘ciência’ como uma realidade cultural é tratar de aprender sua complexidade”.

É baseada na visão de que a C&T tem na cultura e na modernidade eixos condutores à sua análise que, por exemplo, foi criada a linha de pesquisa *Ciência e Cultura na História*, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História, na Universidade Federal de Minas Gerais, em meados do ano 2000. Nesse programa é defendida a visão de que “o papel da ciência e da tecnologia no domínio e transformação da natureza engendrou transformações econômicas, sociais, políticas e culturais que modificaram o ‘tempo novo’ de forma indelével”, portanto, os pesquisadores desse programa abordam “a problemática ciência e modernidade entendendo a ciência enquanto produto cultural” (PROGRAMA..., 2007, informação eletrônica).

Decerto, tudo isso que foi explorado até o momento se transforma numa contenda que alcança, particularmente, os espaços escolásticos e as escolas de pensamento. Ultrapassa os limites das instituições sociais, perpassa as mídias (mas não antes sem ramificar-se nas formações e estratégias discursivas), e encontra lugar nas distintas esferas sociais, sejam elas públicas ou privadas.

Ao passar pela esfera acadêmica, a discussão sobre a C&T se transforma em subsídio teórico e ganha atributos de neutralidade ou causalidade. Nesse sentido Alberguini (2007, p. 54) enfatiza que

Ao longo do tempo, tem havido grande dificuldade, por parte de pensadores, em definir o conceito de Ciência e de conhecimento científico. Não há unanimidade entre os autores sobre a concepção de Ciência e esta muda com o próprio desenvolvimento da Ciência.

Os Estudos Sociais da Ciência (ESC) reúnem uma gama de disciplinas que, de formas distintas, tentam dar explicações sobre o “fazer científico”. Diferentes concepções do que é Ciência têm sido oferecidas pelas grandes matrizes disciplinares que tratam do assunto: a Filosofia da Ciência, a História, a Sociologia do Conhecimento e a Sociologia da Ciência. As diferenças de posicionamentos levam em conta o valor que é dado à Ciência enquanto produção de conhecimento.

Nós defendemos que existe uma articulação de causalidade entre a C&T e as decisões político-econômicas. Mesmo assim, permanecem questionamentos de cunho filosófico, por exemplo: ao definirmos a C&T e considerando os percursos que fez, até que ponto podemos afirmar, com exatidão, que sofreu influência dos processos sócio-históricos ou, por outro lado, que caminha autonomamente? Decerto, não parece adequado reduzir a trajetória histórica da C&T a, apenas, uma sucessão de idéias, pessoas ou datas desconectadas da realidade construída.

Como mencionamos no início deste capítulo, pensamos que podemos nos posicionar com relação aos debates sobre C&T de forma que possibilite criar subsídios para o nosso estudo. Sendo assim, destacaremos três aspectos que podem auxiliar no entendimento desses debates sobre a C&T e situar o nosso posicionamento.

Consideraremos, inicialmente, que a C&T está culturalmente imbricada no sistema capitalista *mundializado*⁶. Castells (2002, p. 51) mostra isso quando estudou o

surgimento de uma nova estrutura social, manifestada sob várias formas conforme a diversidade de culturas e instituições em todo o planeta. Essa nova estrutura social está associada ao surgimento de um novo modo de desenvolvimento, o informacionalismo, historicamente moldado pela reestruturação do modo capitalista de produção, no final do século XX.

As práticas de produção, distribuição e consumo de bens e serviços, além dos modelos educacionais, são constantemente permeados por culturas tecnocientíficas e estão baseadas, do ponto de vista histórico, em nexos mercantilistas eurocêntricos que remontam aos séculos XVI e XVII. Nesse sentido argumenta Dupas (2001, p. 100), “o capitalismo global caracteriza-se por ter na inovação tecnológica um instrumento de acumulação em nível e qualidade infinitamente superiores aos

⁶ Conceito extraído de Mattelart (2005).

experimentados em suas fases anteriores”. Esse sistema interpreta os significados, as aplicações e o somatório de conhecimentos dessas culturas, além de apropriar-se delas para sua própria reprodução.

A rigor, a tecnologia não precisa ser nova ou complexa, mas, nas sociedades modernas, o termo vem ganhando conotação de algo novo e significativamente mais avançado, sob a forma de novos bens e processos de produção, distribuição e utilização (ROSENTHAL, *apud*, PINHEIRO; PINHEIRO, 2002, p. 157).

A segunda posição considera o fato de que a C&T tem um valor potencial enorme para a construção da realidade social que permite flexibilidade, continuidade e aplicabilidade nos distintos setores sociais. A partir de pressupostos que tangenciam fronteiras de diversas e distintas áreas do conhecimento, essa articulação pode ser estudada e debatida partindo de pressupostos da Sociologia da Ciência e da Tecnologia, com maior enfoque sobre os processos de comunicação de C&T, tanto do ponto de vista das instituições e das sociedades científicas ou colégios invisíveis, quanto dos sistemas de comunicação, difusão e educação científica.

É sob essa visão que nosso trabalho se enquadra. Temos considerado a forma como a C&T é divulgada nos distintos *media*⁷. Todavia, os objetivos de nossos estudos também incluem olhares atentos com o intuito de entender como ocorre a percepção pública dessa divulgação, quem a financia e com quais propósitos políticos e ideológicos, qual é o conteúdo transmitido, entre outros aspectos relevantes⁸.

⁷ Neste estudo vamos chamar essas tecnologias de *media*. Para isso, utilizamos a proposta teórica de Luhmann (2005, p. 9) ao afirmar que a “comunicação é isso que viabiliza, que dá suporte, que permite a produção de conteúdos (formas). Ela é *medium* [meio] e os diversos suportes comunicacionais, os *media* [meios]”. Assim, por questões de praticidade nos referiremos aos meios de comunicação e a toda instituição que utiliza técnicas de reprodução para a difusão de conhecimento, pelo termo *media*.

⁸ Esses estudos têm sido realizados no grupo de pesquisa “Mídia e Divulgação da Ciência e da Tecnologia”, em que um dos objetivos é investigar questões relacionadas à divulgação científica nos *media*. Dois projetos de pesquisa, em particular, estão diretamente vinculados a esta dissertação: “A divulgação científica nos jornais impressos de Pernambuco”, realizado entre 2004 e 2005 com financiamento da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE) e “A divulgação científica no telejornalismo brasileiro: estudo comparativo entre o Jornal Nacional e o Jornal da Cultura”, realizado entre 2007 e 2008, com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ambos foram orientados pela Dra. Isaltina M. de ^a M. Gomes. Outros estudos fazem parte do escopo temático do grupo, incluindo os Trabalhos de Conclusão de Curso de Larissa Alencar “Divulgação científico no Jornal Nacional”, defendido em 2008 e o e Tatiana Ferraz de Sá “Divulgação científica na TV pública: um estudo exploratório do Edição Nacional”, defendido em 2009.

Para tanto, durante as pesquisas sempre admitimos que existe um crescente interesse pelo conhecimento científico e pela educação científica, proveniente de demandas sociais cada vez mais exigentes e complexas, posto que essa demanda é acompanhada por implicações éticas, políticas, econômicas, culturais e sociais. Se articularmos essa assertiva a uma visão ampliada e globalizada, encontraremos subsídios histórico-sociais, tanto no movimento norte americano *Scientific Literacy*, quanto no movimento europeu *Public Understanding of Science*, ambos consequência das demandas do período Pós-Segunda Guerra.

Nesse sentido, Moreira (2006, p.11) afirma

a inclusão social é um dos grandes desafios de nosso país que, por razões históricas, acumulou enorme conjunto de desigualdades sociais no tocante à distribuição da riqueza, da terra, do acesso aos bens materiais e culturais e da apropriação dos conhecimentos científicos e tecnológicos. A inclusão social pode ser entendida como a ação de proporcionar às populações excluídas [...] oportunidades e condições de serem incorporadas à parcela da sociedade que pode usufruir esses bens. Em um sentido mais amplo, a inclusão social envolve também o estabelecimento de condições para que todos os habitantes do país possam viver com adequada qualidade de vida e como cidadãos plenos, dotados de conhecimentos, meios e mecanismos de participação política que os capacitem a agir de forma fundamentada e consciente. Um dos aspectos da inclusão social é possibilitar que cada brasileiro tenha a oportunidade de adquirir conhecimento básico sobre a ciência e seu funcionamento que lhe dê condições de entender o seu entorno, de ampliar suas oportunidades no mercado de trabalho e de atuar politicamente com conhecimento de causa no que se refere a um conhecimento científico e tecnológico básico.

O terceiro posicionamento diz respeito à impossibilidade e à inadequação, apesar de não ser o foco deste trabalho, de analisar os conceitos *ciência* e *tecnologia*, sem considerar a sua correlação com os campos políticos, econômicos, ecossistêmicos, éticos e históricos, articulados aos pressupostos teóricos propostos no âmbito escolástico. Por exemplo, do ponto de vista filosófico ou da Filosofia da Ciência, o próprio conceito *ciência* é mutável e ganha novos sentidos com o passar do tempo. Sob um prisma histórico, seria concebível um estudo sobre os conceitos sistematizados por Aristóteles sobre Ciência (*scientia*) e Técnica (*techné*), revistos por Granger (1994), o qual representa um marco fundador do pensamento ocidental. Por meio de estudos da Economia, a utilização da tecnologia no sistema capitalista poderia ser tratada sob duas perspectivas, a de Marx e a de Schumpeter.

A partir do que foi exposto, admitiremos que não será necessária uma ampla explicação sobre a história da Técnica, da Ciência ou da Tecnologia e suas articulações com os processos sociais. Outrossim, pensamos que dois pontos básicos merecem um pouco mais de atenção, considerando a problemática que envolve esta pesquisa. É sobre isso que trataremos, de forma breve, na próxima seção.

Para tanto, consideraremos que a prática científica, a partir do século XVII, deixa de ser uma atividade, exclusivamente, filosófica e passa a fazer parte de uma força produtiva, associada a interesses políticos, militares e econômicos. A tecnologia, por sua vez, acompanhará o desenvolvimento dessas práticas científicas, não apenas produzindo um avanço com relação às técnicas anteriormente estabelecidas, mas tecendo um processo histórico em que certas características são bem definidas, como por exemplo, a institucionalização das forças produtivas e a exploração científica e econômica.

2.1 Breve análise sobre a ciência e a tecnologia

Tanto a ciência quanto a tecnologia, com suas múltiplas concepções e definições, podem ser consideradas fenômenos sociais e culturais de mais alta relevância dos últimos séculos. Seu alcance tem sido de tamanha magnitude e repercussão que seria equivocado afirmar que elas não estão imbricadas em qualquer uma das atividades humanas.

No entanto, essa penetração no seio social varia de grupo social a grupo social, de país a país, e vai depender do grau de desenvolvimento e da disponibilidade dos aparatos tecnocientíficos. Em certa medida, as atividades científicas e as tecnologias são fruto da experimentação e do aprimoramento técnico humano. Ocupam lugar de destaque no cerne social e seu progresso contínuo busca contribuir para a melhoria dos índices de qualidade de vida no planeta.

Tanto as ciências quanto as tecnologias estão estritamente relacionadas com aspectos sociais diversos e, por esse motivo, espera-se que elas respondam às demandas sociais, as quais as financiam e apoiam. Com a contínua atualização e reprodução do conhecimento em ciência e tecnologia é possível alcançar e superar diversas etapas sucessivas dos processos intelectuais e produtivos.

Para tanto, é fundamental que esses processos sejam visíveis. É necessário que as contribuições advindas de investigações em ciência e tecnologia possam ser mostradas, de uma forma compreensível, àqueles e àquelas que não participam ativamente daquelas atividades, posto que, o conhecimento produzido pode contribuir de forma decisiva ao desenvolvimento social, econômico e cultural dos indivíduos e dos grupos sociais.

Sendo assim, temos duas indagações. Como explicar a complexa articulação entre a ciência e a tecnologia? Por que dela resultaria uma tecnociência? Pensamos que um dos caminhos possíveis para propor alguma resposta satisfatória, seria mostrar como ocorreu parte dessa articulação no decorrer do tempo. A divisão em períodos ou momentos historicamente situados visa a facilitar a visão dessas articulações, mesmo que estejamos cientes de que, como em Habermas (2004, p. 30) “a escolha da estrutura interpretativa é um tanto arbitrária já no primeiro passo”.

A forma que escolhemos de sintetizar e apresentar a relação entre a ciência e a tecnologia foi um quadro matricial, perpassando por momentos pretéritos e que não pretende ser exaustiva. Nesse quadro, procuramos integrar e adaptar três ilustrações propostas por Chassot (1994), Rosa (2005) e Vasconcellos (2006).

A partir do quadro 1 é possível, sob uma leitura exclusivamente ocidental, perceber algumas transformações que ocorreram no processo de elaboração do pensamento humano e algumas práticas tecnológicas. Em paralelo, aceitamos e mostramos a proposta de Rosa (2005), sobre a articulação entre os mitos, a ciência e a Filosofia, assunto sobre o qual pensamos dar continuidade em futuros trabalhos.

Períodos Históricos	Estágios Científicos	Estágios Tecnológicos	Estado da Ciência
8 mil a.C.	Sem pensamento científico	Da caça à Agricultura	Mitos, Logos e Doxa
Antiguidade Idade Média – Século I		Surgem as técnicas agrícolas e artesanais	
Alta Idade Média (Século I ao X)	Período de pequeno conhecimento científico	As técnicas agrícolas e artesanais vão sendo aperfeiçoadas, melhor assimiladas	A ciência faz parte da Filosofia
Séculos XI e XII	Influência islâmica e surgimento da Universidade		
Séculos XIII e XIV	Surge a ciência medieval ou <i>alquimia cristã</i>		
Baixa Idade Média (Século XV)	Diferenças entre as escolas de pensamento		
Século XVI	1ª Revolução Científica	Navegação, bússola, descobrimentos, imprensa	A ciência separa-se da Filosofia
Século XVII	Do Geocentrismo ao Heliocentrismo	Manufaturas e Metalurgia	
	Mecânica de Newton Teorias de Descartes		
Século XVIII	Racionalismo Crítico de Kant (Iluminismo)	Revolução Industrial	A Filosofia limita a Ciência
	Enciclopedistas		
	Revolução Química - Lavoisier		
Século XIX	Surgem as Ciências Humanas		
	1ª Revolução PósNewton		
	Positivismo		
Século XX e XXI	2ª Revolução PósNewton	Revolução Tecnológica	A Filosofia critica a Ciência
	Einstein, Lacan, Gates	Energia Nuclear	
	Construtivismo Social	Telecomunicações	
		Engenharia Genética	

Quadro 1 - Relação entre a ciência e a tecnologia num escopo cronológico
 Fonte: Integração e adaptação de Chassot (1994), Rosa (2005) e Vasconcellos (2006).

O período que nos interessa, como já foi mencionado, tem início em meados do século XVII. Alguns autores, como Chassot (1994), Chalmers (1994), Granger (1994), Fourez (1995), Braga; Guerra e Reis (2003), Rosa (2005) e Sabbatini (2005), identificam esse período como o da *Ciência Moderna*. Essa expressão, no entanto, recebe diferentes sentidos a depender do momento histórico que está sendo analisado por esses autores.

A confluência de múltiplos fatores foi fundamental para a emergência das práticas científicas modernas. Dentre eles, podemos citar o declínio do império

islâmico, que deixou como herança uma grande síntese de conhecimentos; a Renascença, que entre outras idéias, pregava o individualismo; a Reforma e a Contra-Reforma, que debilitaram a hegemonia de uma religião institucionalizada; o sistema capitalista, em contraponto ao mercantilista, que simpatizava com a experimentação e crença na exploração da natureza (quando irão surgir os estudos da fauna e flora); as viagens ultramar, que revelaram uma profusão de novos fenômenos; os conhecimentos e práticas científicas, que tornaram possível identificar métodos de pesquisa; a estimulação sobre a dominação das tecnologias de guerra e o surgimento da imprensa, no século XV, que propiciou a difusão de conhecimento em escala sem precedentes.

É nesse período *Moderno* que cabe citar a argumentação de Habermas (2006, p. 66-67) para explicar a articulação entre a aplicação do método científico, a técnica e a ciência.

A ciência moderna assume, neste contexto, uma função peculiar. Diferentemente das ciências filosóficas de tipo antigo, as modernas ciências experimentais desenvolvem-se desde a era de Galileu, num marco metodológico de referência que reflecte o ponto e vista transcendental da possível disposição técnica. As ciências geram por isso um saber que pela sua *forma* (não pela sua intenção subjectiva), é um saber tecnicamente utilizável, embora as oportunidades de aplicação, em geral, só tenham surgido posteriormente. Até ao fim do século XIX, não existiu uma interdependência de ciências e técnica [...]. O seu contributo ao processo de modernização é antes indirecto.

Assim como aumentavam as produções e impressões escritas, crescia o número de pessoas interessadas no avanço dos conhecimentos e suas aplicações. Nesse período surgiram, então, as primeiras sociedades e escolas acadêmicas, assim como os primeiros periódicos científicos. Desse momento em diante, podemos afirmar que existia uma Ciência institucionalizada na Europa, como uma atividade distinta da filosófica, com regras próprias de validação das idéias, do registro do conhecimento, do reconhecimento e de sua função social.

Já no século XVIII, com o processo da Revolução Industrial que segue até o início da Segunda Guerra Mundial, houve a introdução de máquinas no processo de produção de bens, ou como afirma Habermas (2006, p. 72) pela “*cientificação da técnica*”. Somam-se a esse aspecto, dentre outros, maior crédito no mercado, organização do trabalho e o surgimento dos mercados produtivos de carvão, ferro, aço e eletricidade. Assim, por um lado, as máquinas permitiram a realização dos

trabalhos em escalas e velocidades muito maiores. Por outro, essas tecnologias começaram a substituir o indivíduo no processo produtivo e passaram a ser figuras centrais nas economias.

O período posterior à Segunda Guerra Mundial, por sua vez, é caracterizado, dentre outros aspectos, pela produção das tecnologias de comunicação e por meio do uso contínuo de métodos e descobertas científicas, que ganham campo e se ramificam para todas as atividades sociais, políticas, econômicas e culturais.

Após o fim da Segunda Guerra torna-se evidente que a capacidade científica e tecnológica passaria a ser um dos grandes determinantes do poder e do saber nas esferas políticas, econômicas e militares. Segundo Pirró e Longo (1987, p. 107), “a disponibilidade de tecnologias avançadas abriria portas para o domínio sobre os demais fatores”. Como consequência, prossegue o autor, “A competição entre mercados e nações seria determinada pela capacidade de inovação e produtividade”. Ninguém poderia garantir uma paz duradoura, o que levou empresas e Estados a visualizar a C&T como categoria de primeira ordem. Ampliaram a atuação político-econômica dos Estados sobre esses campos específicos, criaram órgãos e Leis que reconheceram, fomentaram e legitimaram mecanismos, procedimentos e infra-estruturas.

Posto isso, podemos afirmar que a expressão *tecnociência* é, na verdade, um neologismo que tenta acomodar a articulação entre a ciência e a tecnologia a partir do século XX. Nesse sentido Rosa (2005, p. 13) defende que o uso do termo tecnociências é “emprestado dos construtivistas [...] e apenas significa a junção [das Ciências] com a tecnologia dela derivada e que a retro-alimenta”. Portanto, falar em tecnociências até a Segunda Guerra Mundial é cair em contradição com o próprio conceito. Por sua vez, Baumgarten (2008, p. 103) posiciona a tecnociência como “um sistema de ações eficientes baseadas em conhecimento científico”, sob um prisma de que C&T sempre desempenharam um papel social de força produtiva.

Não obstante o que foi mencionado, vale ressaltar três aportes teóricos que, de alguma forma, norteiam os estudos sobre a relação entre a ciência e a tecnologia. Conforme foi sugerido por Kneller (1980, p. 247-248), a primeira linha teórica resultou de escolas européias e sugere que “todas as inovações tecnológicas foram fundamentadas e impulsionadas por específicos avanços científicos, com suas teorias, leis e dados”.

A segunda linha teórica trata, segundo Kneller (1980, p. 248), a relação entre a ciência e a tecnologia sob os estudos da escola soviética marxista, a qual dizia que “ao contrário do ponto de vista anterior, o parceiro fundamental e determinante fora (e seguia sendo), a tecnologia”. Percebe-se que esse segundo aspecto surge mais com um propósito ideológico, mais uma das tantas utopias propostas durante o século XX.

A terceira proposta teórica é aprofundada pelo próprio Kneller (1980, p. 249), com uma visão contemporânea:

Hoje, o ponto de vista mais comum é que a ciência e a tecnologia se desenvolveram, em sua maior parte, independentemente uma da outra até cerca de 100 anos atrás. De acordo com o historiador da ciência A. Rupert Hall, ‘virtualmente todas as técnicas da civilização até uns duzentos anos atrás foram obras de homens tão incultos quanto anônimos’.

Essa problemática acarreta uma complementação de Kneller (1980, p. 252), quando afirma que “a Ciência, por seu turno, foi aplicada à invenção e ao aperfeiçoamento tecnológico por meios mais sutis e variados do que até hoje se deu conta”. Outro ponto que chama a atenção é o fato da evolução do método científico de pesquisa ter exercido forte impacto disciplinar sobre as invenções tecnológicas.

Além disso, parece inadequado designar a tecnologia apenas enquanto máquinas e mecanismos, no sentido concreto dos termos, sendo mais adequado vê-la como sugere Moraes (2007, p. 66), enquanto “articulação de estruturação tecnossocial”. De fato, hoje, existe uma tendência de visualização da articulação, entre a ciência e a tecnologia, enquanto objetos teóricos interdependentes, correlacionados e complementares, partícipes da construção social da realidade.

Respondidas, de forma sucinta, as duas perguntas anteriores, podemos então, passar à exploração de um dos aportes teóricos possíveis que permitirão a nossa aproximação ao objeto de estudo. Aquele que versará sobre as práticas de comunicação da C&T, fazendo uso de expressões como comunicação científica, difusão científica e divulgação científica⁹, dentre outras. É, também, neste domínio

⁹ Vasconcellos (2006, p. 61) afirma que “Galileu Galilei (1564-1642), físico italiano, pode ser considerado um precursor da prática da popularização ou divulgação das atividades científicas. Talvez, uma das primeiras pessoas a associar ciência e arte, considerando que ele aplicava o método experimental em praça pública, remetendo a um ato cênico, teatral. Além de experimento em laboratório, também realizava demonstrações empíricas públicas, em lugares públicos, como por exemplo, atirando objetos de pesos distintos do alto da Torre de Pisa.”. Ou seja, já no século XVII,

discursivo que se enquadra o nosso objeto de investigação, o qual será devidamente explorado na seção seguinte.

2.2 Representações das ciências e das tecnologias

Na seção anterior vimos que o período *Moderno* ou da *Ciência Moderna* pode ser caracterizado, dentre outros aspectos, pelo o aumento da produção de material impresso e pelo crescimento populacional interessado no avanço dos conhecimentos e de suas aplicações. Essas foram algumas das múltiplas causas que possibilitaram o surgimento das primeiras sociedades científicas e dos primeiros periódicos científicos.

Braga (2004, p. 44) sugere que

ao contrário da tradição hermética da Idade Média, na qual um saber como o dos alquimistas pertencia a uns poucos iniciados, a ciência moderna nasceu no contexto de um amplo processo de divulgação, pois ela necessitava conquistar corações e mentes para o novo saber. O surgimento de uma nova forma de ver o mundo e de pensar não poderia se constituir sem uma rede de difusão.

As sociedades científicas foram criadas, em meados do século XVII, a partir da necessidade de que a investigação científica fosse organizada institucionalmente. Segundo Sabbatini (2005, p. 47)

começando como associações que agrupavam pessoas interessadas em determinados temas, patrocinadas pelas universidades, por mecenas ou por figuras de destaque, tinham como principal objetivo facilitar a comunicação e a discussão dos novos conhecimentos de uma forma mais direta que permitiam os livros.

Assim, como o decorrer dessa prática e aumento do número de participantes nas discussões e nos estudos, muitas das sociedades científicas foram transformadas em academias de renome nacional. As primeiras academias, ainda segundo Sabbatini (2005, p. 47), foram “a Academia del Lincei (1600-1630), em

Galileu criou a possibilidade de que se pudesse perceber e apreender que a experimentação poderia gerar conhecimento científico público. A pessoa que era leiga sobre o conhecimento científico tornar-se-ia testemunha dessa forma de conhecer, deixando de ser leigo. Além disso, Galileu popularizou o ato de busca do conhecimento científico, em outras palavras, proveu acesso à prática científica ao sair do laboratório e buscar esse conhecimento nos espaços públicos. Abria-se caminho para compartilhar o conhecimento científico que estava nas mãos de poucos”.

Roma, seguida pela Academia del Cimento¹⁰ (1651-1657) [...], em seguida vieram a Royal Society (1622), de Londres e a Académie des Sciences, na França”.

Fica evidente que foi a partir desse século que a ciência passou a ser uma atividade institucionalizada e controladora das investigações filosófico-empíricas. Assim, sugere Bernal (1989, *apud*, Sabbatini, 2005, p. 48):

...que a ciência fora convertida em uma instituição, e uma instituição com os distintivos, a solenidade, e desgraçadamente, com certa dose de pompa e pedantismo que tinham outras instituições mais antigas como o direito e a medicina. As sociedades [científicas] se transformaram em uma espécie de tribunal da ciência, e um tribunal de autoridade suficiente para excluir dela muitos loucos charlatões difíceis de distinguir dos verdadeiros científicos para o público em geral, porém também, desafortunadamente, tinham autoridade para excluir, ao menos por um tempo, muitas idéias revolucionárias da ciência oficial.

Foi nesse novo contexto que, de dentro dessas sociedades, surgiram os primeiros periódicos científicos. Tinham como objetivo comunicar essa neófitia ciência entre os estudiosos, como ela procedia, quais eram as aplicações metodológicas e quais os resultados obtidos. Num primeiro momento essa comunicação era realizada pelo sistema de missivas postais chamado, *Republique des Letters*.

Com o crescimento exponencial do volume de informações, escrever cartas não cobria mais o escopo necessário à atualização dos pesquisadores, fazendo com que a imprensa fosse, então, utilizada como mecanismo para solucionar esse problema. Assim, em meados de 1650, a utilização da imprensa foi expandida em direção aos intelectuais, pensadores, professores e cientistas. Devemos salientar que a comunicação científica por meio dos periódicos apenas visava a substituir a utilização das cartas, no entanto a sua função era a mesma.

Conforme Sabbatini (2005, p. 51), “os periódicos acadêmicos tornara-se realidade em 1665, com o surgimento do *Journal des Sçavans*, na França, sendo logo seguido pelo *Transactions of the Royal Socitey of London*, no mesmo ano”. Com o advento dessas e de outras publicações posteriores, é possível perceber que houve um foco de interesse mútuo entre autores. Assim, um debate específico teve início, originando as disciplinas específicas que, antes, eram centradas num discurso

¹⁰ *Cimento* em italiano significa “experimentação”.

universal e, absolutamente, objetivo, além de possibilitar a emergência e um novo espaço discursivo.

Concordamos com a afirmação de Sabbatini (2005, p. 52) ao propor que

podemos perceber que as publicações científicas têm suas raízes em uma revolução do conhecimento humano, estando profundamente ligadas aos métodos epistemológicos da ciência moderna e ao desenvolvimento das estruturas sociológicas e organizacionais sobre as quais ela iria se assentar.¹¹

Durante o século XIX, paralelamente ao crescimento exponencial desse conhecimento, houve uma ampliação e aprimoramento das ferramentas de difusão dos saberes. Esse vertiginoso aumento de produção bibliográfica nos leva a pensar numa explosão da informação científica, propriamente dita. Esses meios de divulgação acompanharam as sociedades ou comunidades científicas e, de certa forma, ainda o fazem.

Esse crescimento infindável de bibliografia científica acarretou a análise de pensadores como Ortega y Gasset (2006, p. 40) que, no famoso Encontro Internacional de Bibliotecários, em Barcelona (1935) já vislumbrava uma das maiores problemáticas dos tempos modernos.

Já há livros em demasia. Mesmo reduzindo bastante o número de temas a que cada homem dedica sua atenção, a quantidade de livro que ele precisa absorver é tão gigantesca que supera os limites de seu tempo e sua capacidade de assimilação. A mera orientação na bibliografia de um assunto representa hoje para cada autor um esforço considerável, em que perde muito tempo. Mas, uma vez despendido esse esforço, constata que não poder ler tudo o que deveria ler. Isso o leva a ler às pressas, e a ler mal e, ademais, deixa-o com uma impressão de impotência e fracasso, ao fim e ao cabo, de ceticismo em relação à sua própria obra.

Sobre essa situação, Fonseca (1973, p. 23) explica que “as informações divulgadas pelos milhões de documentos gráficos produzidos em todo o mundo são tantas e tão pouco acessíveis que o moderno especialista não tem mais tempo para manter-se atualizado em relação ao que se passa no campo de sua especialização”. Não obstante, com o advento da Internet e os serviços tecnológicos que ali estão, é

¹¹ Diante dessa constatação e apesar de estarmos cientes que seria inadequado desconsiderar a questão sociológica que está envolvida nos estudos sobre a comunicação, a difusão e a educação científica, não será possível, neste trabalho, tratar sobre essa relevante perspectiva teórica. De certo, esse campo será explorado em trabalhos futuros.

possível, ainda que exista uma vasta literatura que jamais será acessada, realizar investigações acadêmicas e cobrir um escopo bibliográfico suficiente à produção de conhecimento científico.

Nos termos de Landi (2004, p. 25-26) existe uma importância fundamental na difusão do conhecimento da C&T e que foi assim explicada no 1º Congresso Internacional de Divulgação Científica, ocorrido em São Paulo no ano de 2004:

...colocaria mais ou menos na seguinte sequência: reduzir as distâncias entre ciência, tecnologia e sociedade; aumentar o conhecimento dos princípios básicos e do equipamento social do mundo moderno para que a sociedade possa utilizá-lo, não como mágica, mas como ferramenta de trabalho. Tem uma importância muito grande também como prestação de contas. A sociedade é a grande contribuinte para que esse sistema funcione e a ela nós devemos prestar contas do que acontece em nosso meio, na ciência e tecnologia. E a divulgação científica é a melhor demonstração de que somos capazes de fazer pesquisas de qualidade. O terceiro ponto, é o apoio da aculturação da inovação, a importância de que uma cultura se estabeleça na nossa sociedade como forma de garantir a continuidade dos orçamentos que se destinam a esse sistema. Se não tivermos a sociedade nos apoiando, teremos mais dificuldades. O convencimento da classe política se faz à medida que seus eleitores pressionam o sistema nessa direção. O quarto é a auto-estima os nossos pesquisadores, pois, quando se difunde aquilo que se faz de qualidade em nosso país, há uma afirmação permanente de que somos capazes de realizar pesquisa de qualidade. O quinto é a própria democratização do conhecimento. Discussões desse mundo moderno, complexo, como clonagem e produtos geneticamente modificados, não podem ficar nas mãos de decisões que ignorem a sociedade. A sociedade precisa dominar esses procedimentos para tomar as decisões. O processo de difusão tem uma importância enorme para que se atinjam e se formulem essas decisões.

Antes de prosseguirmos, devemos estabelecer o que entendemos por cada uma das expressões que são utilizadas nos estudos que tratam dos sistemas de comunicação da C&T. São definições como *comunicação científica*, *difusão científica*, *disseminação científica* e *divulgação científica* que, ao fazer a escolha de qual nomenclatura utilizaremos para designar a comunicação feita pelo nosso objeto, iremos determinar alguns limites ou distanciamentos necessários.

Essas expressões se referem tanto a uma prática social, estabelecida e padronizada no cerne acadêmico, quanto a conceitos que são estudados em áreas como a Sociologia da Comunicação, a Ciência da Informação e a Comunicação Social, para citar algumas.

Gomes (2000, p. 3-4) defende que no estudo dessas expressões “a bibliografia brasileira e a internacional estão orientadas antes para aspectos técnicos operacionais do que para a dimensão taxionômica”. O que geralmente ocorre é que o enfoque dos autores para distinguir os conceitos foca no público e na linguagem, mas não nos *media* ou nos modos de produção.

Por um lado, Massarani (1998, p. 14) afirma que muitas vezes a expressão divulgação científica é utilizada inadequadamente como sinônimo de outras expressões como “difusão científica, disseminação científica, vulgarização científica, popularização da ciência e comunicação pública da ciência”. Por outro, Alberguini (2007, p. 57) sugere que “tais especialidades, ao longo da história, ora se convergem, ora se distanciam. Em diversos momentos, cada uma dessas especialidades apresenta um *corpus*¹² conceitual bem delimitado, em outros, são tomados como sinônimos”.

Conforme Menzel (1968, *apud*, SABBATINI, 2005, p. 62), a comunicação científica pode ser definida como a “totalidade das publicações, facilidades, ocasiões, acordos institucionais e hábitos que afetam direta ou indiretamente a transmissão de mensagens científicas entre cientistas”. Fica claro que se trata de um tipo específico de sistema comunicativo e, por tanto, gerenciado por um grupo específico de atores sociais. No entanto, não é tão simples assim.

Nesse sentido, afirma Chrétien (1994, p. 119, *apud*, MORAIS, 2007, p. 39):

A ciência não é um enclave de harmonia e de transparência, devotada ao culto exclusivo do espírito, num materialista e dividido. Ela está presa, ao contrário, em todas as *redes*, indústrias, financeiras, ideológicas, políticas, estratégicas, etc., que estruturam ou desestruturam a sociedade global.

Por outro lado, uma contrapartida é verificável com relação a essa assertiva. Uma espantosa incultura de grande parte da população, daqueles que o Ministro chamou de “excluídos”. Além disso, convém afirmar que parte dessa dicotomia,

¹² De acordo com Bauer e Gaskel (2001, p. 44), “a palavra *corpus* significa simplesmente corpo. Nas ciências históricas, ela se refere a uma coleção completa de escritos ou coisas parecidas, um conjunto completo de literatura sobre algum assunto... vários trabalhos da mesma natureza, coletados e organizados”. Adotaremos essa palavra para designar, tanto o conjunto geral dos selos postais comemorativos (*corpus* ampliado), quanto o conjunto de selos que serão analisados (*corpus* restrito). Nesse sentido, também, devemos considerar o que sugere Charaudeau (2008, p. 17): “*corpus* é um objeto constituído do conjunto de vários textos de acordo com certos parâmetros destinados a lhe atribuírem um princípio de homogeneidade”.

entre o avanço da C&T e da percepção pública da C&T, passa pelo campo da educação.

Meadows (1999, p. 1), propõe que “a maneira como o cientista transmite informações depende do veículo empregado, da natureza das informações e do público-alvo”. Ainda nesse sentido o autor complementa (1999, p. 2): “O meio disponível e a natureza da comunidade científica afetam não só a forma como a informação é apresentada, mas também a quantidade de informações em circulação”.

Esse autor é muito estudado no âmbito da Ciência da Informação¹³, e, particularmente em assuntos vinculados à comunicação científica. Mas, também existem autores que defendem “a divulgação científica enquanto uma linha de pesquisa da Ciência da Informação” (PINHEIRO; LOUREIRO, 1995, p. 50). Neste caso, conforme Pinheiro (2006, p. 134) “a comunicação, divulgação e educação científicas fariam parte de uma categoria interdisciplinar denominada ‘Transferência do Conhecimento’”.

A natureza atual da ciência é multidisciplinar e leva cientistas de todo o mundo a desenvolverem redes de comunicação do tipo formal e informal, com o intuito de trocar informações e possibilitar o progressivo desenvolvimento da investigação científica.

A partir disso, segundo Epstein (2002, p. 98),

...torna-se necessário fazer uma clara distinção entre os principais gêneros de comunicação científica, a comunicação primária e a comunicação secundária. A comunicação primária é aquela realizada entre os cientistas e que tem por objetivo estabelecer o intercâmbio de informações em um âmbito restrito e que também pode ser denominada de *disseminação*. Já a comunicação secundária é realizada entre cientistas e o público leigo, diretamente ou por meio da mediação de divulgadores científicos, e se preocupa com a divulgação do conhecimento científico para a sociedade. A comunicação secundária é mais comumente referida como *divulgação*.

¹³ Entendemos que o estudo da Comunicação e da Divulgação científica é beneficiado pelo aporte teórico oriundo do conceito de Ciência da Informação proposto por Moura (2006, p. 5, *apud*, SALCEDO, 2008, p. 166): “A Ciência da Informação identifica-se enquanto campo de conhecimento que estuda a informação ancorada no tecido social. Isso significa dizer que ela envolve uma dinâmica de significação, de produção e de circulação de signos e numa rede de atos de enunciação semiótica. Essa interação requer a consolidação de diálogos interdisciplinares nos quais a mediação, a formação e a interação informacional sejam evidenciadas tornando possível compreender, no âmbito da Ciência da Informação, o modo como sujeitos e informações se articulam semioticamente”.

Como efeito dessa prática de comunicação científica, novos conhecimentos são gerados, criando possibilidades para que ocorra a inovação nos processos de produção e no desenvolvimento de serviços e produtos. Zamboni (2001, p. 34) afirma que

nesse sentido, as publicações e as reuniões são instrumentos fundamentais para mediar as relações que se efetuam no seio da irmandade científica. Ambos constituem fóruns privilegiados para anunciar resultados, receber contribuições, ouvir críticas, submeter a julgamentos, enfim, dar continuidade ao processo evolutivo do conhecimento.

Dessa forma, percebemos como o processo comunicativo, seja ele formal ou informal, é essencial à natureza e a prática da C&T. Segundo Russel (2001, p. 1, informação eletrônica),

os cientistas não apenas relatam os resultados para os seus colegas através de artigos publicados, de *preprints* eletrônicos e apresentações em eventos, mas dependem também de conhecimento dos trabalhos publicados anteriormente para formular propostas e metodologias de investigação. A troca de ideias e informações com os pares é uma parte essencial da fase experimental. Assim, a comunicação está presente em todas as fases do processo de pesquisa.

Complementando o que disse essa autora, os estudos em comunicação científica, dentre outros assuntos, podem tratar sobre o sistema comunicativo entre pesquisadores (pares), analisando como os cientistas de qualquer área de conhecimento utilizam e trocam informações, relevantes às pesquisas, por meios formais e informais. Os meios formais seriam, conforme sugere Cunha (2001, *apud*, ALVIM, 2003, p. 58):

textos introdutórios, monografias especializadas, estados da arte, teses e dissertações, relatórios de pesquisa, artigos científicos, periódicos científicos, sumários correntes de periódicos, anais de eventos, livros, revisões bibliográficas, serviços de resumo, serviços de indexação, bibliografias correntes e retrospectivas, catálogos, manuais, guias, normas técnicas e patentes. literatura cinzenta e os Anais de eventos.

Somados a esses meios, Alvim (2003, p. 59) afirma que

esse conjunto vem sendo ampliado, pois com a incorporação das formas de comunicação utilizando os recursos audiovisuais e multimídia se agregam filmes, vídeos, discos, CDs, fitas, mapas, peças de museu, herbários, arquivos e coleções científicas. Esses meios começam a ser digitalizados, criando a convivência de meios impressos e eletrônicos, que ampliam a capacidade de disponibilização da comunicação científica.

Os meios informais¹⁴ seriam as conversas, as correspondências, os e-mails, jornal, revistas, televisão, rádio, cinema, história em quadrinhos e, também, o cartão-postal, o máximo-postal, a fotografia, os selos postais e muitos outros.

Assim, esses meios formais e informais de comunicação científica fariam parte da classificação proposta por Epstein, anteriormente citada, em que a utilização de códigos linguísticos específicos, destinados a um público seletivo se acomoda no conceito de *disseminação* científica. Massarani e Moreira (1990, p. 32) têm uma visão que complementa a proposta de Epstein. Para os autores, a comunicação científica pode ser dividida em três linhas:

os discursos científicos primários (escritos por pesquisadores para pesquisadores), os discursos didáticos (como os manuais científicos para ensino) e os da divulgação científica. Em todos eles, embora com conteúdos lexicais, estilos e formatos variados, cada discurso serve a um propósito determinado e busca atingir um público específico.

Pasquali (1978, *apud*, MASSARANI, 1998, p. 18) teve a preocupação de distinguir três conceitos que são ratificados, tanto por Wilson Bueno (1984, *apud*, GOMES, 2000, p. 23), quanto por Calvo Hernando (2006, *apud*, ALBERGUINI, 2007, p. 58):

Difusão é o envio de mensagens elaboradas em códigos universalmente compreensíveis para a totalidade das pessoas.

Disseminação é o envio de mensagens elaboradas em códigos especializados a receptores selecionados e restritos, formado por especialistas.

Divulgação é o envio de mensagens elaboradas mediante a transcodificação de linguagens, transformando-as em linguagens acessíveis.

¹⁴ Encontramos em Alberguini (2007), vasta informação sobre endereços eletrônicos, programas de pós-graduação, organizações, periódicos científicos e vasta bibliografia sobre a temática que estamos debruçados. Posto isso, não nos deteremos sobre quem está estudando o que com relação a divulgação científica no Brasil.

No entanto, Gomes (2000, p. 24) cita que Bueno não concorda com Pasquali com relação ao conceito de difusão científica, posto que,

Bueno o entende como um hiperônimo que incorpora a disseminação científica (difusão para especialistas) e a divulgação científica (difusão para o público em geral), ao passo que Pasquali vê difusão como sinônimo de divulgação. No que se refere às características gerais da disseminação e da divulgação, esses dois autores têm posições semelhantes.

Além disso, na visão de Bueno, a divulgação inclui, além de veículos midiáticos, livros didáticos, aulas de ciência e histórias em quadrinhos, entre tantos outros. Por sua vez, Hernando (2006, informação eletrônica) discorda de tal compreensão e interpreta que a divulgação científica compreende as atividades de ampliação do conhecimento fora do âmbito escolar e acadêmico, de forma que aulas de ciência não se constituem uma forma de divulgação.

Para além desse debate teórico sobre o significado e aplicação da terminologia adequada, Oliveira (2002, p. 13) percebe que

[...] o acesso às informações sobre C&T é fundamental para o exercício pleno da cidadania e, portanto, para o estabelecimento de uma democracia participativa, na qual grande parte da população tenha condições de influir, com conhecimento, em decisões e ações políticas ligadas a C&T. Entendemos que a formação de uma cultura científica [...] não é processo simples [...]. No entanto, o acesso às informações sobre C&T como um dos mecanismos que pode contribuir de maneira efetiva para a formação de uma cultura científica deve ser facilitado ao grande público carente delas

Afinal, sem divulgação, difusão ou popularização de práticas de C&T, as pessoas que não participam do ambiente escolástico, permanecerão desinformadas com relação às descobertas de C&T e suas aplicabilidades sociais, a quem são os pesquisadores e suas atividades. Logo, a comunicação científica tem um relevante papel social, tanto para a continuidade da prática de C&T, quanto para o compartilhamento de distintos saberes. Nessa mesma direção, Gomes e Salcedo (2005, p. 81) afirmam que

comunicar conhecimentos gerados nas instituições de pesquisa é difundir informações para que a comunidade científica possa desenvolver e aprofundar os conhecimentos e também para que a

sociedade tome ciência do papel desses conhecimentos na melhoria de sua qualidade de vida.

Vale ressaltar que falar em difusão do conhecimento de C&T perpassa tanto pelo debate sobre a ética das práticas científicas e tecnológicas, quanto pela problemática da apropriação social do conhecimento. Com relação à ética, Candotti (2002, p. 16-17) afirma que

a divulgação das pesquisas científicas para o público, quando possível, deveria ser vista como parte das responsabilidades do pesquisador, de modo semelhante à publicação de suas pesquisas em revistas especializadas. Os caminhos da divulgação têm hoje outros rumos. Passam pelos estreitos vales traçados pelos meios de comunicação globais e seus mercados. Os imperativos éticos (se os há) desse mercado raramente coincidem com os da educação e da ciência.

[...]

A circulação das idéias e dos resultados de pesquisas é fundamental para avaliar o seu impacto social e cultural, como também para recuperar, por meio do livre debate e confronto de idéias, os vínculos e valores culturais que a descoberta do novo, muitas vezes, rompe ou fere. Nesse sentido, a divulgação [...] é um exercício de reflexão sobre os impactos sociais e culturais de nossas descobertas.

Perpassando pela perspectiva de que os efeitos da produção e circulação de conhecimento em C&T podem ser meios essenciais para o desenvolvimento econômico e social, Baumgarten (2008, p. 3, grifo nosso) comenta sobre a problemática da apropriação social do conhecimento:

a avaliação de CT&I (ciência, tecnologia e inovação) e a *divulgação científica* são importantes vetores da relação entre conhecimento e desenvolvimento social e econômico que podem ser melhor apreciados através de análise dos entrelaçamentos entre políticas de C&T, disponibilidade de informação sobre C&T, *potencialidades da divulgação científica para a ampliação do debate público sobre as possibilidades e obstáculos para a apropriação de C&T pela sociedade*.

No entanto, existem críticas com relação ao atual modelo de difusão da C&T. Hilgartner (1990, *apud* ALBERGUINI, 2007, p. 60) defende que

...a visão culturalmente dominante de popularização da Ciência é enraizada na noção de um conhecimento científico puro e genuíno com o qual o conhecimento popularizado é contrastado. É assumido, segundo ele, um modelo de dois estágios: primeiro, os cientistas desenvolvem um conhecimento científico genuíno

subseqüentemente, os divulgadores relatam tais conhecimentos para o público.

[...]

Essa visão, para Hilgartner (*idem*), sugere que as diferenças entre o conhecimento genuíno e a Ciência popularizada devem ser causadas por “distorção” ou “degradação” da verdade original. Para o autor, essa visão encara a popularização do conhecimento, na melhor das hipóteses, como uma atividade educacional de simplificação da Ciência para não especialistas e, na pior, como “poluição”, “distorção” do conhecimento. Segundo o autor, essa visão apresenta problemas conceituais por ser extremamente simplificadora do processo de comunicação. Essa visão dominante, segundo Hilgartner (*ibidem*), serve aos cientistas (e a outros que derivam sua autoridade do conhecimento especializado) como um recurso no discurso público, fornecendo um repertório de dispositivos retóricos para interpretar a Ciência para leigos, e uma ferramenta poderosa para sustentar a hierarquia social dos especialistas.

Essa mesma visão também serviu para que Derrida (*apud*, Kreinz, 2002, p. 8) “coloca-se em questão a autoridade do código e o poder da escritura” acarretando uma crítica direta ao problema da ética da divulgação científica. Esse autor francês sugere um “ato de violência” escondido na neutralidade do discurso científico.¹⁵ Conforme Kreinz (2002, p. 9), Derrida duvida sobre qual é “o papel e o lugar da imparcialidade, ou do enunciado que se diz científico, como se houvesse uma concordância universal em torno de determinadas verdades da ciência”.

Por outro lado, Carvalho (2003, p. 17) propõe uma difusão de C&T que reconstrói, adapta, simplifica e explica o discurso científico “a partir de meios, formatos e linguagens adequados ao público em geral”. Acreditamos que apresentar resultados de investigações científicas à sociedade é algo próprio da prática científica, mesmo que seja necessária uma discussão de como é veiculado o conteúdo científico à população.

É assim que a base de conhecimentos da humanidade permanece, de certa forma, atualizada e articulada com o conhecimento pretérito, mesmo que nessa prática exista um “ato de violência”, por meio da linguagem. Nas palavras de Pavan (2002, p. 62) essa “é a ética e o desafio, no século XXI, da divulgação científica”. É

¹⁵ Entendemos a expressão *discurso científico*, no âmbito de nossa pesquisa, no sentido de que ela é composta por enunciados, que por sua vez são designados conforme sugere Foucault (*apud* ARAÚJO, 2004, p. 231): “O enunciado é um certo objeto produzido, manipulado, utilizado, transformado, composto, decomposto, destrutível. Não basta que seja datado, pois a materialidade deve ser suscetível de repetição que obedece a condições particulares, o que faz com que ele tenha certo estatuto, entre em uma rede discursiva, onde pode ser transformado, circular, servir ou não a interesses, ser objeto de disputa, tema a ser investido. Enfim, ele produz efeitos”.

extremamente relevante para a sociedade ter acesso ao conhecimento científico, tornando-se também evidente o papel social da mediação dessa informação.

Considerando o que já foi dito, sabemos que existem inúmeros meios para se divulgar os conhecimentos científicos, sejam eles formais ou informais, particulares ou públicos. Também vimos que as expressões se autoconfundem quando estudadas do ponto de vista conceitual. A partir disso, decidimos que ao analisar os selos postais comemorativos, levando em consideração algumas questões que serão tratadas no terceiro capítulo, utilizaremos a expressão *difusão científica e tecnológica* ou *difusão de C&T*, em detrimento das demais.

De fato, o selo postal comemorativo não é produzido conforme Zamboni (2001, p. 29), pelo “conjunto de atores, [instituições] e ações dos quais advém a atividade de construção social da ciência”, desse modo não cabe a expressão *comunicação científica*. Ainda, os termos *disseminação* e *divulgação* também são inadequados, visto que, não há uma produção de selos postais com o objetivo de servir como meio de comunicação entre pesquisadores (pares) ou, ainda, dos cientistas para atingir certo público, o que não impede, de forma alguma, que tanto cientistas quanto profissionais que atuam nas empresas de comunicação possam utilizar o selo postal como instrumento infográfico nas exposições de suas idéias ou matérias.

Além disso, esses atores sociais, os educadores e as instituições (museus, centros culturais, bibliotecas, arquivos etc) poderiam tentar ver o selo postal comemorativo como uma ferramenta didática potencial para uso em exposições e aulas, principalmente nas escolas primárias e secundárias brasileiras, prática comum em países do Hemisfério Norte.

Como veremos mais adiante com mais detalhes, o selo postal comemorativo é um artefato emitido pelo Estado por meio de regras institucionalizadas e oficiais, de forma padronizada e normatizada. Isso nos permite, num primeiro momento, identificar motivos ou temáticas recorrentes que, por vezes, designam informações de C&T.

Se, além disso, admitirmos as políticas públicas de informação científica e de inclusão social, no sentido das citações dos Ministros da Educação e da Ciência e Tecnologia, então entendemos que o selo postal comemorativo, por outro lado, é um meio de comunicação (*media*) utilizado como difusor de C&T.

O que sustenta a nossa afirmação anterior é o conceito 'regimes de informação'. Adaptado por Gómez (2002, p. 34), para os estudos epistemológicos da Ciência da Informação, esse conceito

designaria um modo de produção informacional dominante em uma formação social, conforme o qual serão definidos sujeitos, instituições, regras e autoridades informacionais, os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os arranjos organizacionais de seu processamento seletivo, seus dispositivos de preservação e distribuição

[...]

Um "regime de informação" constituiria, logo, um conjunto mais ou menos estável de redes sociocomunicacionais formais e informais nas quais informações podem ser geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações, a diferentes destinatários ou receptores, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos.

Terminamos assim, a caminhada nesta primeira direção. São questões que guiaram nosso andar rumo ao encontro com uma outra. A próxima direção explorará algumas questões pertinentes à comunicação, mas não com relação a C&T e, sim, articulada ao discurso e a linguagem. É a partir dessa outra direção, realizada com base nas leituras com o teórico russo Mikhail Bakhtin, que definiremos uma das funções que foi atribuída ao selo postal comemorativo. Atribuição essa que contribui para a formulação de um estatuto teórico sobre o estudo do selo postal.

3 OUTRA DIREÇÃO - *Comunicação e Discurso*

Ao explorarmos, mesmo que de maneira breve, os conceitos *ciência* e *tecnologia*, e como eles estão ramificados numa práxis de comunicação científica, decidimos que estava no momento de seguir por outra direção, permanecendo, no entanto, no mesmo caminho proposto originalmente. Isso nos pareceu salutar, visto que, nos fornecerá um referencial teórico prioritário aos estudos.

Se tomarmos como pressuposto que a linguagem é uma das condições necessárias e suficientes à ação da comunicação humana, então devemos considerar que, esse mesmo ser humano não mais contempla, apenas, um conjunto de sensações, mas, também, um universo de designações e de idéias, ou seja, um mundo de sentidos. Portanto, a reflexão sobre a linguagem deve localizar-se a partir da realidade humana, propriamente dita.

Pelo menos no âmbito acadêmico, já é lugar comum repetir que o mundo a nós é oferecido como um conjunto de significações, cuja revelação obtemos, unicamente, por meio da linguagem. Nesse sentido, nos disse Gusdorf (1970, p. 69) "o problema não é problema da linguagem em si, mas problema do homem que fala". O homem que fala, mas, também, olha. Uma síntese que, segundo Ricoeur (2008, p. 9), pode ser investida numa "filosofia do discurso, mas que só se aplica à ordem das coisas". Assim, também, sugere Charaudeau (2008, p.11):

Falar da comunicação humana é, antes de tudo, falar do problema da *identidade* do sujeito falante, enquanto ser comunicante, e, portanto, de seu direito de comunicar. Pra todo sujeito que quer falar se coloca a questão de saber se ele está legitimado para fazê-lo, sem o que ele não existiria enquanto *sujeito falante*.

A ação da linguagem parece ser uma aventura infundável. Um encontro ou confronto do Ser com a sua faceta relacional. É, *ipso facto*, a ação da afirmação do sujeito e a busca pelo Outro. Assim, nos provoca Doblin (apud, MANGUEL, 2008, p. 17) ao afirmar que "a linguagem representa o nosso passado, força a realidade a se manifestar, traz à tona as situações fundamentais da condição humana".

Nesse sentido devemos estabelecer que existe um confronto entre o que afirma Araújo (2004, p. 9) de que "sem linguagem não há acesso à realidade e sem linguagem não há pensamento", e o que pode existir pensamento sem linguagem. Esta observação de Manguel (2008, p. 17-18) esquentará a discussão:

Quando surgiu em nossa pré-história remota, há cerca de 50 mil anos, a linguagem era um método de comunicação concebido como um instrumento baseado numa representação convencional do mundo capaz de garantir a um grupo de homens e mulheres a convicção, por incerta que fosse, de que seus pontos de referências eram os mesmos e de que suas expressões traduziam uma realidade percebida de modo semelhante.

Nesse sentido podemos dizer que a linguagem não se limitaria a dar nomes às coisas, mas, mais além, prossegue o autor, “confere existência à realidade”. Apesar de ser um debate instigante, não nos interessa participar dessa seara que põe em confronto os estudiosos da Linguística, da Comunicação, da Psicologia e das Neurociências.

No entanto, essa colocação foi pertinente, pois trata sobre a questão de que é por meio da linguagem que atribuímos significados aos nossos relacionamentos, às nossas experiências e ao mundo do qual fazemos parte. Nesse sentido, quando nos propomos a interpretar elementos verbo-visuais ilustrados em selos postais comemorativos, fizemos a escolha de considerar conceitos e significados que se aproximam mais dos estudos da Comunicação e da Linguística, em detrimento de outras áreas de conhecimento, as quais podem oferecer, decerto, relevantes contribuições.

Pois bem, se dissemos que por meio da linguagem sentidos podem ser estabelecidos, devemos considerar que numa concepção do ato comunicativo, o sentido vai resultar, não da própria linguagem ou do ato em si, visto como categorias conceituais, mas dos atores sociais que praticam esse ato por meio da linguagem. Sendo assim, no âmbito desta pesquisa, devemos considerar que o selo postal é a superfície onde se materializa o discurso científico de múltiplos atores sociais, é o meio em que existe o ato de fala, lugar de representações do mundo.

Sobre os atores sociais, os quais podemos entender, também, enquanto sujeitos falantes, devemos considerar algumas questões. Eles são parceiros que participam de atos comunicativos. Atos esses, que são estabelecidos por trocas de informações baseadas, segundo Charaudeau (2008, p.12), “num certo número de condições que são satisfeitas”, justamente, para “legitimar a palavra, nessa situação particular”.

De quem estamos falando afinal? Nos limites que demos ao nosso estudo, devemos considerar que os sujeitos falantes são pessoas e instituições. O selo postal, articulado com outros gêneros discursivos, constitui-se a materialidade que vai circular entre esses sujeitos, cada qual com o seu lugar legítimo de fala, a saber: o Estado; a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), os colecionadores, os comerciantes filatélicos, os jornalistas filatélicos e terceiros¹⁶. Toda esta rede discursiva está esquematizada num contexto de circulação social do selo postal, que também pode ser entendida como um possível “regime de informação do selo postal”.

Enfim, para fechar o raciocínio que traçamos sobre a relação entre a comunicação e a linguagem, falta explicar o que entendemos por discurso, mesmo que, em certa medida, já estabelecemos um certo recorte teórico. Ainda assim, partilhamos da idéia de que o conceito *discurso* não pode ser atribuído a uma única teoria, teórico ou escola de pensamento. Aliás, nenhum conceito pode ser algo, apenas, em si próprio.

Todo conceito é uma multiplicidade, uma questão de articulação e, talvez por isso, deva ser tratado sob a condição de que se realiza no ato linguístico que, por sua vez, lhe confere uma realidade, uma história. Nesse sentido Deleuze e Guattari (2005, p. 31-32) propõe um caminho teórico para tratar desse tema.

Em primeiro lugar, cada conceito remete a outros conceitos, não somente em sua história, mas em seu devir ou suas conexões presentes. Cada conceito tem componentes que podem ser, por sua vez, tomados como conceitos. Em segundo lugar, é próprio do conceito tornar os componentes inseparáveis *nele*. É que cada componente distinto apresenta um limite de indiscernibilidade com um outro. São estas zonas, limites, devires que definem a consistência interior do conceito. Em terceiro lugar, cada conceito será, pois, considerado o ponto de acumulação de seus componentes [...]. O conceito é, ao mesmo tempo, absoluto e relativo. [...]. O conceito não é discursivo, porque não encadeia proposições.

Posto isso, podemos retomar a nossa linha de pensamento e expor o que Charaudeau (2008, p. 16) entende por discurso, assim teremos um gancho que nos permitirá discorrer sobre o aporte teórico que será fundamental ao nosso trabalho.

¹⁶ São atores sociais diversos que participam, de alguma maneira, desse sistema comunicativo. Ouse já, não estão ou são excluídos.

Esse autor propõe uma discussão em três momentos com relação à sua “teoria dos sujeitos da linguagem”.

No primeiro, ele aborda os princípios de base do ato de linguagem, estipulados a partir da existência de quatro princípios: interação, pertinência, influência e regulação. São esses princípios que possibilitam o que ele (2008, p. 16) chama de “contrato de comunicação”, regras que permitem a construção dos sentidos e da legitimação dos sujeitos falantes.

No segundo momento do debate, o autor explica o que entende por discurso, com o objetivo de delimitar o território no qual ele pode se situar. É esse momento, em particular, que nos interessa. No terceiro, ele (2008, p. 16) trata especificamente sobre “a proposição de uma teoria dos sujeitos”, compatível com o conceito *discurso*.

Sendo assim, Charaudeau (2008, p. 17) vai propor, no segundo momento, que o *discurso* não deve ser assimilado à expressão verbal unicamente pois seria “reduzir toda a encenação do ato de linguagem a um único código semiológico”. Ele deve ser entendido, por sua vez, como o “lugar de encenação da significação”, onde os códigos semiológicos são ultrapassados, “podendo utilizar, conforme seus fins, um ou vários códigos semiológicos”.

Ao propor essa abordagem ele nos oferece margem para designar o nosso *corpus* como um conjunto estruturado de textos em que, na interface de cada texto, está registrado um número *x* de códigos semiológicos “icônicos”. Pois bem, então temos que cada selo postal é um texto que constitui o nosso *corpus*, seja ele ampliado ou restrito.

No entanto, segundo Charaudeau (2008, p. 17), não devemos confundir *texto* e *discurso*. “O texto [...] é o resultado singular de um processo que depende de um sujeito falante particular e de circunstâncias de produção particulares”. Ou, como afirma Maingueneau (2005, p. 85), “um texto não é um conjunto de signos inertes, mas o rastro deixado por um discurso em que a fala é encenada”. Assim, temos um primeiro aporte teórico para considerar o selo postal como um texto por onde podem, em condições adequadas, perpassar diversos discursos. No nosso caso, estabelecemos identificar e analisar apenas o discurso científico.

Além disso, na concepção que estamos propondo, o texto não deve ser analisado em si mesmo. Estamos, assim, neste momento, mais próximos à Análise do Discurso. Para a AD,

[o texto] não é uma unidade fechada nela mesma, ele abre-se enquanto objeto simbólico [...] para a multiplicidade de leituras e passa a ter uma materialidade [...]. A textualidade, enquanto matéria discursiva dá ensejo a várias possibilidades de leituras. Há um espaço simbólico aberto [...] que joga no modo como a discursividade se textualiza [...] a leitura trabalha, realiza esse espaço, esse jogo do sentido (memória) sobre sentido (texto, formulações), conformando essas relações (ORLANDI, 2001, p. 64-65).

Retomemos, por um instante, a noção de cenas de enunciação de Maingueneau (1998, p. 87). Para cada texto existem três momentos ou cenas de enunciação (enunciativas). A *englobante*, que trata sobre a classificação pragmática dos discursos, por exemplo, o científico. A *genérica*, que diz respeito aos gêneros discursivos, neste caso o selo postal pode ser considerado mais um gênero de discurso científico e, por fim, a *cenografia*, que versa sobre os elementos do texto que permitem construir uma cena específica e legitimadora.

Segundo esse autor, a enunciação englobante e a genérica permitem a definição de ‘um quadro cênico do texto’, enquanto que é na cenografia que são manifestados os processos de legitimação do que é dito, ao que acrescentaríamos que ali, também, encontra espaço o não-dito.

No nosso caso, ao estudarmos um selo postal isoladamente, não consideramos que exista uma cena englobante, a não ser que o selo faça parte, por exemplo, de uma coleção ou exposição temática, matéria sobre C&T em jornal, revista ou página eletrônica¹⁷.

No entanto, ao entendermos que os elementos verbo-visuais participam de um processo de articulação na superfície material do selo, nos permite constatar uma cena genérica. Conforme Maingueneau (2007, p. 97), “textos falam de um universo cujas regras são as mesmas que presidem sua enunciação”. Logo, é a partir da disposição daqueles elementos, em detrimento de outros, que a cenografia é manifestada.

Para emitir o selo postal comemorativo com elementos verbo-visuais que caracterizem um discurso científico e, por conseguinte, uma forma de popularizar a ciência, o Estado emissor necessita do outro, do seu interlocutor. Não devemos ver essa relação como, apenas, uma ação de comunicação entre os sujeitos falantes ou

¹⁷ Entendemos que estudar o selo postal, propriamente dito, enquanto um texto isolado, oferece uma trajetória limitada, porém necessária. Para além disso, no entanto, é possível estudar o mesmo artefato integrado a outros gêneros discursivos, criando a condição de entender as possíveis representações e usos do selo postal em diversos e distintos domínios discursivos.

uma simples produção de uma mensagem de um emissor para um interlocutor, mas, antes, num encontro dialético pautado em três processos: o da produção, em que o EU-emissor se dirige a um TU-interlocutor (Estado se dirige à Sociedade: colecionadores, comerciantes filatélicos, jornalistas filatélicos...), o da circulação, em que, por meio do Correio, ocorre o ato comunicativo e o processo de interpretação/consumo, em que o TU-interpretante constrói uma imagem do EU-emissor.

Além disso, em certos casos, esse processo de interpretação é legitimado pela própria necessidade que tem o EU-emissor (Estado) em saber se sua fala foi aceita. Por exemplo, uma prática muito comum do Estado versa sobre perguntar publicamente por meio de concursos, prêmios e ampla divulgação, quais foram os selos mais bonitos emitidos no ano anterior.

Assim, nesses casos específicos, os sujeitos de fala trocam de posição e o Estado passa a ser o TU-interpretante que recebe a mensagem dos cidadãos, o EU-emissor. Vale ressaltar que esse é o único momento, excluindo aquele em que existe uma seleção pública para escolher os motivos das emissões anuais de selos postais comemorativos, em que o cidadão comum estabelece um ato comunicativo com o Estado. A figura 1 esquematiza o que vamos chamar, temporariamente, de “Ação dialética de comunicação o selo postal”.

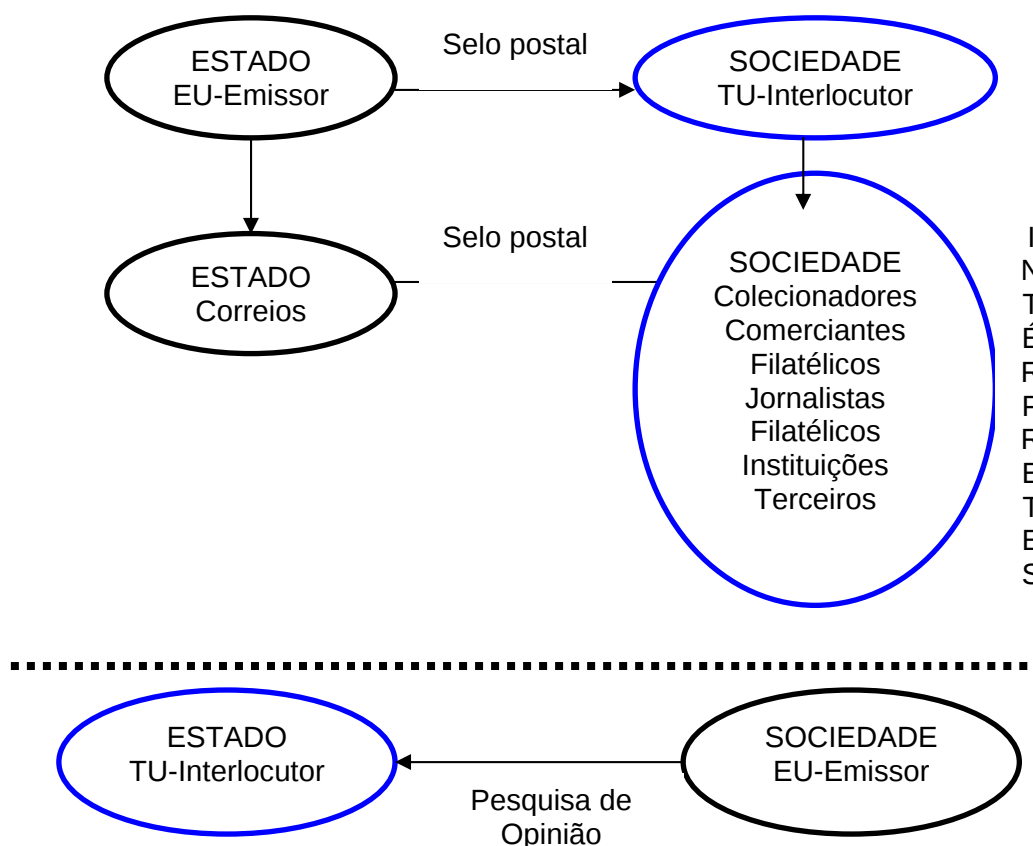


Figura 1 - Ação dialética de comunicação do selo postal

A partir das propostas teóricas expostas chegamos à conclusão, mesmo que cautelosa, de que não é a *frase-motivo* ou a *imagem-motivo* que definem a unidade discursiva de um selo postal. Na verdade, a unidade discursiva é o somatório das condições de possibilidade de participação no ato comunicativo, tanto dos sujeitos falantes, quanto da própria disposição e articulação dos elementos verbo-visuais que constituem a materialidade dos selos postais. Cada selo postal implica um determinado divulgador, assim como um público-alvo e uma imagem de C&T característicos, uma forma de difusão de ciência e tecnologia.

Diante de tal situação, é preciso pensar o texto abrindo-o para distintas formas de interpretação. Entender que a relação texto/discurso está sempre em construção, de forma dinâmica e contínua, pode ser uma delas. Assim, é possível perceber como o EU-emissor, ou o sujeito falante se ancora em um discurso e não em outro, por meio da textualização ou da materialização no texto. Logo, cabe relembrar o que diz Orlandi (2001, p. 67):

O texto mostra como se organiza a discursividade, isto é, como o sujeito está posto, como ele está significando sua posição, como a partir de suas condições (circunstâncias da enunciação e memória) ele está praticando a relação do mundo com o simbólico, materializando sentidos, textualizando, formulando, breve, “falando”.

Além disso, devemos levar em conta que a análise de um selo postal isolado de um acervo vai ser estabelecida por um conjunto de regras que delimitam o *dizer* potencial daquele objeto. O seu dito terá limites bastante marcantes. Por outro lado, como é o nosso caso, ao analisarmos selos postais em conjunto, admitimos que outras regras entram em jogo, delimitando de outra maneira o *dizer* potencial do objeto.

Contudo, o leitor deve ter um olhar atento com relação aos elementos-verbo-visuais que se manifestam nos selos postais, ainda mais considerando que são objeto de tamanho reduzido. Uma frase de Pêcheux (1990, p. 20) ajuda na explicação. “...esses enunciados remetem ao mesmo fato, mas eles não constroem as mesmas significações”. O que quero dizer?

Suponhamos que dois selos foram emitidos para comemorar o centenário da morte de Oswaldo Cruz. Em um selo, apenas vemos a efígie do cientista (*imagem-motivo*), além dos elementos que são obrigatórios em selos postais comemorativos, incluindo a *frase-motivo*. No entanto, no outro selo da série, além da efígie, vemos uma imagem do prédio da Fundação Oswaldo Cruz, mesmo que em segundo plano. É muito importante considerar que essa segunda imagem participa na criação de outros sentidos quando comparamos os dois selos. A materialidade discursiva nos dois selos postais é distinta.

3.1 O texto e o selo: uma leitura com Bakhtin

Na seção anterior explicamos, a partir de Charaudeau, porque consideramos o selo postal um texto. Talvez a proposta da teoria desse autor e algumas das conclusões a que chegamos, bastassem ao propósito de nosso debate.

No entanto, quando fizemos a escolha de nos posicionar neste lugar de debate, espaço em que o conceito *discurso* tangencia áreas como a Linguística e a Comunicação não deveríamos prescindir de um outro importante estudioso do sujeito, da linguagem e das relações sociais. Assim, neste momento, daremos uma

atenção especial ao teórico russo Mikhail Bakhtin. Mas por que? Antes de responder a essa pergunta, gostaríamos de apontar algumas reflexões, o que acarreta um recuo sucinto no tempo.

O entremeio do século XIX com o século XX parece ter sido, dentre outros acontecimentos, o momento histórico em que a linguagem passou a ganhar um estatuto de problema epistemológico ocidental, um lugar de análise da linguagem, propriamente dita, num momento que contrariou a razão kantiana e as idéias racionalista-empiristas do século anterior.

Assim, surgem subsídios para o fortalecimento de uma Filosofia da Linguagem, em que, conforme Costa (2003, p. 7) “filósofos como Frege, Russell e Wittgenstein, desenvolveram reflexões importantes relacionadas à linguagem”. Nesse período ocorre, também, a denominada ‘virada linguística’. Não pode causar surpresa afirmarmos que os trabalhos desenvolvidos perpassaram e ainda o fazem, por distintas escolas de pensamento, autores e perspectivas.

Nesse sentido, Araújo (2004, p. 12) afirma que esse contexto configurou um “novo panorama para a filosofia da linguagem e para a linguística. Nasce, nesse ambiente renovado, a crítica literária, a filologia, as análises do discurso, a linguística do signo de Saussure, o estruturalismo e a semiótica de Peirce”. Ali, foram criadas às oportunidades para que novas teorias emergissem, a partir das visões do russo Mikhail Bakhtin ou do Círculo de Bakhtin, nos campos supracitados.

Não vamos discorrer de forma exaustiva ou erudita pela vida e obra desse autor, posto que, isso já foi feito por estudiosos como Stam (2000), que utiliza conceitos fundamentais na teoria bakhtiniana e faz interessantes inferências sobre a cultura de massa.

Ou, como Fiorin (2006, p. 7), que introduz os conceitos de Bakhtin, “dialogismo, gêneros do discurso, polifonia e carnavalização”, por meio da análise de variados textos dos mais variados gêneros, enaltecendo o que acreditamos, que entender alguns conceitos de Bakhtin facilita a nossa relação com a multiplicidade de textos nos dias atuais. Além desses trabalhos, podemos citar os livros de Beth Brait, *Bakhtin: conceitos chave*, 2005, e Augusto Ponzio, *Revolução Bakhtiniana*, 2008.

Existe uma certa dificuldade, afirmam esses estudiosos de Bakhtin e de sua teoria, de situar os conceitos de forma precisa. Ainda mais, segundo Brait (1997, p. 92)

se levamos em conta o fato de Bakhtin ter diante de mundo e particularmente diante da linguagem uma postura que articula estética, ética, diferentes pressupostos filosóficos, não permitindo que suas reflexões sobre o sentido sejam sistematizadas unicamente sob uma perspectiva linguística. O conceito de linguagem que emana dos trabalhos desse pensador russo está comprometido não com uma tendência linguística, mas com uma visão de mundo que, justamente na busca pelas formas de construção e instauração de sentido, resvala [...] por um conjunto de dimensões entretecidas e ainda não inteiramente decifradas.

Para Bakhtin, precursor na introdução da ideologia nos estudos da linguagem, a língua precisa dar conta das relações sociais e interindividuais. Esta posição foi de encontro à escola de pensamento de Saussure, que defendia o trabalho da língua por um viés sistêmico em que o sujeito era excluído. A visão de Bakhtin convocava as relações entre sujeitos, que eram estabelecidas pela língua, a interlocução entre indivíduos mobilizados em esferas sociais específicas.

Um dos objetos de Bakhtin exigia que as diferentes vozes sociais que o autor mobiliza em seus textos fossem consideradas. Assim, ele possibilitou a introdução de termos como *polifonia* e *dialogia*, no campo de suas reflexões teóricas. Se para Saussure, o valor linguístico do signo mobiliza relações, apenas como parte interna do sistema, para Bakhtin, tudo que é externo, tal como o locutor, o interlocutor, o contexto, participa das relações das quais decorre o valor linguístico.

Para Bakhtin (2002, p. 31), o signo, em oposição a Saussure, é “tudo que é ideológico”, ou seja, “possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia”. Mais adiante ele (1982, p. 32) sugere o que nos parece fluir para o conceito de texto que atribuímos ao selo postal.

Os signos também são objetos naturais, específicos, e, como vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade: ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel ou apreende-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica [...]. Tudo que é ideológico possui um valor semiótico. No domínio dos signos, existem diferenças, pois este domínio é, ao mesmo tempo, o da representação [...], da fórmula científica. [...] Cada signo é um fragmento material dessa realidade. Todo signo

tem uma encarnação material. Nesse sentido, a realidade do signo é objetivo, e passível de estudo.

Para Bakhtin, a língua é constituída de signos que significam o mundo para os indivíduos que dela se utilizam em sua comunicação. Se pensarmos assim sobre o nosso projeto, então, por exemplo, o fato de não aparecer o nome da Inglaterra nos selos postais emitido por esse Estado, não impede de que seus selos postais sejam internacionalmente reconhecidos, visto que, no lugar do nome por extenso uma pequena efígie da Rainha Vitória é ilustrada. Ou seja, esse signo cria sentidos com relação à Inglaterra, à Monarquia, à tradição e ordem européia etc, tanto nos indivíduos que nasceram e ali residem, quanto naqueles que vivem além das fronteiras britânicas. O selo difunde, por meio de distintos e diversos signos, múltiplas recorrências temáticas e discursos, sendo a ciência uma delas.

Bakhtin (2004, p. 123) concebe a comunicação como um processo interativo, muito mais amplo do que a mera transmissão de informações. Para ele a linguagem é interação social. O sujeito falante, no nosso caso o Estado, deixa em seu texto, o selo postal, registro de sua presença, além de pressuposições sobre o que o interlocutor gostaria ou não de ler, tendo em vista também seu contexto social.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas lingüísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato fisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

A noção de interação por meio do discurso é gerada pelo efeito de sentidos originado pela seqüência dos atos de fala, pela situação, pelo contexto histórico social, pelas condições de produção, pelas funções e materialidade dos textos e, também, pelos papéis sociais desempenhados pelos interlocutores. Ou seja, além dos elementos verbo-visuais, as condições de produção do discurso são fundamentais.

Nessa dimensão social, o discurso é marcado pelo dialogismo, pela troca entre o EU e o TU, emissor e interlocutor. Dialógico, porque se concebe num espaço de interação com o outro e se constrói por meio dessa mesma interação de acordo com os interesses dos sujeitos falantes.

O conjunto dos diferentes e distintos *media* constitui diferentes gêneros em relação a um sistema cultural maior, que é a comunicação humana. Para Bakhtin (2002, p. 112), "qualquer enunciação é produto de uma interação entre dois indivíduos socialmente organizados". Dessa forma, a estrutura da enunciação é determinada pelo meio social mais amplo e/ou pela situação social mais imediata, que obriga o discurso interno a realizar-se numa expressão exterior definida.

De acordo com essa perspectiva, ao produzir uma enunciação, um sujeito sempre invoca um discurso peculiar a um certo estrato social ou grupo particular de atores sociais do qual, conforme Bakhtin (2002, p. 126), apropria-se de um certo repertório de "fórmulas correntes estereotipadas que se adaptam ao canal de interação social que lhe é reservado". Esse aporte teórico serve para explicar a relação ou correlação entre os sujeitos falantes que estabelecem atos comunicativos por meio dos selos postais.

É por meio da materialidade do selo postal, dentre outros fatores socialmente estabelecidos, que o Estado interage com o seu interlocutor. O selo postal, enquanto texto, pode ser situado no domínio discursivo publicitário, cotidiano ou escolar, com códigos semiológicos específicos e um rico manancial de veiculações discursivas político-ideológicas. Para além disso ainda devemos considerar a seguinte questão.

Falar em texto, sob um prisma bakhtiniano, nos obriga a perpassar pelo conceito de gênero discursivo, que segundo Fechine (2001, p. 14), é "um conceito chave para a compreensão dos textos". Assim como os outros autores que citamos anteriormente, Fechine (*apud* MACHADO, 2001, p. 15), ancorada na teoria bakhtiniana de gênero, vai sugerir que

o gênero é uma força aglutinadora e estabilizadora dentro de uma determinada *linguagem*, um certo modo de organizar idéias, meios e recursos expressivos, suficientemente estratificado numa *cultura*, de modo a garantir a comunicabilidade dos produtos e a continuidade dessa forma junta às comunidades futuras. Num certo sentido, é o gênero que orienta todo o uso da linguagem no âmbito de um determinado meio, pois é nele que se manifestam as *tendências expressivas* mais estáveis e organizadas na evolução de um meio, *acumuladas ao longo de várias gerações* de enunciadores.

Corroborando com Fechine, pensamos que o selo postal deve ser analisado por duas dimensões: uma trataria o selo postal enquanto estrutura semiótica, estésico-estético, e a outra como aparato histórico-social, por conseguinte cultural.

Essa dupla natureza do gênero selo postal - tanto uma configuração textual como um fenômeno sociocultural - acarreta distintos meios de análise.

Afirma Fechine (2001, p. 18) que "quando colocados em relação, tais critérios nos ajudam a compreender melhor como, a partir de recursos técnico-expressivos de um dado meio e de uma determinada linguagem, toda uma tradição de gêneros é *regenerada* em um modo e organização própria daquela mídia". Pode-se identificar a configuração sintático-semântica (esfera de conteúdos e estilos), da natureza textual do selo postal, como a suas esferas de usabilidade, ou seja, o nível das matrizes culturais em torno das quais já se produziu toda uma tradição de emissões postais e, por conseguinte, de gêneros.

Existe uma relação direta entre as propriedades verbo-visuais dos selos postais comemorativos e as propriedades discursivas da instituição que os produzem, ou seja, o Estado, por meio dos Correios e da Comissão Filatélica Nacional, que tem como uma de suas funções produzir e gerenciar certos tipos de textos, sendo um deles o selo postal.

Ao considerar o selo postal um gênero do discurso¹⁸, é possível perceber os modos de dizer da instituição. Por um lado, o discurso tem como objetivo intervir em uma determinada realidade social e, por outro, os membros que constituem essas instituições têm o privilégio de estarem, ano após ano, por meio das emissões de selos postais, legitimando o lugar que ocupam ou querem ocupar.

Para definirmos a questão dos gêneros vários são os fatores envolvidos. A função social, a natureza em que o discurso está imerso, os aspectos formais e de composição. Propomos que os dois primeiros aspectos, a função social e a natureza em que o discurso está inserido estabelecem ou determinam os dois últimos, formais e de composição.

Como lembra Maingueneau (2007, p. 141), é habitual conferir ao gênero "um estatuto essencialmente formal, o de um conjunto de propriedades estilísticas, ao passo que o gênero define também as condições de utilização dos textos que pertencem a ele". Os gêneros discursivos, como unidades comunicativas, manifestam diferentes intenções do autor, procuram informar, convencer, seduzir,

¹⁸ Acreditamos que com este estudo seja possível contribuir para que o selo postal integre, por exemplo, o Dicionário de Gêneros Textuais, visto que não foi contemplado ainda porque, segundo Costa (2008, p. 12) "há gêneros que carecem de pesquisas".

entreter, sugerir estados de ânimo, etc. É possível categorizar os gêneros discursivos, levando em conta a função comunicativa que neles predomina.

Para Bakhtin (2003, p. 261), três elementos configuram um gênero discursivo: “conteúdo temático, estilo e construção composicional”. O *conteúdo temático* diz respeito à abordagem dos objetos, “temas”, que passam pelo “processo de valoração de uma determinada esfera em determinado tempo e contexto”; *estilo* está relacionado à “seleção dos recursos léxicos, fraseológicos e gramaticais utilizados para compor o gênero”; *construção composicional* concerne às “formas de composição e acabamento dos enunciados”, ou seja, ao arranjo esquemático em que o conteúdo temático se assenta e aos modos discursivos de organização textual.

De acordo com Bakhtin, os gêneros podem ser divididos em dois grandes conjuntos: primários, oriundos de circunstâncias de comunicação espontânea que se constituem em situações discursivas construídas em instâncias privadas, ou seja, em esferas cujas atividades estão vinculadas às experiências cotidianas e/ou íntimas: missivas pessoais, etc; secundários, que provêm de circunstâncias de comunicação cultural e que figuram em situações discursivas construídas em instâncias públicas, ou seja, em esferas cujas atividades sócio-culturais têm um caráter relativamente mais formal, como os selos postais comemorativos.

Durante o processo de sua formação, esses gêneros secundários absorvem e transmutam os gêneros primários (simples) de todas as espécies. (...) Os gêneros primários, ao se tornarem componentes dos gêneros secundários, transformam-se dentro destes e adquirem uma característica particular: perdem sua relação imediata com a realidade existente e com a realidade dos enunciados alheios - por exemplo, inserida no romance, a réplica do diálogo cotidiano ou a carta, conservando sua forma e seu significado cotidiano apenas no plano do conteúdo do romance, só se integram à realidade existente através do romance considerado como um todo, ou seja, do romance concebido como fenômeno da vida literário-artística e não da vida cotidiana. O romance em seu todo é um enunciado, da mesma forma que a réplica do diálogo cotidiano ou a carta pessoal (são fenômenos da mesma natureza); o que diferencia o romance é ser um enunciado secundário (complexo) (Bakhtin, 2003, p. 263-264).

A riqueza e a variedade dos gêneros do discurso são infinitas, pois a variedade virtual da atividade humana é inesgotável. Cada esfera dessa atividade comporta um repertório de gêneros que se vai diferenciando e ampliando à medida

que a própria esfera se desenvolve e fica mais complexa.

O colecionador ou comerciante filatélico, sujeitos falantes do ato comunicativo, podem até ignorar a existência teórica sobre discurso e gêneros, mas, na prática de colecionar e se comunicar socialmente, os utiliza com segurança e destreza.

O selo postal comemorativo pode e deve ser utilizado como um dos diversos textos para estudos, por exemplo, do imaginário coletivo. Vejamos: partamos do pressuposto que a imagem de Oswaldo Cruz é caracterizada, em múltiplos *media*, por meio da legitimação de suas ações sociais. Podemos afirmar, então, que a sua imagem habita o imaginário brasileiro e alhures.

Motoyama (2004, p. 224) mostra porque isso é possível:

Como outras instituições da época, o Instituto Soroterápico foi criado para solucionar problemas imediatos. Porém, graças ao talento e à habilidade política de Oswaldo Cruz, seu trabalho repercutiu nacional e internacionalmente [...]. Sua ação foi ampla, estendendo-se desde o oferecimento de cursos, realização de pesquisas e fabricação de produtos.

Ora, consideramos o selo postal um *media*. E, se ele ilustra a imagem desse médico-sanitarista, homenageia alguma efeméride relacionada às suas atividades profissionais, científicas ou pedagógicas, ou ainda, estampa elementos verbo-visuais característicos do campo discursivo científico, podemos afirmar que o selo postal serve ao estudo desse imaginário.

Nesse sentido, os selos postais comemorativos fazem parte de um conjunto de técnicas de ampliação da capacidade de comunicação humana. São técnicas que permitem a transmissão de códigos e atuam como uma fonte de interação entre um locutor (Estado) e muitos interlocutores (instituições, colecionadores, comerciantes, não-colecionadores, não-comerciantes, jornalistas filatélicos etc).

Esse discurso é praticado por meio do discurso pautado na meta-articulação entre o verbal e o visual. Por um lado interfere nos sistemas sociais, na medida em que os ratifica ou modifica. Pelo outro, mostra como a ação desses sistemas sociais interpela a forma de pensamento humano.

A apreensão do real científico é verificada por meio do selo postal que direciona as escolhas das pessoas. Voltemos ao exemplo de Oswaldo Cruz. As

possíveis recorrências temáticas são múltiplas quando pensamos, por exemplo, sobre 'saúde coletiva' ou 'medicina'.

Ilustrações dessas temáticas podem incluir figuras da efígie do Oswaldo Cruz, da edificação da Fundação Fiocruz, do termo 'Pavilhão Mourisco'. Além disso, podemos identificar figuras de seringas, de ratos, de utensílios médicos ou laboratoriais etc.

Então, o colecionador interessado nessas temáticas, escolhe os selos postais que figurativizem e tematizem essas recorrências. Por um lado, ele cria a condição de emergência de narrativas e discursos científicos. Por outro, alguns possíveis temas são silenciados pelo próprio discurso materializado no objeto.

Não é apenas um ato comemorativo, ou uma forma de agradecimento para com ações de quem acreditava numa saúde pública de qualidade e para todos, ou uma atitude consciente da construção e manutenção da memória social, mas a produção de sentido por meio de um discurso pautado na 'verdade', institucionalizada, em que o selo postal, dialogicamente, alicerça a criação de um estereótipo social e de sistemas sociais sedimentados nessa realidade científica.

O Estado, ao produzir selos postais comemorativos contribui para a possibilidade de que ocorra um processo de assujeitamento. Sugerimos que, em certa medida, existe uma sustentação das relações sociais a partir desses códigos, divulgados e traduzidos por componentes de uma indústria cultural.

Isso corrobora com a nossa idéia de que o selo postal comemorativo operacionaliza a socialização imposta por um sistema capitalista, uma vez que gera o simulacro do desejo do consumo da 'verdade' científica. O real ou a 'verdade' científica também é produzida com a contribuição dos selos postais comemorativos, sejam eles constituintes de acervos individuais ou coletivos, privados ou públicos.

Os selos postais detêm na sua minúscula interface uma incontável variedade de signos, que deixaram de ser apenas signos e são transformados em veículos de transmissão de verdades estabelecidas, de significações de mundo e de sentidos socialmente construídos.

4 PRIMEIRA PARADA - O selo postal

Após uma caminhada que conectou duas direções, uma que tratou de C&T e comunicação científica e, a outra, que explorou a comunicação, o discurso e o texto, resolvemos fazer uma parada. Essas direções foram necessárias à formulação da nossa investigação teórica. Estamos cientes das inúmeras possibilidades de abordagens teóricas, assaz tentadoras.

No entanto, nos é facultativo, enquanto pesquisadores, considerar quais abordagens se fazem merecer como adequadas e satisfatórias. Destarte, houve um esforço em dar-lhes a respectiva importância, numa medida coerente, que desse conta da nossa caminhada.

Assim sendo, paramos porque é chegado o momento de olhar atentamente para o selo postal. Um tipo de olhar que está sendo colocado em xeque, conforme Esquirol (2008, p. 9), por um “momento em que tanto a superficialidade como o desequilíbrio são sintomas inequívocos de nossa sociedade”. Mesmo assim, é uma prática de olhar que exige escrutínio e respeito para como o artefato.

A partir deste momento, a etimologia do termo *selo* será explorada. Analisaremos as causas e os efeitos do surgimento do sistema de correios. Estudaremos sobre as condições oferecidas ao surgimento do porteamento de correspondências. Como efeito, verificaremos o advento do selo postal adesivo.

Ainda nessa trajetória, veremos como esse artefato foi importado ao Brasil. Em seguida, construiremos um feixe de relações históricas particulares ao advento do selo postal comemorativo brasileiro e sua repercussão sócio-cultural. Por fim, identificaremos os elementos constitutivos do selo postal comemorativo por meio de um estudo detalhado.

A palavra selo deriva, diretamente, do termo em Latim *sigillum* ou *sigillu*. Várias são as acepções¹⁹ possíveis: selo, signo, sinal, sinete, chancela, marca, carimbo, estampilha, cunho, distintivo, imagem pequena, símbolo, emblema etc. Costa (2008, p. 36) trata de nos alertar para o fato de que “a noção de proximidade entre esses termos é resultado da marcação por meio de selos, praticado há muito

¹⁹ Segue um exemplo de um das acepções utilizadas da palavra selo, em Latim: *Litterae integris signis*, que significa ‘carta com os selos intactos’. Nesse exemplo é possível perceber que a palavra ‘selo’ era designada por *signis* que é uma variação de *signum*, que em Português significa ‘signo’. Outros exemplos podem ser encontrados no DICIONÁRIO de Latim-Português, 3. ed., Portugal: Porto, 2008. p. 604.

tempo". No passado longínquo, o *sigillum* era a nomenclatura dada ao sinete que era utilizado pelos líderes para autenticar a documentação, destarte a manutenção da inviolabilidade dos conteúdos da mesma.

O selo, então, se caracteriza por ser uma tecnologia utilizada em diversos lugares, em múltiplas ocasiões e em distintos momentos históricos. Capital para as civilizações orientais, utilizada por soberanos, religiosos e instituições para autenticar, legitimar e fiscalizar documentos, identificar as propriedades (sejam elas os espaços, os lugares, a fauna, a flora e as pessoas), ratificar decisões pessoais ou institucionais, confirmar o poder dos acordos, garantir a inviolabilidade de segredos, condicionar a permuta de missivas, estabelecer parâmetros mercantis, registrar a memória humana a partir de sua visibilidade, criar identidades individuais e coletivas, além de, produzir sentidos.

A história do selo, do ponto de vista que nos interessa, remonta ao ano 4000 a.C., na China, onde existiu um tipo de serviço de transporte e comunicação, realizado, conforme afirma Gontijo (2004, p. 103), por "emissários que percorriam enormes distâncias levando e trazendo as informações", entre as distintas tribos. Naquele período já se registrava o pensamento humano em suportes físicos (madeira, pedra, argila, couro etc).

Assim, também, afirma Sampaio (1992, p. 15):

desde as mais antigas civilizações, muito antes da nossa era Cristã, assim que surgiu a escrita, existem os correios transportando e entregando mensagens escritas pelo mundo inteiro. Das tablitas e papiros até a nossa atual correspondência o seu transporte e entrega sempre foram serviços de suma importância para as sociedades em geral como para o homem.

Talvez, no início da Era da Escrita, o selo, propriamente dito, ainda não existisse. Todavia, isso não impede a possibilidade do desenvolvimento de suas Histórias ou da reconstrução dos caminhos percorridos pelos primeiros documentos. Nem tampouco, exime a possibilidade de conectar essas Histórias ao surgimento das missivas postais, estas sim, contendo as primeiras estampilhas, culminando numa História Postal ou numa História dos Sistemas Postais.

Existe, no entanto, uma outra forma de estudar o selo. Olhá-lo como uma espécie de emblema, que conforme Chevalier e Gheerbrant (2006, p. XVI) "é uma figura visível, adotada convencionalmente para representar uma idéia, um ser físico

ou moral", comum aos humanos. Vê-las como objetos sígnicos e entendê-las como uma tecnologia que criou as possibilidades para que a Humanidade pudesse ramificar o conhecimento, estabelecer padrões semânticos perceptíveis e descritíveis, mas também enunciar suas idiossincrasias.

Mas, talvez, mais apropriado, fosse encarar um desafio intelectual para trazer à luz o campo epistemológico do fluxo de informação humano por meio dos selos. Momento raro, em que os conhecimentos se manifestam e as tramas semânticas se propagam. Selos que são o lugar onde emerge o que Foucault (2005, p. 31) vai denominar de "acontecimento discursivo", objetos que constituem ou conduzem textualidade.

Tomaria forma uma arqueologia da transmissão de conhecimento, em que se pressupõe uma certa semelhança entre os signos e suas configurações e, que a partir dessas figuras, conforme Foucault (2002, p. 25), tentaríamos ver o "modo como o mundo deve se dobrar sobre si mesmo, se duplicar, se refletir ou se encadear para que as coisas possam assemelhar-se". Parte deste trabalho assume seu papel, ainda que embrionário, de criar mais um caminho onde seja possível compreendermos os selos, como os signos a formam e remetem ao que indicam. Para isso é preciso olhar os selos atentamente.

Estamos atentos à possibilidade de podermos olhar para o nosso consciente sobre as aproximações possíveis e os distanciamentos necessários. É um olhar que nos conecta ao mundo, carregado de uma ética cognoscitiva, de respeito e de moral. O mundo que vemos, respeitamos e servimos é o mesmo que nos vê, nos respeita e nos serve. Tratamos de ordenar as coisas e as palavras e essa ordem implica uma ética do olhar.

Essa assertiva, apesar de parecer oriunda de tratados filosóficos, e que não deixa de ser, em verdade, está mais ligada à maneira cotidiana de olharmos ao nosso redor, de vermos o visível e saber que ali, também, está o invisível. Segundo Esquirol (2008, p. 54), para "descobrirmos o que é digno de ser levado em consideração", ainda mais se o foco for um objeto de pesquisa acadêmica, temos a convicção de que é preciso um olhar atento, respeitoso, ético, questionador, mas também, "que se olhem inúmeras vezes, em repetidas oportunidades".

Olhar atentamente os selos nos permite a elaboração de múltiplas narrativas históricas. Sejam eles partícipes de uma realidade particular ou coletiva, pública ou privada, da ordem do folclórico ou do institucionalizado. Perpassar os selos, por

distintos e diversos que possam ser, no decorrer de um pretérito carregado de saberes inacessíveis, de ditos e silêncios, de fontes orais, escritas e visuais. De fato, podemos empreender uma “arqueologia” do selo postal, na concepção que Kossoy (2003, p. 21) utilizou nos estudos sobre a fotografia.

Alguns desses selos, por meio de estudos arqueológicos, antropológicos e históricos, preservam e difundem um possível repertório de temas que aí estão para serem profundamente explorados ou, como sugerem Raento e Brunn (2005, p. 145, tradução nossa): “servem para celebrar ou protestar”.²⁰ Ainda que apenas esbocem pistas e indiquem caminhos. Selos, como as missivas postais, podem ser veículos de poder e, ao mesmo tempo, de resistência.

A nossa análise, então, versará sobre essa emaranhada história do sistema de correios. De forma alguma busca a completude das explicações, comprovações e legitimações. Traçará um caminho que chega ao século XXI, lugar de nossos ditos e não-ditos, em que é possível perceber um serviço de correio resultante de uma das características essenciais dos humanos: a comunicação.

É necessário entender que os suportes utilizados variavam em função da época e do local, mas, também, das condições de desenvolvimento econômico e tecnológico daqueles que deles se serviam. Ou seja, do simples grito humano, ao tocar dos tambores; da fumaça às trombetas; dos cordéis aos corpos dos escravos; do uso de animais ao manuseio de argila, madeira e papiro, tudo foi válido enquanto processo de comunicação humana, mesmo quando o conteúdo não chegava ao seu destino. Diante da imperiosa premência de comunicação a distância, motivada pelas novas maneiras de organização social do homem, os serviços ganharam regularidade e novos produtos de informação foram criados, como por exemplo, a correspondência ou missiva postal

Sendo assim, conforme Sarmiento (1981, p. 40, tradução nossa), “a carta mais antiga de que se tem conhecimento foi escrita na Babilônia”²¹, e complementa Margulies (1971, p. 34) “trata-se de uma tabuleta de argila, em que uma dama, de nome Navirtum, escreveu, em letras cuneiformes, a outra dama chamada Husutiya, que só a visitaria na ausência do marido”.

²⁰ Texto original: “they are useful to celebrate or protest”.

²¹ Texto original: “the oldest letter we know about was written in Babylon”.



Figura 2 - Comunicação por correspondência na Antiguidade

Fonte: www.professorsoares.adv.br/topical.html

Acredita-se que o sistema postal, como hoje o conhecemos, foi iniciado na Pérsia, por Dario, em 500 a.C." Estudos nessas áreas sugerem que os serviços regulares de correios remontam ao Egito Antigo, China, Japão e Império Persa. Masperó (2009, informação eletrônica, tradução nossa) afirma que, em antigas tumbas faraônicas

descobriu nos restantes de uma biblioteca regular que, originalmente, continha milhares de tabletas de argila, todos metodologicamente organizados e catalogados, em primeira mão, documentos de um reinado, que incluía cartas correspondidas com os administradores provinciais.²²



Figura 3 - Carta faraônica

Fonte: www.hailtothequeenblog.blogspot.com

Silva (1995, p. 18) sugere que "os persas enviavam mensagens [...] e chegaram a ter 111 postos de trocas entre a capital Persópolis e o Mar Egeu, intercalados um dia de caminho cada um, distância percorrida por cavalos". Não era

²² Texto original: "have been discovered in the remains of a regular library, which must originally have contained thousands of clay tablets, all methodically arranged and catalogued, at first-hand, which included letters exchanged with provincial governors."

permitido o uso desse serviço por particulares. O sistema de correios, além dos cavalos, utilizava “pombas e andorinhas que percorriam 48 km entre um posto de troca e outro”. Serviço esse, também conhecido no Egito e em Roma.

Confúcio, o pensador chinês, falava sobre um correio real, talvez um dos primeiros correios postais – século III a.C. - no qual o papel foi utilizado como suporte comunicacional. Silva (1995, p. 19) relata que “na época do Imperador Tsinsci-Hoanti, 230 anos a.C., o correio foi aperfeiçoado”.

Por sua vez, a Bíblia (2009, informação eletrônica) também menciona como era feito o transporte das cartas, em 700 a.C., que “por intermédio de mensageiros, o rei enviou, a Jerusalém e às cidades de Judá, cartas prescrevendo que aceitassem os costumes dos outros povos da terra”.

Na Europa, durante a hegemonia romana, o primeiro serviço regular de que se tem comprovação histórica – *cursus publicus* - foi estabelecido pelo Imperador Octávio Augusto. No Século I a.C. mandou construir pequenos espaços de recolhimento e despacho, nas estradas por onde passavam os militares e as comitivas oficiais, denominados “positas”, que do Latim vai derivar o termo “posta”, atualmente utilizado.

Na Grécia, também é possível identificar um uso de correio regular, principalmente, conforme Silva (1995, p. 22), pelos “relatos nos textos de Platão, Aristóteles, Plutarco, Eurípides e outros”. Assim, foi por meio do que Landowski (2002, p. 176) vai chamar de “função de signo, mas também valor de ato”, que as correspondências transmitiam ordens dos Reis aos administradores de suas terras, que comerciantes pediam suas mercadorias aos artesãos, que comandantes gerenciavam os combates, os suprimentos e a logística dos exércitos e que amantes se faziam presentes para o outro, mesmo ausentes pela distância física.

A partir da afirmação de Chevalier e Gheerbrant (2006, p. 811, grifo dos autores) podemos identificar além de três aspectos relevantes resultantes da utilização do selo, em tempos pretéritos, um simbolismo rico e harmônico.²³

1. O Rei imprime o seu selo sobre os documentos, sendo, portanto, *senal de poder e de autoridade*; 2. O selo preserva um documento de uma publicação antecipada (testamento), sendo, portanto, *um símbolo de segredo*; 3. O selo marca uma pessoa ou um objeto como

²³ Apesar de fazer parte do simbolismo mencionado, as inúmeras acepções mítico-religiosas com relação ao selo não serão abordadas.

propriedade indiscutível daquele cuja estampilha traz, sendo, portanto, *símbolo de legítima propriedade*.

Silva (1995, p. 20-21) afirma que no Egito, na 19ª dinastia (1200 d.C.), os faraós tinham um serviço exclusivo de mensageiros que “lhes traziam mensagens de todo o reino”. Leonard (1968, p. 63) sugere que a força mais poderosa jamais vista pela Humanidade, os Mongóis de Gengis Khan, não foi capaz de vencer os japoneses. Por volta de 1281, os Mongóis, lutaram contra vários aliados dos japoneses, incluindo “as cartas que o Imperador vigente escreveu às tumbas de seus ancestrais solicitando proteção aos espíritos do planeta”.

Na Idade Média, principalmente no continente europeu, o sistema de correspondências evolui. Margulies (1971, p. 34) cita, por exemplo, que “as ordens monásticas organizaram uma rede de correios entre si”. E completa: “fora da área monástica os reis outorgavam o privilégio exclusivo de exploração do correio a alguns nobres súditos, selecionados segundo a lealdade”. De igual modo, afirmam Davies e Maile (1990, p. 7, grifo nosso) “na Inglaterra de 1635, o Rei Charles I emitiu um decreto autorizando o uso do *seu* Correio Real pelos seus súditos”.²⁴

É difícil estabelecer uma data ou período adequado que mostre quais foram as causas das transformações sociais mais agudas. Certo está que o século XV, num contexto que interliga a Europa, a Ásia e outros territórios conquistados e anexados aos reinos, foi o momento cronológico que permitiu que o serviço de correios passasse por uma segunda revolução.

Foi na França de Luiz XI, em 1464, que surgia uma grande reforma postal, que muito se assemelhava ao *cursus publicus* romano, ainda que tenha incluído novas modalidades de serviço baseadas, particularmente, no pensamento e filosofias modernas.

Em pleno século XVI, as cartas jesuíticas ou epistolares eram um artefato de divulgação das atividades da Companhia de Jesus, ordem religiosa que nascera da idéia de conversão de infiéis e restituição à pureza primitiva da igreja, liderada por Inácio de Loyola. Devido à expansão ultramarina, o aumento dos espaços geopolíticos ocupados e a distribuição de seus integrantes, a Companhia utilizou as cartas como um instrumento fundamental à manutenção de sua unidade e

²⁴ Texto original: “It was on 31 July 1635 that King Charles I issued a proclamation allowing his subjects to use his Royal Mail.”

comunicação entre Roma - matriz da Companhia - e os membros dispersos pelo mundo.

O sistema postal utilizado pela Companhia, de certa forma, imitou o sistema de comunicação utilizado pelo comércio. Com a expansão marítima o volume dos negócios aumentou e, por conseguinte, o das correspondências. Elas partiam e chegavam dos quatro cantos do mundo, utilizando o transporte marítimo. Mas assim, também, elas naufragavam ou eram saqueadas por piratas.

No caso do Brasil, as primeiras missivas epistolares foram, conforme Hue (2006, p. 21) "as cartas de 1551 e 1555 que nos revelam um panorama algo absurdo". Relatos emocionantes e comoventes de jesuítas que vieram em nome da Companhia de Jesus e se defrontaram com um enorme choque cultural.

Em outro momento histórico, Wallace (1967, p. 133-134, tradução nossa) lembra que

no século XVII, no império russo, do Czar Alexis, um sistema postal internacional foi estabelecido para melhorar as comunicações com o Oeste, mas se a reclamação do mercador russo Ivan Pososhkov tem que ser respeitada, até esta tentativa de ser um bom vizinho trouxe desvantagens à Rússia. Em 1701, Pososhkov escreveu: '[estrangeiros] abriram um buraco na nossa terra desde a deles, e de longe as pessoas podem, através deste buraco, observar todas as relações comerciais e políticas. Este buraco é o correio. O mal que causa para o Império é incalculável. Tudo que se passa na nossa terra é notícia no resto do mundo'.²⁵

Outros propósitos encontraram seus caminhos por meio das correspondências. Perrot (2006, p. 108) conta que "um espírito capitalista se infiltra nas conversas e correspondências familiares e modifica a imagem da família", na França do século XIX.

O autor também mostra, (2006, p. 138), como por meio das cartas uma noiva "expressa a perfeição dos novos ideais do casal republicano, inteiramente imbuído de estoicismo romano e livre pensamento, que erige sua própria unidade em

²⁵ Texto original: "Under Czar Alexis in the 17 Century an international postal system was established to improve communications with the west but, if the complaint of the Russian Ivan Pososhkov is to be credited, even that attempt to be neighborly worked to the Russians disadvantage. In 1701, Pososhkov wrote: '[Foreigners] have cut a hole from our land into their own, and from outside people can now, through this hole, observe all our political and commercial relations. This hole is *the post*. The harm it does to the realm is incalculable. Everything that goes on our land is known to the whole world'."

religião". Ou, ainda, como essas mesmas cartas poderiam denunciar um *affaire*, segundo nos afirma Balzac (1850, p. 50, *apud*, Benjamin, 2000, p. 45):

Pobres mulheres da França! Bem queríeis permanecer desconhecidas por tecer o vosso pequeno romance de amor. Mas como haveis de consegui-lo numa civilização que [...] conta as cartas e as sela uma vez no despacho e outra na entrega?

Martin-Fugier (2006, p. 224) sugere como os grandes deslocamentos eram substituídos, em épocas festivas, como no Natal e na Páscoa, pelo envio de cartões,

um costume parisiense da metade do século XIX, em que 'as pessoas que recebem esses cartões afetam desprezar essa atenção de três francos o cento, mas, se se abrisse mão desse costume, as mesmas pessoas diriam: Fulano não tem cortesia: nem sequer enviou um cartão!'

Ou como soberanos contratavam piratas, por meio de cartas "legais", para realizarem saques em outras embarcações como sugere Sanchez (2008, informação eletrônica):

Apesar de sempre terem sido temidos e combatidos por nações, os piratas já lutaram lado a lado com os governos, durante os tempos de guerra, nos séculos XVI, XVII e XVIII. Eles eram 'contratados' para capturar navios inimigos e geralmente tinham que entregar uma parte da riqueza conseguida ao rei. A acrobacia para tornar as ações 'legais' era legitimada pela Carta do Corso.



Figura 4 - Carta do Corso (1890)
Fonte: <http://g1.globo.com/>

Assim, no século XIX, quando a identidade do sujeito encontrava dificuldades de manter seu homônimo inviolável diante do incremento, por exemplo, da urbanização, novas textualidades surgiram e as velhas ganharam novos suportes e funções, como por exemplo, os cartões postais e a fotografia. Também é possível perseguir os rastros humanos que foram inscritos, objetos e lugares de onde o sujeito enunciava, ocupava seu momento histórico, materializando os sentidos e expondo sua identidade. O cartão postal, por exemplo, que como conta Daltozo (2006, p. 13), assim surgiu:

O correio [no século XIX] também era dispendioso e demorado, utilizando o navio, o trem, o cavalo e a diligência como meios de transporte das cartas e encomendas. O custo alto da remessa de correspondências foi um dos motivos que fizeram com que o austríaco Emmanuel Hermann, professor de economia política da Academia Militar de Viena, sugerisse ao Correio a criação de um meio de comunicação mais fácil, barato e rápido, enviado a descoberto, ideal para mensagens curtas, mas que custasse a metade do valor de uma carta convencional. Essa sugestão ocorreu em 29 de janeiro de 1869 num artigo de jornal, alegando que as pessoas ansiavam por um meio mais simples e menos dispendioso de se comunicarem. Sua sugestão foi aceita em 1 de outubro de 1869 com a criação do pioneiro *Correspondenz-Karte* [Cartão-Postal]. Uma simples cartolina no tamanho 8,5 cm por 12 cm, contendo na frente apenas o selo do Império Austro-Húngaro impresso no canto superior direito e espaço para a menção do destinatário. No verso, local para mensagens curtas. Essa data é considerada o início da Cartofilia.



Figura 5 - 1º Cartão Postal (1869)
Fonte: www.girafamania.com.br/

Foi por meio desses novos documentos postais que, conforme Corbin (2006, p. 421), "em torno de 1900, foram expedidos quase um milhão de exemplares, contribuindo para esta acumulação de símbolos do Eu e de posseção individual". Sugere ainda que

bruscamente, no final do século XIX, o cartão-postal difunde-se aos milhões por todo o Ocidente. Facilita a ampliação da rede de correspondência, contribui para estreitar laços entre parentela ou o círculo de amigos, estimula a coleção e a constituição do álbum de lembranças. Suas fórmulas estereotipadas economizam palavras; o postal permite a indivíduos que até então ignoravam a escrita epistolar exprimir à distância seus sentimentos (CORBIN, 2006, p. 421).

Por outro lado, nem todos concordam que as representações ilustrativas são fiéis para demonstrar como as palavras e as coisas se precisavam e as noções se refinavam. Certamente, uma discussão que cabe no âmbito dos estudos historiográficos e de suas fontes. Assim, Perrot (2006, p. 11) sugere que

as correspondências familiares e a 'literatura pessoal' (diários íntimos, autobiografias, memórias), embora sejam testemunhos insubstituíveis, nem por isso constituem os documentos 'verdadeiros' do privado. Elas obedecem a regras de boas maneiras e de representação de uma imagem pessoal que regem a natureza de sua comunicação e o estatuto de sua ficção. Não há nada menos espontâneo do que uma carta; nada menos transparente do que uma autobiografia feita para ocultar tanto quanto para revelar. Mas essas sutis manipulações do esconder/mostrar nos levam, pelo menos, à entrada da fortaleza.

Decerto, o período em que se deu o início da reprodutibilidade técnica, foi um período da Humanidade, principalmente na Europa, em que as novas textualidades, incluindo o cartão postal e o selo postal, mas também as assinaturas, as fotos e tantas outras, serviram como matéria para o entrecruzamento de discursos da sociedade civil, do privado, do público, do íntimo e do individual. Por meio desses textos, ora veículos de comunicação, ora objeto de coleção, os anseios da Modernidade se faziam presentes.

Esse foi um momento histórico em que as obras de arte perderiam as suas auras, segundo Benjamin (1992, p. 213), atingidas pelas "técnicas de reprodução". Ou, como sugere Virilio (1994, p. 91), foi o segundo *momentum* de uma "trajetória lógica da imagem", a era da "lógica dialética", manifestada no decorrer do século XIX. Ainda assim, segundo Deleuze (1992, p. 223), toda a produção simbólica pode estar ligada à produção tecnológica. Ou seja, cada grupo social ou sociedade utiliza certas tecnologias "não porque [...] sejam determinantes, mas porque elas exprimem as formas sociais capazes de lhes darem nascimento e utiliza-las".

Tecnologias como cartões-postais, selos postais, fotografia e o cinema foram, naquele século, os meios em que houve o entrecruzamento de mensagens privadas e singulares com mensagens públicas e massivas, meios que possibilitaram o choque entre as obras originais, de "ocorrência única", com a sua própria reprodução, uma "ocorrência em massa".

Em que pese a relevância de uma arqueologia da *sigillum* ou do próprio sistema de correspondências, o que pode ser compreendido, também, por troca de informações ou acúmulo de conhecimento, o nosso foco é compreender uma tecnologia específica.

O selo é uma tecnologia que em certo período histórico, por decorrência das transformações ocorridas com relação ao seu próprio estatuto, mas, também, por causa das mudanças sócio-culturais e dos avanços tecnocientíficos, permitiu o surgimento de uma derivação direta: *o selo postal*.

Somos impelidos a refletir sobre o selo postal como um indício do passado no presente que, segundo Burke (2004, p. 20), "tanto deixa transparecer quanto omite". Não deixamos que olhares desatentos nos escureçam a visão, possibilitando, assim, não apenas uma relação face a face com a história, ou que os elementos verbo-visuais recriem-se, mas, sobretudo, que esses elementos existem e que não devem ser ignorados.

Para isso, partimos do pressuposto sugerido por Fiorin (1999, p. 16), em que é preciso "colocar-se em mais de uma perspectiva [...] na análise de uma questão", ou seja, conhecer as diversas e distintas facetas do objeto, neste caso, do selo postal, mas, também, "considerá-lo sob várias perspectivas [...] uma conjunção de múltiplos pontos de vista".

O selo postal oferece a oportunidade para que possamos, se olharmos atentamente, perceber as transformações pelas quais temos passado, como conduzimos o desenvolvimento tecnológico, como nos distanciamos ou aproximamos do Outro, como lidamos com as diferenças e as semelhanças, como continuamos contando a nossa própria história e a da Natureza, como dizemos ou silenciemos nossos discursos e como os Estados ramificam os seus.

Por fim, a partir do que foi exposto até agora, pensamos que o estudo do selo postal pode ser tratado, principalmente, mas não exclusivamente, sob percursos teóricos multidisciplinares, tecendo uma rede conceitual que perpassa distintas e diversas áreas do conhecimento humano. Um possível olhar estudaria o selo postal

sob o olhar das Ciências da Informação, em que podemos incluir a Arquivologia, a Biblioteconomia, a Museologia, a História e a História da Arte. A partir dessa classificação das áreas do conhecimento, respectivamente, podemos estudar o selo postal sob a perspectiva de conceitos como, *documento*, *suporte*, *patrimônio*, *monumento*, e *obra artística*.

Num outro olhar, consideraríamos as áreas Comunicação, Economia, Linguística, Semiótica e Análise do Discurso. Nessas áreas, respectivamente, o selo postal poderia ser estudado a partir dos conceitos *mídia* ou *gênero midiático*, *bens tangíveis*, *gênero textual*, *signo*, *discurso* e *gênero discursivo*. Apesar das áreas de conhecimento funcionarem, como afirma Barthes (2006, p. 39), com "vocabulários bem diferentes", estudaremos o selo postal a partir dos conceitos *texto* e *gênero discursivo*, delimitando nosso escopo teórico para poder atender às demandas escolásticas.

No entanto, somos conscientes de que esse recorte pode nos distanciar dos demais conceitos e áreas de conhecimento, podendo produzir algumas lacunas. Mesmo assim, acreditamos que o recorte é necessário e que futuros trabalhos cumpram a tarefa de, aos poucos, estudar o selo postal a partir de outros conceitos e áreas de conhecimento, respeitando as suas características transversais.

Por razões que serão refletidas em futuros trabalhos, o selo postal não tem merecido a curiosidade por parte dos pesquisadores em distintas áreas de conhecimento, com a exceção de três dissertações²⁶. Como este trabalho foi realizado no âmbito da Pós-Graduação em Comunicação, nos pareceu relevante comprovar essa situação, nessa área. A partir de um levantamento bibliográfico, de limite nacional, identificamos que nenhuma Tese ou Dissertação teve como objeto de investigação científica o selo postal.

Utilizamos como fontes de informação bibliográfica, além do artigo de Haussen (2008), o Banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)²⁷ a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

²⁶ Em 2001, Adhemar Villani Junior defendeu a dissertação intitulada *Evidências empíricas de leilões na Internet: selos na e-Bay*, no Programa de Mestrado em Economia da Universidade de São Paulo. Em 2006, Helder Cyrelli de Souza defendeu a dissertação *Os cartões de visita do Estado: a emissão de selos postais e a ditadura brasileira*, no Programa de Mestrado em História da UFRGS. Em 2008, Luciano Mendes Cabral defendeu a dissertação intitulada *Selos, moedas e poder: o Estado Imperial brasileiro e seus símbolos*, no Programa de Mestrado em História da Universidade Severino Sombra (Vassouras/RJ). Para a nossa alegria foi publicado como livro, em 2009, pela Editora Apicuri.

²⁷ www.capes.gov.br

Brasileiras do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)²⁸ e as páginas eletrônicas dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Esse quadro oferece a oportunidade de que este trabalho crie as condições para que o selo postal seja mais conhecido enquanto um possível objeto de pesquisa científica.

Além disso, entendemos que é o próprio estatuto do selo postal seja discutido com mais detalhe, perpassando todas as áreas de conhecimento anteriormente mencionadas, respeitando o peso de suas origens epistemológicas e dos limites exigidos, para que dessa forma possa receber olhares mais atentos e escrutinadores nos meandros escolásticos e que, não apenas, circule por entre o seleto grupo de colecionadores e o seu comércio bilionário.

As próximas seções deste capítulo versam sobre as causas que criaram as condições para a criação do selo postal adesivo na Europa; como isso teve efeito na elaboração dos selos postais adesivos no Brasil imperial; a trajetória desse artefato no ceio social, até o surgimento do selo postal comemorativo e suas características principais e, por fim, nos aprofundaremos nas implicações técnicas do selo postal adesivo, assunto que, infelizmente, é quase totalmente desconhecido no cerne acadêmico, muitíssimo pouco explorado, mas de uma qualidade e relevância únicas no caminho que nos guiará até o seu estatuto.

4.1 As causas: nasce o selo postal na Europa

Prosseguimos nossa caminhada por entre três feixes de relações historicamente construídas. O surgimento do selo postal na Europa do século XIX, momento de emergência dos Estados Nacionais e de transformações radicais nas sociedades capitalistas ocidentais. A relação entre o advento do selo postal na Europa e sua importação à neófito república brasileira. E por fim, mas não menos relevante, a integração desses relacionamentos resultando no nascimento do selo postal comemorativo.

Da Idade Média até o século XIX, a Europa experimentou avanços na comunicação, assim como em outras esferas sociais, jamais vividas. O sistema postal, sua regulamentação e os avanços técnico-científicos foram algumas das causas que permitiram essa experiência.

²⁸ www.ibict.br

Mencionar o selo postal adesivo nos remete, necessariamente, à Inglaterra do século XIX. Lugar, segundo Hobsbawm e Ranger (2002, p. 9), de “*tradição inventada*”. Para esses autores, a expressão *tradição inventada* pode ser percebida como um conjunto de práticas sociais, usualmente admitidas por um grupo de pessoas, e “formalmente institucionalizadas”. Além disso, a questão da repetição dessas práticas é essencial no estudo sobre as tradições, visto que, ainda conforme esses autores, a repetição visa “inculcar certos valores e normas de comportamento, que implicam, uma continuidade em relação ao passado apropriado”.

Em meados de 1830, a Inglaterra tinha um dos mais eficientes serviços postais já conhecidos. Grande parte disso resultou do investimento realizado numa rede infra-estrutural muito bem integrada. Combinava estradas de terra, canais de navegação fluvial, ligações marítimas costeiras e as primeiras linhas férreas. Briggs e Burke (2006, p. 134) citam que “trens e navios transportavam cartas, no século XIX, uma forma indispensável à comunicação tanto nacional quanto internacional”. Nesse sentido, comenta Hobsbawm (2005, p. 26),

o sistema de carruagens postais ou diligências, instituído na segunda metade do século XVIII, expandiu-se consideravelmente entre o final das guerras napoleônicas e o surgimento da ferrovia, proporcionando não só uma relativa velocidade – o serviço postal de Paris a Strasburgo levava 36 horas em 1836 – como também regularidade.

Cabe aqui uma breve alusão ao contexto em que o desenvolvimento inglês foi gerado. Não é nosso propósito historiar esse contexto, pois nos faria desviar de nossa trajetória. No entanto, é importante observar que a Inglaterra do sistema postal infalível também é um lugar de política imperialista, um poder devastador que dominou uma centena de territórios ultramar. Vale lembrar, que muitos desses territórios dominados estampariam as independências nos selos postais do século XX, após o período em que mais existiram revoltas coloniais.

Os próprios colecionadores dos primeiros selos postais registraram esse fato. Segundo Bellido (1897, p. 81), redator de um dos primeiros periódicos sobre colecionismo de selos postais, fundado em meados de junho de 1896, “a Inglaterra é o país do mundo que maior número de colônias possui”. Durante o final do século

XIX e o início do século XX, a Grã-Bretanha foi o império que tinha o maior número de territórios ultramar dependentes ou anexados que emitiam selos postais.²⁹

De volta ao contexto britânico, era norma geral que as correspondências fossem pagas pelo destinatário e não pelo remetente, como é feito hoje. Foi nesse aspecto, em particular, que um cidadão britânico, após presenciar uma cena rotineira, desenvolveria algumas idéias que transformariam o sistema postal inglês, em particular e, por conseguinte, o de muitos outros países, colônias e grupos sócio-institucionais (por exemplo, as denominadas Sociedades Científicas européias).

A referida cena, conforme contam Almeida e Vasquez (2003, p. 16) trata sobre

uma jovem, empregada de estalagem, que estava à porta do estabelecimento, quando se aproximou o carteiro. Cumprindo sua tarefa, o estafeta entregou a carta à jovem, e permaneceu aguardando o dinheiro para o pagamento dos serviços. O porte médio das cartas no Reino Unido no período era de 1 shilling, considerado alto para a maioria da população. Após manusear o exterior da carta por alguns instantes, sem abri-la, a jovem simulou espanto e a devolveu imediatamente ao carteiro, alegando dificuldades financeiras. Diante da negação, o carteiro afastou-se, levando consigo a correspondência, mais uma entre tantas outras destinadas à incineração. Após assistir silenciosamente ao ocorrido, o professor não se conteve e foi ao encontro da jovem para indagar sobre o motivo da recusa:

- Por que a senhorita não pagou pelo recebimento da carta? Por acaso era desconhecido o remetente?

- Não, pelo contrário! Era uma correspondência do meu noivo, que está estudando em Londres.

- Mas, então, qual a razão para recusá-la?

- Tenho códigos previamente combinados com ele, que são marcados em forma de sinais no exterior da carta. Basta manuseá-la para entender a mensagem, sem a necessidade de abri-la, economizando o dinheiro da taxa dos Correios.

Sir Rowland Hill (1795-1879), segundo Almeida e Vasquez (2003, p. 17, tradução nossa), após o episódio, "percebeu algumas vulnerabilidades do sistema postal inglês vigente. O alto custo dos serviços e a possibilidade de os Correios realizarem o transporte das cartas sem a garantia de recebimento das taxas devidas pelos usuários". A partir de seus estudos, foi elaborado um documento intitulado "Reforma Postal: sua importância e praticabilidade".³⁰

²⁹ Fonte: Catálogo Mundial de Selos Postais, Scott, 2002, Volume 1: A - B.

³⁰ Texto original: "Post Office Reform: its importance and practicability".

Nesse trabalho, além de sugerir algumas mudanças no sistema postal inglês - cobrança de tarifas em relação ao peso da correspondência; pagamento da tarifa pelo remetente; cobrança da tarifa por meio do selo postal adesivo - Sir Hill conseguiu comprovar que uma simples carta de Londres para Edinburg estava custando, aos Correios, o equivalente a 27 vezes mais do que o custo real.

O quadro 2 mostra algumas características de como era o sistema postal europeu, por volta de 1838 e quais foram as principais modificações sugeridas pelo Sir Rowland Hill.

O sistema postal europeu em 1840	A "Reforma Postal" na Inglaterra
A tarifa poderia ser paga pelo remetente ou destinatário da correspondência.	Pagamento prévio da franquia conforme tarifas pré-estabelecidas.
A tarifa compreendia: as medidas, o peso, a classe e a distância a ser percorrida.	Emissão de selos postais adesivos para comprovar o pagamento das correspondências conforme todo o seu projeto e circulação.
A arrecadação era difícil e a falta de pagamento dos envios era alarmante.	Tarifas uniformes dentro do país, considerando o peso, mas sem levar em conta a distância, com o intuito de diminuir custos e tornar o serviço acessível para muitos.
O envio para regiões distantes somava as dificuldades da própria distância e os meios empregados, às cobranças relativas a cada correspondência.	Diminuição efetiva do valor das tarifas (1 penny) a cada 14 gramas de correspondência enviada.

Quadro 2 - "Reforma Postal" na Europa por volta de 1840

Em 17 de agosto de 1839, o Parlamento inglês aprovou as sugestões de Hill alegando, conforme registram Almeida e Vasquez (2003, p. 17), "que serviam ao progresso comercial e ao desenvolvimento das classes mais favorecidas". Além disso, ele foi nomeado supervisor da Reforma Postal como funcionário do Tesouro Nacional.

Segundo os mesmos autores (2003, p. 17), Hill sugeriu a utilização de "um pedaço de papel de tamanho suficiente para receber uma estampa, coberto na parte traseira com goma, que o portador poderia, aplicando um pouco de umidade, prender na parte posterior da carta". Nascia assim, o selo postal adesivo³¹, um dos artefatos fundamentais às transformações que iriam revolucionar o sentido de pagar para postar.

³¹ O 'selo postal adesivo' foi uma ideia concebida a partir de um outro tipo de selo que cumpria as múltiplas exigências do sistema de correios vigente. Assim, Vaillé (1962, p. 17) sugere que o primeiro selo postal de "taxa única e pagamento antecipado foi criado pelo francês Jean-Jacques Renouard de Villayer (Abel Servien), por volta de 1653, denominado de *Pequena Posta de Paris*".



Figura 6 - Fotografia de Sir Rowland Hill
 Fonte: <http://www.postalheritage.org.uk/>

Como sucede com as novidades que podem modificar uma estrutura social estabelecida, o selo postal, nos primeiros meses de uso, não foi muito bem aceito por duas razões muito óbvias para a população, como mostram Williams e Williams (1965, p. 22-23) no excerto a seguir:

Já experimentaste os selos? Acho-os tremendamente absurdos e incómodos. Não me sinto tentado a transformar a boca em vidro de cola embora, na verdade, se tenha a satisfação de beijar, ou mais propriamente, de lambe o traseiro de Sua Majestade. A goma foi sem dúvida um facto que tornou muita gente relutante em utilizar os selos, tanto mais que se espalhou o rumor de que ao lambe-la uma pessoa se sujeitava a contrair o cancro na língua.

A Inglaterra, reproduzindo o perfil da cabeça da Rainha Vitória, a partir de uma medalha comemorativa gravada por William Wyon, inaugura o tipo “efígie”, com um selo postal adesivo que, oficialmente, foi chamado de *Penny Postage*, e que depois, já no âmbito da prática Filatélica ou do colecionismo de documentos postais, ficou conhecido como *Penny Black*, posto em circulação no dia 6 de maio de 1840.

As características dessa peça, como mostra a figura 14, são o valor facial, na margem inferior, em formato verbal “ONE PENNY”, a efígie ou busto da Rainha Vitória posicionada para mostrar seu perfil esquerdo, como num camafeu, o tom negro, o termo “POSTAGE” na margem superior e as duas letras impressas nas margens inferiores, esquerda e direita, indicando a posição do selo na folha completa³².

³² Os primeiros selos postais foram impressos em folhas não picotadas e tinham que ser separados com uma tesoura ou canivete. No Brasil ocorreu da mesma maneira até 1866.



Figura 7 - O *Penny Black* da Inglaterra. 1º selo postal adesivo
 Fonte: <http://www.filatelicamente.online.pt>

Sem dúvida o primeiro selo postal com padrões artísticos, responsável por estabelecer os padrões de seus descendentes. O cuidado extremo com os traços, a gravação da efígie beirando a perfeição e um fundo sóbrio que contrasta bem com a imagem, além de elementos verbo-visuais sutis foi fundamental para o êxito do artefato. Almeida e Vasquez (2003, p. 21) afirmam que o selo postal, em verdade, é uma adaptação tipológica de estampilhas anteriores.

Vale ressaltar que o pagamento antecipado da taxa postal não era uma novidade, e são conhecidas experiências nesse sentido desde o século XVII. A legislação brasileira, por exemplo, oferecia ao mandatário da carta a opção pelo pagamento antecipado do valor da taxa quando fosse seu desejo isentar o destinatário da despesa, de acordo com o estabelecido no artigo 61 do Decreto de 5 de março de 1829. Nesse caso, as cartas eram assinaladas pela palavra “franca” escrita manualmente na face principal.

Concordamos com Ferreira (2003, p. 14), quando afirma que na época de surgimento do selo postal, até mesmo muito tempo depois, o mundo não estava preparado para nele ver nada além do que um timbre oficial de comprovação de pagamento de franquia, mas, além disso, “não é apenas aos timbres ou marcas que o selo postal vai buscar os seus primitivos figurinos”, algo que não lembrasse, imediatamente, senão uma moeda ou uma nota de banco.

Nessas ferramentas de discurso ideológico estavam impressas, em princípio, efígies de soberanos reinantes (nas monarquias) e figuras alegóricas (nas repúblicas), cifras indicadoras do valor da franquia postal a ser paga, geralmente bureladas com linhas, florões e arabescos para dificultarem a contrafação do papel-moeda corrente.

Ali também, considerando as estampas que foram adotadas nos primeiros anos de uso do selo postal, tinha início o período em que o Estado teria menores custos com o seu sistema postal e, ao mesmo tempo, um maior controle sobre os

discursos e os segredos, o que era, sem dúvida alguma, mais uma causa para o fortalecimento das sociedades da vigilância que, atualmente, utilizam outras formas de controle, como por exemplo, as câmeras ou celulares.

Os primeiros selos postais do mundo tiveram como elementos pictóricos ou visuais, praticamente sem nenhuma exceção, a efígie, o brasão e a cifra, e como elementos verbais o termo *postal*, o nome da soberana ou conquistador e, ainda, o nome da moeda corrente na respectiva língua de origem do país emissor do artefato. Podemos perceber uma práxis dos Estados em constituir uma identidade nacional e ultramar (nas suas colônias), por meio dos elementos verbo-visuais.

Selos postais com efígies de soberanos	Selos postais com armas e brasões	Selos postais com motivos mitológicos
<u>Principais características dos países emissores:</u> 1. Monarquias unificadas, fortes e centralizadas. 2. Mostra elemento pictórico de soberano ou soberana da aristocracia tradicional europeia..	<u>Principais características dos países emissores:</u> 1. Países sujeitos a ocupação ou em sistema de união de reinos. 2. Mostra elementos pictóricos heráldicos diversos.	<u>Principais características dos países emissores:</u> 1. Principalmente àqueles com uma cultura mitológica. 2. Mostra elementos pictóricos mitológicos.
Alguns países emissores: Inglaterra, Espanha, Hungria, Itália, Luxemburgo, Portugal, Áustria, Prússia, Brasil, etc.	Alguns países emissores: Áustria, Bósnia, Bremen, Bulgária, Finlândia, Modena, Prússia, Romênia, Rússia, Sicília, etc.	Alguns países emissores: França, Grécia e Itália.

Quadro 3 - Alguns elementos verbo-visuais dos primeiros selos postais

Outros elementos verbo-visuais foram utilizados *a posteriori*, quando, aos poucos, algumas pessoas foram tomando consciência de que o selo postal servia para algo muito mais nobre do que simplesmente representar um atestado ou um recibo de pagamento prévio de serviço. É nesse momento que surge o colecionismo do selo postal³³ e a prática que viria a ser denominada Filatelia.³⁴

³³ Apesar de não fazer parte do escopo deste trabalho é importante considerar que em paralelo ao uso do selo postal existia a utilização do carimbo. Uma área muito peculiar de estudo, que também pode compor o estudo das estampilhas, denominado *Carimbologia*, fundamental para o entendimento das funções administrativas de documentos. Prática ordinária dos Correios, carimbar um selo postal tinha a finalidade de indicar a origem da missiva postal, a data de envio e o cancelamento do selo postal aderido à correspondência. Além disso, buscava impedir o reaproveitamento do selo.

³⁴ Salcedo (2008, p. 158) expõe que "existe uma discussão internacional sobre o correto uso desse termo devido a sua origem etimológica". Por questões de praticidade linguística, adotar-se-á o léxico *Filatelia*. Com origem de radicais gregos, *Filatelia* equivale, em Português, à "amigo do selo". O uso da inicial maiúscula no termo deve-se ao fato de que defendemos que a Filatelia é uma atividade que estabelece padrões [modelos] metódicos e sistemáticos, dignos de serem denominados acadêmico-científicos. Contudo, não esquecemos, por isso, que a Filatelia tem origem na prática do

O surgimento do segundo selo postal tem relação direta com a obliteração (ato de carimbar) do *Penny Black*. O *Penny Red*, com as mesmas características verbo-visuais do seu antecessor, a não ser pelo tom avermelhado, foi criado justamente por causa de problemas com relação ao carimbo preto utilizado sobre um selo postal de cor preta. Essa situação incomodava às autoridades, pois que facilitava a re-utilização do mesmo selo para várias missivas postais. Assim, o primeiro selo postal do mundo apenas foi utilizado, segundo Davies e Maile (1990, p. 6, tradução nossa), "durante 10 meses, com 68 milhões de peças impressas".³⁵



Figura 8 - O *Penny Red* da Inglaterra com carimbo preto (1841)
Fonte: <http://www.filatelicamente.online.pt>

Seguindo uma tradição que perdura desde então, a Inglaterra é o único emissor de selos postais que não especifica seu nome, por extenso, na face do artefato. Apenas apresenta o perfil do soberano ou da soberana. Por outro lado, o restante dos países e entidades emissoras de selos postais, inclusive as antigas e atuais colônias britânicas, devem especificar, por extenso, seus respectivos nomes seguindo as normas internacionais estabelecidas nos congressos da UPU.³⁶

O advento do selo postal proporcionou uma racionalidade do sistema postal inglês, que, por sua vez, gerou lucros elevados. Nesse sentido, afirma Sampaio (1992, p. 18):

Para se ter uma idéia de quanto o selo postal veio contribuir para o desenvolvimento da comunicação, uniformizando e barateando os portes e facilitando assim o intercâmbio postal, basta analisar a revolução que ocorreu com o volume da correspondência na Inglaterra, logo no seu primeiro ano de existência. Em 1839, os Correios ingleses transportaram 50 milhões de cartas; em 1840, com

coleccionismo, uma atividade humana ancestral. Neste trabalho não exploraremos incisivamente a prática filatélica e todas as suas possíveis ramificações.

³⁵ Texto original: "...lasted just ten months. In that time some 68 million stamps were printed".

³⁶ Disponível em: <<http://www.upu.int>>.

a emissão do primeiro selo postal e o seu uso na correspondência, as cartas transportadas aumentaram para 170 milhões.

Essa foi a principal razão, mas não única, para que nos primeiros dez anos que se seguiram à circulação dos selos postais ingleses, a maioria dos países europeus (e suas respectivas colônias) adotassem o mesmo sistema. Segundo Cusack (2005, p. 592, tradução nossa), "até 1853, outros 44 países haviam seguido o exemplo britânico e emitiram selos postais adesivos".³⁷

A Suíça destacou-se não apenas como promotora, mas principalmente como veneradora dos brasões e escudos, que ela inaugura com os selos do Cantão de Genebra, impressos em preto sobre verde, ainda em 1843. Esses selos, no valor de 5 cêntimos cada, destacavam o escudo e a divisa de Genebra, que isoladamente serviam para o porte local. Quando impressos dois a dois, formando uma peça "dupla", no valor de 10 cêntimos, eram destinados ao porte cantonal.



Figura 9 - Cantão de Genebra 5c



Figura 10 - Cantão de Genebra Dupla 10c

Fonte: <http://www.filatelicamente.online.pt>

Nesses selos surgiram, pela primeira vez, alguns elementos verbais, para além da indicação do valor facial, como por exemplo na expressão dentro da bandeirola ou faixa, acima do escudo, que diz: *Post tenebras lux = depois das trevas, a luz*. A expressão impressa no selo postal, acima, alude alguns aspectos religiosos.

Pode significar a Ressurreição (*a luz*), depois da tragédia (depois das trevas) da Sexta-Feira Santa ou depois do silêncio do Sábado Santo, a explosão da alegria da madrugada do Domingo de Páscoa. Também pode tratar sobre a luz da reforma religiosa na Europa, em que a Bíblia é a luz. A Bíblia latina, que podia ser lida apenas pelo clero e estudiosos do Latim, Lutero traduziu para o alemão corrente, que podia ser lido pelo povo.

³⁷ Texto original: "By 1853, forty-four other countries had followed the British example and were issuing stamps".

Essa articulação escrita foi a primeira a ser impressa num selo postal. A partir disso, mas não unicamente, podemos afirmar que os selos postais somar-se-iam, de uma vez por todas, ao acervo documental da Humanidade que podem ser considerados de elevada estima à História. O selo postal passaria a ser um texto em que o apelo ideológico-institucional se faria presente, criando a possibilidade de emergência dos acontecimentos discursivos.

Coube ainda, à Suíça, outro pioneirismo: o da impressão do primeiro selo postal bicolor (tons de preto e vermelho), o famoso *Pomba de Basileia* (em suíço *BASLER TAUBE*), na cidade do mesmo nome, em 1845, de formato quadrangular e no valor de 2½ rappen, também com um brasão. A inscrição no selo *Pomba da Basileia* diz, em alemão: *STADT POST BASEL* = Cidade Postal de Basel (Cantão de Basel, Suíça.). Seguindo essa orientação bicolor, com os escudos ou brasões, no Cantão de Genebra foram emitidos os selos locais, *Vaud*, de 4 e 5 cêntimos, entre 1849 e 1850, com uma cruz branca sobre fundo vermelho dentro do escudo negro formado pela trombeta do postilhão, símbolo daquele Correio.



Figura 11 - O selo postal suíço *Pomba da Basileia* de 2c Figura 12 - O selo postal suíço *Vaud* de 4c
 Fonte: <http://www.filatelicamente.online.pt>

Todos esses, a rigor, pelas suas cores, seus elementos verbo-visuais e suas funções serviram de base às demais emissões, em que o destaque ficou com duas peças: uma emitida em 1862 em que o nome do país foi impresso pela primeira vez e outra, emitida em 1882, em que o escudo e uma efígie alegórica foram impressos conjuntamente. Tanto a Suíça como o Brasil, também se destacaram pela utilização pioneira dos selos postais com cifras impressas, como podemos observar nas figuras a seguir. Na Suíça foram emitidos, em 1843, os *Cantões de Zurique*. No Brasil, em 01.08.1843, foram emitidos os *Olhos-de-Boi*.



Figura 13 - *Cantão de Zurique*, suíço de 6 rappen



Figura 14 - *Olho-de-Boi*, brasileiro de 30 Réis

Fonte: <http://www.filatelicamente.online.pt>

A partir das imagens mostradas até agora é possível pensar que as primeiras emissões de selos postais buscavam os motivos de seus elementos verbo-visuais não apenas na Heráldica³⁸ como, também, nos motivos ilustrados pela Numismática³⁹, o que gerou quase 50 anos de emissões com motivos sobre efígies de soberanos reinantes, figuras mitológicas ou até, segundo Ferreira, (2003, p. 14) "conceitos abstractos antropomorfizados pela convenção (a Paz, a Justiça, a República, etc).

Podemos dizer que a circulação pelo mundo dessa minúscula peça de papel colaborou, em certa medida, para que os impérios e seus sistemas postais mantivessem seus regimes políticos instituídos, sintetizando o valor monárquico e a unidade nacional. Tudo isso representado, simbolicamente por meio desses novos artefatos iconográficos. Com o Brasil não foi diferente.

De fato, segundo Hobsbawm (2004, p. 101) surgia um novo Estado moderno, "definido como um território dominando a totalidade de seus habitantes [...] por meio de uma administração e políticas exercidas diretamente, [...] impondo leis e arranjos administrativos instituídos por todo o território", incluindo as colônias.

Essas intervenções perduraram por todo o século XIX, ligando o governo e os indivíduos em práticas cotidianas, fomentadas, também, pelas revoluções ocorridas nos meios de transportes e de comunicação, aproximando essas rotinas. Ainda,

³⁸ Segundo Ribeiro (2003, p. 141) "a primeira disciplina formal dedicada a estruturar o estudo da simbologia". As origens desses estudos remontam aos tempos em que existia uma necessidade de distinguir os participantes nos conflitos armados, especialmente os cavaleiros, assim como descrever os serviços por eles prestados, os quais eram pintados nos seus escudos. Contudo é imperativo perceber um brasão de armas não é definido pelo elemento pictórico ou visual, mas antes pelo elemento verbal ou escrito, a qual é dada numa linguagem própria, a Heráldica.

³⁹ A Numismática é considerada, por muitos, uma ciência que estuda as moedas e as medalhas. Todavia, na atualidade, esse léxico também é utilizado para expressar a prática do colecionismo de moedas (leia-se, também, cédulas), incluindo o estudo de objetos *monetiformes*, ou seja, parecidos às moedas, como por exemplo: medalhas (que têm função essencialmente comemorativa), os jetons (emitidos por corporações para identificar seus membros), moedas particulares (destinadas a circular em círculos restritos, como uma fazenda ou localidade) e pesos monetários (que serviam para conferir os pesos das moedas em circulação).

conforme Hobsbawm (2004, p. 112), os “Estados iriam usar essa maquinaria de comunicação, crescentemente poderosa junto a seus habitantes para difundir a imagem e a herança da ‘nação’ e inculcar adesão a ela, bem como ligá-os ao país e à bandeira”.

Para aquelas pessoas que olhavam os elementos verbo-visuais impressos nos selos postais, da segunda metade do século XIX, o conceito de nação e a ideia de pátria ganhavam contornos subjetivados na materialização das efígies, cifras e brasões ou escudos ali estampados.

Arriscamos afirmar que a imagem mental de uma pessoa, conhecedora dos símbolos nacionais de sua pátria, está apoiada em um aspecto básico: a orientação simbólica oferecida pelos símbolos nacionais, que remetem a espaços conhecidos apontam para uma elaboração visual/mental do conceito nação como aquilo que orienta a visão e o pensamento.

4.2 Os efeitos: surge o selo postal no Brasil

Como efeito do nascimento do selo postal na Europa e a expansão de sua utilidade para além desse continente deriva o início da utilização do mesmo no Brasil. Mas essa assertiva é a que menos importa. Não foi apenas porque alguém selou alguma correspondência e a enviou às Terras do Brasil, que ao selo postal lhe foi atribuída a sua função primeira na neófito república.

Um questionamento que surgiu durante os estudos foi sobre o porquê de o Brasil ser um dos três primeiros países a emitir um selo postal. Decerto, podemos pensar que com o processo da Independência iniciada em 1801 e culminando em 1822, segundo os historiadores atuais, esse novo Brasil tinha relações diplomáticas estáveis com os soberanos ingleses. Alguns autores têm opiniões sobre como as relações entre Brasil e Inglaterra, em âmbitos políticos e comerciais, foram fundamentais ao surgimento do selo postal no Brasil.

Altman (1991, p. 8, tradução nossa) defende que “instado por um cônsul astuto em Londres, Brasil foi o primeiro país a seguir a Inglaterra”.⁴⁰ Segundo Almeida e Vasquez (2003, p. 23) foram “as estreitas relações comerciais e políticas

⁴⁰ Texto original: “Urged by an astut consul in London, Brazil was the first country to follow the British lead”.

entre o Império brasileiro e o britânico [que] no período favoreceram a absorção quase que imediata da novidade entre nós".

Nagamini (2004, p. 156) relata que "com a derrota de Napoleão, não havia motivos para a permanência de Dom João no Brasil, pois Portugal era governado por uma junta inglesa sob o comando do Marechal Beresford". Marson, (1989, p. 74) afirma que o Brasil "cedeu a uma parte das exigências britânicas pois estas beneficiavam, em parte, os negócios de certos empresários brasileiros".

No território brasileiro algumas atitudes e decisões, mesmo diante de revoltas espalhadas por toda nação, foram decisivas para a aceitação do selo postal. Como no caso inglês, várias são as perspectivas de leituras tanto político-econômicas, quanto sócio-culturais, sobre as causas prováveis que culminaram com a emissão do selo postal adesivo no Brasil.

O quadro 4 mostra informações sobre o Correio Luso-Brasileiro até 1843.

Momento Histórico		Período	Uso de Estampilhas
Antes do Correio-Mor		Até 1520	NÃO
Correio-Mor	Nomeado pelo Rei	1520 a 1606	
	Posse da Família Gomes de Mata	1606 a 1797	
Administração do Estado Português		1797 a 1822	SIM
Administração do Estado Brasileiro	Até a 1ª Unidade do Correio	1822 a 1829	
	Até o 1º Selo Postal	1829 a 1843	

Quadro 4 - Informações sobre o Correio Luso-Brasileiro até 1843

Fonte: Adaptação nossa do quadro proposto por Meyer (1993, p. 13).

Dando sequência ao nosso recorte histórico, passamos a dar atenção ao sistema de correios brasileiro, que realizou uma reforma postal bem antes dos Portugueses. No entanto, é sabido que a vinda da família real para o Brasil contribuiu para uma reforma ampla no sistema de correios brasileiro. O progresso do comércio, o estabelecimento da imprensa e a abertura dos portos eram condições *sine qua non* para que a comunicação real fosse aperfeiçoada.

Nesse contexto, nos lembra Porto Jr. (2009, informação eletrônica), o sistema de correios esteve presente em efemérides relevantes na construção do Brasil. Senão vejamos:

A Família Real Portuguesa, acompanhada de comitiva de 15.000 pessoas, chega ao Brasil em 7 de março e o País passa da condição de Colônia à de sede do Governo Português, estabelecido no Rio de

Janeiro. [Foi] estabelecida, no mês de julho, a ligação marítima entre a Inglaterra e o Brasil. O Regulamento Provisional da Administração Geral dos Correios da Coroa e Província do Rio de Janeiro, 1º Regulamento Postal do Brasil, é instituído em 22 de novembro por D. Fernando José de Portugal, o Marquês de Aguiar.

[...]

Em 1812 é expedido um documento que fixa portes e determina a nomeação dos Agentes de Correios. Em 1817, é instituído um correio regular entre São Paulo e o Rio Grande do Sul. Em 1818, D. João VI é aclamado Rei de Portugal. Em 1820, é instituído um correio regular com Minas Gerais e Mato Grosso. Em 1822, o mensageiro Paulo Bregaro, considerado o primeiro carteiro e o Patrono dos Carteiros no Brasil, entrega a D. Pedro I, no dia 7 de setembro, às margens do Riacho do Ipiranga, correspondência da Imperatriz Leopoldina informando sobre novas exigências de Portugal com relação ao Brasil. Em 1828, José Clemente Pereira, Ministro e Secretário dos Negócios do Império, apresenta a proposta de reorganização dos serviços postais, formalizada pelo Decreto de 30 de setembro. Em 1829, em complemento ao decreto do ano anterior, é determinada por D. Pedro I, pelo Decreto de 5 de março, a unificação de todas as linhas postais então existentes numa Administração-Geral da Corte.

Um ano após o lançamento do primeiro selo postal adesivo, na Inglaterra, em 1840, tem início o Segundo Reinado, no Brasil, coroando D. Pedro II, em 17 de julho de 1841. Nesse novo cenário político-administrativo e depois de agitados anos do período regencial, o novo regente aprova, em 29 de novembro de 1842, dois Decretos⁴¹ - nº 254 e nº 255 - que instituíam o uso do selo postal adesivo nas correspondências brasileiras, efetuando-se nos correios do Império o porte antecipado das cartas.

Assim como na Inglaterra, a emissão do primeiro selo postal adesivo, no Brasil, foi problemática. Também como ocorreu além-mar, pessoas vinculadas ao império estavam engajadas em elaborar uma estampa que representasse, satisfatoriamente, o Império. Eram funcionários ou encarregados de instituições vinculadas ao império, como por exemplo: a Casa da Moeda, a Diretoria Geral dos Correios do Império, Secretaria de Estado do Império etc.

Podemos afirmar que, nesse sentido, um pequeno Brasil impele um grande Brasil por meio das estampas impressas nos selos postais. Essa prática de exercer

⁴¹ Numa das primeiras revistas brasileiras sobre filatelia 'O Coleccionador de Sellos', publicada a partir de 1882, em São Paulo, existem cópias fac-símiles dos Decretos. Assim, Vieira (2004, p. 103-105) nos mostra as características de ambos os Decretos. O Decreto nº 254, de 29 de novembro de 1842, "Regula o porte que devem pagar nos Correios do Imperio as cartas e mais papeis, e a maneira por que se ha de fazer o pagamento delle". O Decreto nº 255, de 29 de novembro de 1842, "Estabelece o modo por que se deve effectuar nos Correios do Império o adiantamento do portes das cartas e mais papeis, e a maneira por que estes se devem distribuir nas casas com a maior celeridade".

o poder, seja ele político ou econômico, não começou com os selos e nem com eles terminou. Um seleto grupo de pessoas cultas e elitizadas centralizavam as suas ideologias e visavam uma unidade política.

Nos termos de Scott (1997, p. 735), seria adequado entender que o selo postal tem uma "densidade ideológica, por centímetro quadrado, maior que qualquer outra forma de expressão cultural midiática". O surgimento desse artefato teve como uma de suas causas as disputas político-econômicas. Almeida e Vasquez (2003, p. 63-64) relatam como ocorreu a problemática da emissão do primeiro selo postal brasileiro e como o governo contornou a situação, tomando um rumo distinto daquele tomado pela realeza britânica.

Inicialmente, era desejo do governo imitar o primeiro selo postal inglês, utilizando a efígie do Imperador D. Pedro II. Com essa intenção, o presidente do Tesouro enviou ao provedor da Casa da Moeda, Camilo João de Valdetaro, alguns exemplares de selos ingleses para saber se o mesmo modelo poderia ser aqui empregado. A resposta foi afirmativa, pesar do estabelecimento não contar com todos os equipamentos necessários. No entanto, chama atenção um Ofício enviado pelo provedor ao presidente do tesouro que demonstra preocupação com o modelo adotado pela Coroa inglesa: '[...] como nessa repartição é onde naturalmente se hão de fazer os selos ou chapas [...] julguei do meu dever levar ao conhecimento e V. Ex^a esta dúvida [...]. Na Inglaterra usam a efígie da rainha cm o valor da respectiva taxa [...]. Entre nós, além de impróprio, pode dar lugar a continuadas falsificações: usa-se, aqui, por princípio de dever e respeito pôr a efígie do monarca só em objetos perduráveis ou dignos de veneração, e nunca naqueles que, por sua natureza, pouco tempo depois de feitos têm de ser necessariamente inutilizados.

Exatamente em 1º de agosto de 1843⁴² os Correios do Império colocaram em circulação, na Corte, os três primeiros selos postais brasileiros, conhecidos como "Olhos-de-Boi". Esses artefatos foram desenhados por Carlos Custódio de Azevedo e Quintino José de Faria, impressos pela Casa da Moeda do Brasil em talho-doce⁴³, sem denteação, tendo como base chapas de cobre. Podemos destacar dois elementos verbo-visuais: a cifra, sem coloração e com pequenos detalhes estéticos

⁴² Este dia marca o Dia do Selo Postal, no Brasil.

⁴³ Frutiger (2001, p. 138) explica que talho-doce "é um processo de entalhar os caracteres no metal, sobre a qual a tinta é aplicada, em seguida se limpa superfície de forma que os restos de tinta permaneçam nas cavidades. Sob forte pressão, o papel úmido absorvia a tinta dessas cavidades gravadas e reproduzia a forma das letras".

(números ornamentais) e, também, um fundo arabescado⁴⁴ preto em forma elíptica. O Decreto que possibilitou essa emissão e, também a sua regulamentação, foi o de nº 255, publicado em 29 de novembro de 1842.



Figura 15 - *Olho-de-Boi*, de 30, 60 e 90 Réis. 1º selo postal brasileiro (1843)
Fonte: [http:// www.girafamania.com.br/](http://www.girafamania.com.br/)

Após o curto tempo de vida oficial do Olho de Boi⁴⁵, o império brasileiro, por meio do Direto Geral dos Correios, em um de agosto de 1844, segundo Meyer (1993, p. 86) “providenciou que os selos fossem impressos num formato menor, em papel minuto mais fino e com uma cota tal, que seja muito difícil arrancá-los por inteiro. Nasceram assim os ‘Inclinados’”.



Figura 16 - *Inclinado* de 90 Réis (1844)
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Selo_Inclinado

Zioni (2007, p. 16) nos ensina que esse novo padrão, apesar de seguir um padrão de cifra, sem identificação alguma do país emissor, recebeu o nome de *Inclinado*, justamente, por conta da cifra “em linhas curvas e inclinadas”. Percebemos ainda que os numerais não são do tipo ornamentais, como nos Olhos de Boi.

Após cinco anos de circulação, surgiu o terceiro selo postal adesivo brasileiro, o *Olho de Cabra*. A emissão desse selo seguiu o mesmo padrão do anterior: cifras

⁴⁴ Bechara (2009, p. 69) explica: “arabesco é um desenho de origem árabe, com sobreposição ou entrelaçamento caprichoso de formas geométricas”.

⁴⁵ Em 30 de março de 1846 os Olhos-de-Boi foram incinerados pela administração postal.

brancas, não ornamentais, sobre um guilhochê (preto). Ao contrário do antecessor, as cifras desses selos foram posicionadas na vertical.



Figura 17 - *Vertical* ou *Olho-de-Cabra* de 20 Réis (1850)
 Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Selo_Vertical

Almeida e Vasquez (2003, p. 66) citam que

Em 1854, nova série de selos entrou em circulação no Brasil, com quatro valores, sendo dois por meio do reaproveitamento das matrizes dos *Olhos de Cabra* e outros dois criados em decorrência do estabelecimento de uma convenção postal entre Brasil e França [7.7.1860. Essa série é conhecida por *Olho de Gato* ou *Coloridos*".



Figura 18 - *Colorido* ou *Olho-de-Gato* (1854). 1º selo postal colorido brasileiro
 Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Selo_Olho_de_Gato

É imperativo perceber que o Brasil, no período imperial, emitiu selos postais adesivos num padrão que utilizou apenas cifras. Disso podem resultar duas observações: a emissão de selos postais brasileiros, de 1843 até 1866, não seguiu um acentuado padrão internacional de estabelecer seu lugar de sujeito falante, por meio das efígies dos soberanos, dos brasões e escudos de armas e dos nomes dos países propriamente ditos. Essa escolha manteve o Brasil, a partir de um olhar atento sobre esses artefatos, no anonimato, visto que, suas emissões não tinham tipo algum de simbologia que remetesse ou representasse o império.

É possível reconhecer uma recorrência padronizada a partir das cifras estampadas nos selos postais adesivos brasileiros de 1843 até 1866. Além disso, é interessante perceber que todos esses selos tiveram, também, um outro padrão recorrente: a sua nomenclatura alusiva aos animais.

Após 23 anos imprimindo selos com um padrão de cifras, na Casa da Moeda do Brasil, o Império decidiu por encomendar à empresa American Bank Note, de Nova York, a impressão de selos com a efígie de D. Pedro II, com o intuito, segundo Almeida e Vasquez (2003, p. 66), de "fortalecer e legitimar a figura do monarca". No entanto, conforme o estudo de Child (2008, p. 163), "as autoridades decidiram que tendo uma imagem do monarca, nos seus selos, seria mais difícil falsifica-los".⁴⁶

Em 1.7.1866, foram impressos uma série com oito selos, chamados *Dom Pedro II*. Essas efígies foram copiadas a partir, segundo Meyer (2008, p. 50) das fotos tiradas, "no Rio de Janeiro, em 1865, por Stahl e Wahnschaffe". O padrão de efígies imperiais segue até 1888, quando o último valor - 700 Réis - foi emitido pela Casa da Moeda, no Rio de Janeiro.

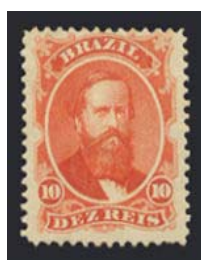


Figura 19 - Dom Pedro II ou Barba Escura (1866)
Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Selo_Dom_Pedro_II_\(denteado\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Selo_Dom_Pedro_II_(denteado))



Figura 20 - Dom Pedro II ou Percê, 20 Réis (1876)
Fonte: <http://www.oselo.com.br/>

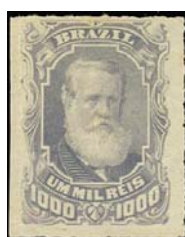


Figura 21 - Dom Pedro II ou Percê Barba Branca, 1.000 Réis (1877)
Fonte: <http://www.oselo.com.br/>



Figura 22 - Dom Pedro II ou Auriverde (1878). 1º selo postal bicolorido brasileiro
Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Selo_Auriverde

Fechando esse percurso de emissões de selos postais, do Império do Brasil, podemos dizer que de 1866 até 1883 foram emitidos diversos selos postais com a efígie do Imperador, dessa feita com algumas novidades: o nome do país (*Brazil*), a

⁴⁶ Tradução nossa: "...authorities decided that having a portrait of the monarch on their stamps would make them harder to falsify".

indicação do padrão monetário vigente (Réis), a indicação do valor facial por extenso (por exemplo: dez réis), maior variedade de cores e, pela primeira vez, os selos postais tinham os chamados 'picotes', ou seja, para separá-los não era mais necessário cortá-los com tesouras ou navalhas, bastava destacá-los.

As mudanças ocorridas nos períodos imperial e republicano brasileiros refletiram diretamente na produção e circulação de selos postais, seus desenhos, suas tarifas e seus tipos. Ao mesmo tempo em que os próprios selos postais, de alguma forma, integravam um acervo documental que materializava àquelas mudanças.

Ao ser traçado um panorama das linguagens visuais dos selos postais imperiais brasileiros, podemos perceber um interesse em arrecadar receita por meio do erário elitizado, impondo um limite intransponível tanto em torno do sistema de comunicação quanto no do colecionismo às pessoas de menor poder aquisitivo. Ou seja, a popularização dessa linguagem diz respeito não só ao meio, propriamente dito, ao regime de informação em que se constitui, mas, também, às pessoas que o formam e seus parâmetros sócio-culturais.

Entendemos que não é adequado separar esses pequenos textos do quadro social em que foram produzidos e em que circularam. No entanto, também não é adequado analisar o selo postal sem considerar o que Meneses (2003, p. 16) define como as

três modalidades de tratamento [do visível para o visual]: o documento visual como registro produzido pelo observador; o documento visual como registro ou parte do observável, na sociedade observada; e, finalmente, a interação entre observador e observado.

Meneses utiliza um termo, *observador*, importante no estudo da teoria da imagem, das mídias e da posição do sujeito enquanto aquele que olha. Esse termo foi previamente utilizado pelo pesquisador norte-americano, Jonathan Crary, no livro *Techniques of the Observer* (MIT Press, 1992), ainda não traduzido para o Português. Nesse estudo teórico de fôlego considerável, o autor redireciona a abordagem de quem olha e sua articulação com as imagens exteriores.

Crary sugeriu que existiam diferenças consideráveis entre como se posicionava o sujeito num padrão de figurativização, no período renascentista, e as

novas figuras subjetivas que nasciam em meados do século XIX. O ponto de partida é, então, a tecnologia conhecida por *câmera obscura*.

Segundo Crary (1992, p.39, tradução nossa), "a câmera obscura produz uma nova forma de afastamento do mundo, de modo a regular a relação do sujeito com os múltiplos conteúdos de um mundo agora considerado exterior".⁴⁷ A partir do contexto e da tecnologia um novo modelo de subjetividade brota, um sujeito observador, não mais pertencente à imagem, mas exterior a ela.

Para nós, a relevância do conceito *observador* é importante porque tem relação direta com a prática do olhar ético, em verdade, somos impelidos a olhar, ver, observar os selos postais de um lugar e em um lugar. Espaços em que existem possibilidades de acontecimentos discursivos, por meio da visão, reguladas por convenções e limitações, ou como já falamos, por aproximações e distanciamentos.

De fato, o selo postal não veicula apenas uma mensagem e nem serve aos interesses de apenas uma pessoa ou de um grupo. Cada qual poderá, a partir de seu modo de olhar o artefato, complicar ou facilitar a fruição narrativa.

Apesar de serem emitidos no Brasil, os selos postais manifestaram celebrações que remetem às comemorações que sacudiram as estruturas sociais européias, no século XIX, mas que também se conectam, segundo Le Goff (2006, p. 441), tanto com a "comemoração de Jesus", que remonta aos estudos realizados por Agostinho, na Idade Méia, quanto "aos revolucionários que comemoram as revoluções, apanágio dos conservadores e ainda mais dos nacionalistas, para quem a memória é um objetivo e um instrumento de governo" (Le GOFF, 2006, p. 458).

Por outro lado, no Brasil, uma nova prática social tomava forma de maneira grandiosa e comercialmente lucrativa. O selo postal, logo que foi utilizado no país, tornou-se uma atividade permeada por entusiasmo, ansiedade, paixão e "ética".⁴⁸ Certo que, nos seus primórdios, a atividade (que viria a ser denominada *Filatelia*) era baseada apenas no ajuntamento de correspondências, uma fase inicial de acumulação desorganizada das missivas, dos carimbos e, por fim, dos selos postais.

Em menos de 15 anos dessa nova prática social, já se tinha notícia que, no Brasil, por volta de 1860, existiam àquelas pessoas que se reuniam para discutir

⁴⁷ Texto original: "the camera obscura defines an observer as isolated and autonomous within its dark confines. It impels a kind of withdrawal from the world, in order to regulate one's relation to the manifold contents of the now 'exterior' world."

⁴⁸ Essa ética tem por fundamento a *Deontologia Filatélica*, uma prática que sempre existiu entre colecionadores de documentos filatélicos.

sobre as particularidades das peças e, a partir disso, buscavam formas de organizá-las. Também trocavam os objetos repetidos buscando formar uma coleção com objetos originais e singulares.

Em 1882 teve início a imprensa filatélica, no Brasil, com a publicação da revista "*O Brazil Philatelico*", organizada por Luis H. Levy, um dos fundadores da mais antiga associação filatélica brasileira, ainda em funcionamento, a *Sociedade Filatélica Paulista*, fundada em 30.04.1919.

Duas questões são possíveis de ser identificadas nesse período inicial do colecionismo de documentos filatélicos⁴⁹ no Brasil. Uma trata sobre um processo de exclusão/especialização que foi sendo criado internamente entre os distintos grupos. Assim, afirmam Almeida e Vasquez (2003, p. 27):

Numa época em que a maioria dos colecionadores arrancava sem cuidados especiais os selos das cartas, aderindo-os, a seguir, diretamente sobre folhas de papel com cola de amido, a preocupação com o estudo das variedades de filigranas os papéis, sistemas de impressão, cores e, mais tarde, com os diferentes picotes faziam a diferença entre "filatelistas" e "ajuntadores".

O outro aspecto diz respeito à concentração dessa neófito prática social no sudeste e sul do país, com ramificações bem organizadas, principalmente no interior de São Paulo (ex: Sorocaba), no Rio de Janeiro e em Porto Alegre.

Com a criação de Associações ou Sociedades, periódicos, os primeiros catálogos e as trocas com colecionadores, principalmente da Europa, muito interessados nos primeiros selos brasileiros, pode-se afirmar que a efervescência inicial tornou-se uma atividade mais sólida. Nessas atividades existiam motivações diversas. Pomian 1983 (*apud*, Almeida; Vasquez, 2003, p. 32) ressalta: "o fato de 'possuir' uma coleção revela suas profundas curiosidades intelectuais, ou ainda sua riqueza e generosidade, ou todas estas qualidades conjuntamente". Blom (2003, p. 39) afirma que

com a disseminação da atividade de colecionador como assunto sério, outro fenômeno apareceu: colecionar tornou-se popular entre pessoas que não tinham grandes recursos nem grandes ambições intelectuais; pessoas comuns que tinham um pouco para gastar.

⁴⁹ O ANEXO A lista os vários tipos de documentos filatélicos produzidos no Brasil e suas definições.

É nesse contexto que cabe a afirmação de Baudrillard (2000, p. 94) quando se refere ao objeto que "ao ser colecionado, deixa de ser definido pela sua função para entrar na ordem de subjetividade do colecionador". Acrescentamos a essa assertiva que, nesse sentido, o selo postal é enclausurado pelo colecionador, outrossim é retirado da esfera do comércio e não tem mais importância enquanto artefato numa correspondência.

Sob um primeiro olhar é isso que ocorre quando o selo postal é objeto de um colecionador. Parece que o objeto é des-historicizado, unicamente válido numa lógica sincrônica da coleção. O colecionador busca, dentre outras coisas, fazer com que os objetos de sua coleção coexistam num todo estruturado, organizado e finito. O selo postal passa a constituir a biografia e a memória do colecionador. Contra a utopia do colecionável e da classificação estruturada da informação e das coisas do mundo, Guattari (1992, p. 99) afirma que

não obstante o gesto de classificar seja um dado presente em todos os tempos e lugares, nenhuma classificação que se quer exaustiva - seja ela regida pelo movimento espontâneo da imaginação ou pelos critérios legitimados da razão -, é realmente satisfatória em si mesma. Isso, por saberem, consciente ou inconscientemente, que a desordem não deixa de habitar qualquer de nossas tentativas de apreensão totalizadora do mundo, visto que o paradigma da construção dos mundos míticos, místicos, estéticos e até mesmo científicos, é sempre o da narratividade flutuante.

Em certa medida, Guattari tem razão quando pensamos que desde os tempos dos gregos, principalmente, no período de Aristóteles, os humanos sempre vêm classificando, categorizando, ordenando e hierarquizando racionalmente as palavras e as coisas.

Este trabalho, em si, representa isso. Palavras e coisas essas, que obedecem às regras do arquivo foucaultiano⁵⁰ ou que são armazenados em arquivos institucionais e privados⁵¹ ou, ainda, que são convertidos em bites e bytes, componentes dos aparelhos eletrônicos.

⁵⁰ Entendemos o conceito de *arquivo*, Foucault, pela articulação de regras que determina culturalmente, a aparição e o desaparecimento dos enunciados, sua remanência, seu enfraquecimento, ou ainda, como já dissemos, sua aproximação ou distanciamento, que depende exclusivamente da nossa forma de olhar as palavras e as coisas.

⁵¹ Não entendemos por arquivos institucionais, apenas, o lugar onde se guardam documentos ou àquele espaço em que deveriam estar preservados todos os exemplares dos selos postais e outros documentos de cerne filatélico, emitidos pelo Estado brasileiro, mas como, afirma Jardim (1998, *apud*,

No entanto, também acreditamos que é possível transpor o caso da desordem e encontrar um canto em que o objeto e seus semelhantes da coleção façam sentido. Ter um ou vários selos postais é uma tentativa de organizar o sentido do mundo ou como nas palavras de Blom (2003, p. 239):

toda tentativa de organizar o mundo (ou um pequeno fragmento do mundo) é um testamento de otimismo desafiador, da esperança de que a ordem ainda não foi vencida pelo caos, a justiça pela injustiça, o significado pelo acaso, inteiramente.

As práticas sociais do colecionismo de objetos postais remetem a essa vontade. Com o amadurecimento dessas práticas os filatelistas buscavam de forma otimista o conhecimento histórico, a apreciação estética, o prestígio e algum status social. Além disso, começou a existir um discurso sobre o caráter científico da prática, por conta da utilização de ferramentas (pinça, odontômetro, classificadores, catálogos, álbuns, lupa, periódicos especializados, etc.) e sistemas de classificação.

Por volta de 1900, no Brasil, existia o que denominamos de "dialética do colecionismo filatélico".⁵² Ela se baseia, principalmente, nas conexões entre o colecionismo individual e o coletivo. Parte fundamental desse movimento é o papel da instituição produtora dos objetos colecionáveis. No caso dos selos postais, os Correios. Assim, é possível perceber que, naquele período, teve início um movimento de retro-alimentação, entre os Correios, e os colecionadores, incluídos os comerciantes filatélicos. Desde então, os Correios passaram, como afirmam Almeida e Vasquez (2003, p. 37),

a lançar editais anunciando a entrada em circulação de novas emissões, geralmente publicadas em jornais, atraindo a atenção dos colecionadores, que compareciam nas primeiras horas de funcionamento das agências para garantir que, ao menos aquele selo, não faltasse em seu álbum.

O contexto do colecionismo brasileiro era, em grande medida, semelhante ao resto dos países que emitiam selos postais. A expansão do comércio nacional internacional, as revoluções separatistas das colônias, os avanços tecnocientíficos, a

FONSECA, 2005, p. 36-37), constituintes "de um mecanismo de legitimação do Estado e simultaneamente agências do poder simbólico".

⁵² Teoria essa que, em combinação com a questão do estatuto do selo postal e a Teoria do Colecionismo, está sendo estudada para projetos futuros.

explosão do uso de correspondências e o aumento do comércio estritamente filatélico, foram algumas das causas que impulsionaram os governos a olhar mais atentamente para os selos e verem ali, uma possibilidade de instrumentalizar o potencial de propaganda e comunicação dos Estados. Esse foi o contexto de emergência do selo postal do tipo comemorativo.

4.3 A integração: emerge o selo postal comemorativo

Uma das principais razões para a expansão desenfreada da produção, circulação e uso do selo postal comemorativo, foram as revoluções que acarretaram a independência das colônias, principalmente, européias. Ninguém imaginava que uma das primeiras atitudes dessas novas repúblicas seria veicular, por meio de selos postais comemorativos, o seu grito de liberdade. Pois assim foi, como nos é contado por Ferreira (2003, p. 25):

O selo é um dos símbolos da soberania de um Estado, é natural que ele evidencie, igualmente, seu regime político, sobretudo quando, por motivos históricos esse regime se modificou. Natural é, portanto, que uma monarquia que se torna república, não continue a gravar nos seus selos a efígie do seu monarca reinante

[...]

A História recente iria uma vez mais pregar-nos uma partida, dando à filatelia grandes motivos de reconhecimento, e que veio justificar de uma forma incontornável a afirmação que fiz algures de que vivemos numa época "interessante" sob o aspecto filatélico. Pretendia eu dizer então que, às alterações políticas que decorriam e talvez ainda decorram sobre o espaço geopolítico da Europa, sobretudo a partir do desmembramento da ex-USSR, proporcionando o ressurgimento de diversas repúblicas e a afirmação de algumas regiões, sujeitas agora a um processo de autodeterminação, tem correspondido um enriquecimento extraordinário no campo da filatelia [sic], confirmando o que temos dito, que o selo é ou pode constituir-se como um dos elementos fundamentais da afirmação de uma nacionalidade (FERREIRA, 2003, p. 57).

Depois dessas afirmações, parece-nos relevante mostrar como esse sentido de nacionalidade materializa-se no selo postal. O exemplo a seguir trata sobre como o selo postal serviu para mostrar internamente, mas, também, internacionalmente, que a pequena cidade polonesa, Rudnik nad Sanem foi libertada dos alemães pelos russos, em 26 de julho de 1944.

Com a desocupação alemã, o sistema postal da Polônia foi liberado para funcionar normalmente com a exceção, por ordem dos russos, de que nenhum selo postal utilizado pelos alemães, durante o período da ocupação naquelas terras, fosse re-aproveitado. No entanto, essa notícia não chegou naquela pequena cidade. Por volta de 7 de agosto de 1944, os selos da ocupação alemã, armazenados nos Correios de Rudnik nad Saem, foram sobrecarregados⁵³ em preto com quatro tipos distintos de estampilhas postais.

A marca que consta nesse selo é o terceiro tipo. Nela vemos os termos *POCZTA POLSKA* (que significa Polônia), abaixo o símbolo do Brasão Oficial da Polônia, uma águia com uma coroa, e o nome da cidade que fez circular esse selo *RUDNIK nad Saem*.



Figura 23 - Selo alemão com sobrecarga polonesa



Figura 24 - Detalhe da sobrecarga polonesa

Fonte: www.stampdomain.com

O fato de as cidades ocupadas por outros países fazerem questão de por em circulação, com sobrecargas, os selos emitidos pelos países opressores, demonstra claramente como o conceito de nação se materializa por meio das estampilhas postais. Essa prática perdura até hoje. Um outro exemplo pode corroborar com essa assertiva.

Num dos raros estudos em que o selo postal foi utilizado como objeto de análise, as relações geopolíticas da Finlândia, antes e depois do domínio Russo, foram analisadas. Nesse trabalho, Raento (2006, p. 625, tradução nossa)⁵⁴, afirma que

⁵³ Sobrecarga, no âmbito filatélico, é uma ilustração qualquer colocada posteriormente sobre um selo postal, "podendo servir para assinalar um acontecimento ou reabilitá-lo para novo uso" (MACHADO; QUEIROZ, 1994, p. 177).

⁵⁴ Texto original: "Finnish stamps illustrate how the political elite's and ordinary citizens understanding of their country's place in the world has changed over time and how powerful neighbours and global politics have conditioned the gradual opening of Finnish society to the outside".

os selos postais emitidos pela Finlândia ilustram como as elites políticas e os cidadãos comuns, entendendo qual o lugar de sua nação no mundo, tem mudado com o passar do tempo e como poderosas nações vizinhas e a política globalizada têm condicionado a abertura gradual da sociedade finlandesa ao resto do mundo.

Mas não foi apenas isso. Os governos republicanos e as colônias que se independizavam, utilizavam o selo postal comemorativo como um texto de divulgação das tradições e da identidade nacional, em constate diálogo com outras textualidades, como as cerimônias, a documentação oficial do Estado, currículos escolares, cédulas, moedas, cartões-postais, fotografias, discursos políticos, a construção de monumentos, edificações, etc.

Assim defende Le Goff (2006, p. 458):

A comemoração apropria-se de novos instrumentos de suporte: moedas, medalhas, selos de correio multiplicam-se. A partir de meados do século XIX, aproximadamente, uma nova vaga de estatuária, uma nova civilização da inscrição (monumentos, placas de paredes, placas comemorativas nas casas dos mortos ilustres) submerge as nações européias. [...] O desenvolvimento do turismo dá um impulso notável ao comércio de *souvenirs*. Ao mesmo tempo, o movimento científico, destinado a fornecer à memória coletiva das nações monumentos de lembrança, acelera-se.

Parece que podemos afirmar que a construção ou invenção de uma nação, admitindo seu conceito mais amplo, depende da construção do imaginário dessa nação, processo que ocorre por meio da representação do visível ou como sugere Hall (1998, p. 49): “da idéia de nação tal como representada em sua cultura nacional”. Os selos postais das neófitas repúblicas vão ratificar a cultura nacional através dos elementos verbo-visuais, neles contidos. Passaram a ser uma medida técnica que não apenas define o Estado emissor da peça, mas o auxilia num vasto e complexo sistema de controle das identidades coletivas.

Hall (1998, p. 50-51) nos fornece caminhos para esse entendimento.

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto à concepção que temos de nós mesmos [...]. Esses sentidos, que constroem identidades, estão contidos em histórias, memórias e imagens.

Posto isso, pensamos ser relevante discorrermos, de forma sucinta, pelo problema da memória. Um dos fenômenos mais surpreendentes do final do século XX e início do século XXI foi o crescimento progressivo das questões sobre a memória como uma das preocupações culturais e políticas das sociedades ocidentais.

De fato, parece que de forma inconsciente, no âmbito coletivo, existem tentativas constantes de construção de uma estrutura da memória inserida numa temporalidade atual. De certo modo, uma mesma estrutura que não foi experimentada em tempos passados. A questão da memória se torna a grande obsessão político-cultural do século vigente. Por outro lado, deve-se reconhecer que ao mesmo tempo em que os discursos sobre a memória possam parecer um fenômeno mundializado, de certo modo, permanecem conectados ao núcleo da memória individual de pessoas e regiões geográficas politicamente divididas.

Esse processo encontra reforço quando Gagnebin (2003, p. 35) afirma que:

Existe, hoje, uma grande preocupação com a questão da memória: assistimos a um boom de estudos sobre memória, desmemória, resgate, tradições [...] Na história, educação, filosofia, psicologia, o cuidado com a memória fez dela não só um objeto de estudo, mas também uma tarefa ética: nosso dever consistiria, assim, em preservá-la, em salvar o desaparecido, o passado, em resgatar, como se diz, tradições, vida, falas e imagens.

Mas, também, encontra tons de saudosismo e nostalgia nas palavras de Sarlo (2005, p. 93):

O sentido do tempo mudou. Essa transformação definiu o século XX. A aceleração que afeta a duração das imagens e das coisas afeta também a memória e a lembrança. Nunca como hoje a memória foi um tema tão espetacularmente social. Trata sobre a recuperação das memórias culturais, da construção de identidades perdidas ou imaginadas, da narração de versões e leituras do passado. O presente, ameaçado pelo desgaste da aceleração, converte-se, enquanto transcorre em matéria da memória [...] O novo milênio começa na contradição entre um tempo acelerado, que impede o transcorrer do presente, e uma memória que procura tornar sólido esse presente fulminante que desaparece devorando-se a si próprio [...]. Trata-se de uma cultura da velocidade e da nostalgia, do esquecimento e da comemoração de aniversários.

Um passado que possui estreita relação com o presente e participa da construção do futuro, é uma idéia constante e ativa. Esse mesmo passado que

clama por esforços em vista de ser desvendado, revelado e disseminado, reserva intrigantes e instigantes surpresas. Segundo essa asserção é imperativo e relevante, que toda a forma de representação coletiva disponível (leia-se: selos postais) seja utilizada, cada qual a sua maneira, para contribuir à memória social.

São claras as lutas de poder, por meio dos selos postais e das estampilhas neles impressos. Não se trata, apenas, da luta do homem contra o homem e sua representação nos selos, mas a luta pelo poder, através de uma representação coletiva, e de uma prática social estabelecida e dominante, que é o uso de sobrecargas em selos postais por países que já foram oprimidos.

Dessa forma, entendemos que a memória social é um lugar de conflito, uma soma entre as possíveis representações coletivas, de uma dada época, desde que tenham condições de subsistir, mas também, um processo em que, conforme Gondar (2005, p. 26), se deve "incluir a invenção e a produção do novo".

Um selo postal pode ser considerado um documento, quando olhado atentamente por um historiador e que, para manter a memória social, dialoga com outros textos. Ainda assim, também pode ser considerado um monumento, visto que ele próprio compõe o acervo coletivo que subjaz à memória social.

Deixando de lado o problema da memória e retomando os fatos sobre a produção de selos postais comemorativos, temos que as duas principais diferenças entre esses tipos de selos e os que vinham sendo emitidos, desde 1843 são: a mudança de algum dos elementos verbo-visuais e a produção em massa, pelos Correios, visando ao lucro. Ao contrário da emissão denominada ordinária ou comum, utilizada até então, a emissão comemorativa tem tiragem limitada e o período de circulação e validade fixado por antecipação, em concordância com que está disposto nos Decretos publicados no D.O.U. Destarte, deve estar impresso no anverso do selo o motivo de sua emissão, que geralmente é composto por dois elementos: o verbal, formado por palavras e números, o qual será chamado de elemento *frase-motivo*, e o visual, formado pelos traços pictóricos, o qual será chamado de elemento *imagem-motivo*.⁵⁵

⁵⁵ A relação entre o verbal e o visual, no selo postal, é um dos problemas teóricos que mais causou incômodo durante todo o percurso deste estudo. Um problema que envolve diversas e distintas facetas e que não poderia, jamais, ser tratada com a estima que lhe é pertinente. É um problema que nos desafia para estudos futuros em que não apenas aparatos metodológicos, como por exemplo, a Semiótica, a Semiologia, a Análise do Discurso, a Teoria da Informação, a Iconologia, a Iconografia ou a Indexação de Imagens, serão suficientes à sua elucidação, mas fundamentalmente trabalhos voltados aos conceitos de visão, visibilidade e visualidade. Este trabalho reconhece a relevância

O surgimento do selo postal comemorativo sofreu todo tipo de acometida, desde a acusação que rompia com o padrão de selo postal estabelecido, tanto no cerne comercial quanto no âmbito do colecionismo até pelo pouco valor que davam aos motivos que os primeiros selos aludiam.

Conforme Bellido (1898, p. 21), "o intento da Convenção⁵⁶ foi por cobro à desenfreada gana de alguns governos de finanças um tanto arruinadas, que emitem sellos por qualquer motivo, cada qual mais insignificante, para minorar deficits, que dia a dia ia achando imitadores". Além disso, os selos postais comemorativos não poderiam ter circulação internacional por determinação daquela mesma Convenção Postal Universal, sendo ratificada no Congresso de Roma, em 1906. Apenas em decorrência do Congresso de Madri, em 13 de novembro de 1920, essa situação foi revogada.

Não se sabe ao certo qual e onde foi emitido o primeiro selo postal comemorativo. Contudo, Almeida e Vasquez (2003, p.38) lembram de "um exemplar emitido na França, em 1863, trazendo a efígie coroada de louros de Napoleão III – referência às vitórias de Magenta e Solferino". Mencionam também "uma emissão do Peru, de 1871, "trazendo uma locomotiva como tema e usado par serviços postais da recém-inaugurada estrada de ferro entre Lim-Callao-Chorilos". De qualquer forma, o selo que realmente pode ser considerado comemorativo, pelo que foi exposto até então, é a emissão da Romênia, de 1891, comemorando os 25 anos do reinado de Carlos I (figura a seguir).



Figura 25 - 1º selo comemorativo (1891)
fonte: <http://stamps2008.blogspot.com>

Os elementos verbo-visuais dos selos comemorativos foram sendo modificados paulatinamente. Talvez seja prudente e didático separar essas

dessa "indissolúvel interação", como sugere Santaella (1992, p.36) e propõe que, em outro trabalho, a partir do selo postal, uma das facetas seja aprofundada, a saber: a relação entre a *imagem-motivo* e a *frase-motivo*.

⁵⁶ Referindo-se à Convenção Postal Universal realizada em Washington, 1897.

mudanças em dois momentos. De início, como afirma Marson (1989, p. 83) "predominam representações alegóricas e retratos oficiais de presidentes ou de pessoas notáveis". Alegorias essas, que transmitem os símbolos materiais de novos regimes, em sua grande maioria repúblicas como, por exemplo, afirma Scott (1998, p. 302, tradução nossa), em que "boa parte do selo é devotado ao perfil da Marianne, símbolo de Liberdade, da República Francesa e do país França". Esses poucos e repetidos elementos, nos quais já era possível identificar algumas recorrências temáticas, aludiam a certos tipos de eventos, jubileus, algumas paisagens, pessoas poderosas e, decerto, mensagens claramente ideológicas.

O momento seguinte pode ser identificado pelo acréscimo de recorrências temáticas⁵⁷ que não aludiam, apenas, aos elementos verbo-visuais já mencionados. É a partir desse segundo momento que a possibilidade de identificação das recorrências temáticas mostra quantidade e qualidade satisfatórias à análise pretendida: a ciência como um dos motivos das emissões dos selos postais.

A explosão das emissões postais comemorativas também possibilitou a utilização, ainda que incipiente, do selo postal como objeto de estudo por pouquíssimos pesquisadores acadêmicos.⁵⁸ Foi o caso do estudo feito por Covington e Brunn (2006, p. 125, tradução nossa), que analisou a temática música em selos postais emitidos pelo Brasil, por Senegal e pela Hungria, considerando "a variedade e quantidade de emissões, a relevância que foi dada aos instrumentos musicais, aos compositores e aos instrumentistas, além dos eventos musicais".⁵⁹

No Brasil, os primeiros selos comemorativos foram emitidos para celebrar os 400 anos da chegada dos portugueses ao país. Foram emitidos no dia 1 de janeiro de 1900, por sugestão da Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil.

⁵⁷ As recorrências temáticas são as mais variadas possíveis: fauna, flora, esportes individuais e coletivos, espaços públicos e privados, instituições, encontros locais, regionais, nacionais e internacionais, tecnologias, brincadeiras, jogos, campanhas preventivas, campanhas publicitárias, conflitos, independências, minorias e personalidades.

⁵⁸ Não devemos confundir as incontáveis publicações em periódicos não-científicos (estas não nos servem, por enquanto), sobre selos postais e a prática filatélica, com as incipientes publicações formais acadêmicas, principalmente escritas em língua portuguesa.

⁵⁹ Texto original: "In each case, of Brazil, Senegal and Hungary, we examine the number and variety of issues, the importance they place on musical instruments, composer and performers, and musical events".



Figura 26 - Primeiros selos comemorativos brasileiros (1900)⁶⁰

As quatro imagens, de certa maneira, celebravam justamente um sentimento que os republicanos queriam que o povo percebesse. Uma trajetória de liberdade no Brasil, refletida através de quatro eventos significativos. Ou como sugere Marson (1989, p. 83) "punha-se em relevo que a República coroava uma trajetória de liberdade no Brasil". Tanto na Europa, como no Brasil, com o advento do selo postal comemorativo, o elemento *frase-motivo* passou a ter, igual ou maior valor representativo do que a *imagem-motivo*.

Com a explosão do volume de emissões comemorativas de forma desordenada, além da emissão de outros documentos filatélicos (*bloco comemorativo*, *folhinha comemorativa*, *envelope de 1º dia de circulação* etc) e dos carimbos comemorativos que acompanham cada peça emitida, Ferreira (2003, p 82) admite, na primeira década do século XX, que tentar formar "qualquer coleção pretensamente universal, seria sempre um fracasso", o que corrobora com um pensamento irônico de Borges (1998, *apud*, MACIEL, 2004, p. 14) inscrito no conto "La Biblioteca de Babel":

o de evidenciar a insensatez e a ineficácia de toda tentativa de arquivamento ou classificação exaustiva do conhecimento e das coisas do mundo, visto que todo recenseamento tende, em seus limites, a revelar o caráter do que é naturalmente incontrollável e ilimitado.

Estabelecida à impossibilidade de um colecionismo universal, ou até mesmo de todas as peças de um único país, o que era comum no período inicial da

⁶⁰ Fazem parte da coleção do autor.

República, surgiu uma modalidade de coleção de selos postais que suportava o critério de universalidade, a saber: a coleção temática.

Assim como os primeiros selos postais emitidos na Grã-Bretanha foram copiados por outras nações, o selo postal comemorativo também foi reproduzido por todas as nações que integravam a UPU, por motivos econômicos, políticos e ideológicos. A partir dos primeiros ensaios de selos postais comemorativos a emissão de distintas e diversas recorrências temáticas tornou-se prática de todas as Administrações Postais no mundo.

Para além disso, percebemos um aspecto importante que tem origem nas emissões postais comemorativas. Tanto na prática, pela ECT, no caso do Brasil, de emitir selos postais comemorativos, quanto com relação ao crescimento exponencial de colecionadores, comerciantes e exposições temáticas, foi estabelecida a possibilidade de considerar o selo postal comemorativo um objeto produzido para um público mais amplo e heterogêneo. Realidade que não poderia ser observada em outro momento histórico.

É com essa possibilidade de distinção histórica que dividimos, aceitando o que já vinha sendo feito pela Federação Internacional de Filatelia - F.I.P.⁶¹, a prática de colecionar e comercializar selos postais em dois períodos, o Clássico (1840 até 1870) e o Temático (1870 aos dias atuais). É a partir do período temático que a prática de colecionar e comercializar documentos postais vai ser conhecida, segundo Altman (1991, p. 128, tradução nossa), como o "lazer dos Reis e o Rei dos lazes".⁶² Patronos como Rei George V, Rei Farouk e o Presidente Franklin Roosevelt elevaram a prática filatélica a um patamar mundial e bilionário.

4.4 Implicações iniciais para um estatuto do selo postal

Nesta seção exploraremos o selo postal sob dois aspectos. A partir de sua tecnicidade, ou seja, do artefato, propriamente dito, com o objetivo de determinar quais são os seus elementos constitutivos. Explorada essa primeira etapa, passaremos a estabelecer um conjunto de princípios, aos quais chamaremos de

⁶¹ Federation Internationale de Philatélie, entidade fundada em 18 de junho de 1926, com sede em Genebra, na Suíça. Tem a missão de coordenar e estabelecer as regras das exposições internacionais de documentos filatélicos. É interessante notar que a criação dessa entidade, pelos franceses, foi o resultado da seriedade e profissionalismo da prática filatélica e do comércio bem sucedido de documentos filatélicos, pelos ingleses.

⁶² Texto original: "the hobby of Kings and the king of hobbies".

funções, que podem servir como um indicativo de trajetória possível para o entendimento sobre a essência desse artefato.

O selo postal é formado por duas estruturas distintas e complementares: uma física e outra química. A primeira diz respeito a um fragmento de papel dividido em duas superfícies (anverso e verso). É no verso do selo que é aplicada a goma⁶³ para que seja possível fixá-lo à correspondência. No anverso são impressos, por convenção do Estado, os elementos verbo-visuais (*frase-motivo* e *imagem-motivo*) que são o foco do nosso olhar atento. Por sua vez, a estrutura química do selo postal é composta, principalmente, pela goma e pelas tintas. Por essas características surgiu a denominação *selo postal adesivo*⁶⁴.



Figura 27 - Anverso e verso de uma mesma Quadra do Selo C25 (1930)
fonte: <http://www.oselo.com.br>

Mostramos a seguir, com mais detalhes, algumas partes constituintes do selo postal:

A) Papel⁶⁵ - O selo postal é um fragmento de papel, recortado ou destacado de uma folha de papel, denominada *folha completa*⁶⁶, em que vários selos postais são impressos. Não existe um único tipo de papel para imprimir selos postais. Diversos tipos são utilizados para múltiplas situações.

⁶³ Existem inúmeros selos postais que foram emitidos sem a goma no verso como, por exemplo, nas emissões da República do Suriname, ex-colônia Holandesa, entre 1873 e 1912 ou nas emissões dos Estados Unidos de 1933 e 1934.

⁶⁴ Em inglês: *adhesive postal stamp*.

⁶⁵ Segue uma lista, não exaustiva, de tipos de papel que já foram utilizados na confecção de selos postais: acetinado, avergoado, bastonado, cartolina, cebola, costelado, couché, liso, pontinhado, sulfite, laminado, etc.

⁶⁶ A folha completa é onde são impressos os selos postais. Por muito tempo esse tipo de folha foi adquirido por colecionadores.

B) Filigrana⁶⁷ - Consiste numa marca inserida na contextura do papel. Conhecida também como *marca d'água* ou *linha d'água*, apesar da existência de discordâncias com relação a essa nomenclatura. Inúmeras são as possibilidades tipográficas das filigranas: brasões, coroas, efígies, escudos, traços, linhas, letras, frases, expressões, números etc. Do mesmo modo que o papel, a filigrana também nasceu na China antiga. Existem 28 tipos de filigranas catalogadas no Brasil. Elas são conhecidas pelo nome, apelido ou letras de classificação. As expressões e termos na descrição são aquelas encontradas na tessitura do selo postal. Na imagem abaixo mostramos o anverso e o verso de um selo brasileiro, emitido em 1942. Abaixo, a filigrana do tipo "M", que é chamada de "Cruz de Cristo".



Figura 28 - Exemplo de filigrana M, Cruz de Cristo, num selo postal brasileiro
Fonte: <http://marinselos.blogspot.com>

É possível ver a filigrana de um selo postal contra a luz ou por meio da utilização do *Filigranoscópio*. Este é um pequeno recipiente de plástico, retangular de cor preta. Para ver a filigrana com bastante clareza, o selo postal é colocado com o verso virado para cima (ou a estampa virada para baixo) e sobre ele são despejadas algumas gotas de benzina retificada.

C) Denteado - Os primeiros selos postais foram emitidos sem picotes, ou seja, tinham que ser recortados com tesouras ou pequenas lâminas. Com o processo de picotagem, que ocorre durante a impressão, por meio de agulhas que perfuram o papel, os selos passaram a ser destacados. Abaixo, alguns tipos de dentes.

⁶⁷ A filigrana, nascida na China Antiga juntamente com o papel, surgiu por acaso. Num primeiro momento foi utilizada para identificar o fabricante do papel. Muito depois, em terras ocidentais foi reutilizada em documentos da nobreza e do clero. Tempos depois, foi adicionada ao papel-moeda, aos bilhetes postais e aos selos postais, sempre com função primeira de dificultar as contrafações. Foi utilizada pela primeira vez no Brasil em 1894. A identificação de filigranas, no início do século XX, tornou-se uma das atividades de maior prestígio no colecionismo de selos postais.

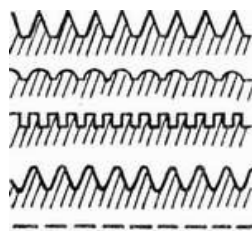


Figura 29 - Tipos de denteação do selo postal
 Fonte: <http://marinselos.blogspot.com>

D) Goma - É uma substância adicionada tanto no verso dos selos, depois de impressos, como antes da impressão, no verso das folhas completas. As gomas podem ser de origem vegetal, animal ou química. Serve para aderir o selo postal à correspondência. As gomas mais conhecidas no colecionismo de selos postais são a *arábica* (produto vegetal da *acácia vera*), a *azul* (utilizadas nos selos brasileiros emitidos em 1866) e as gomas químicas (PVC).

E) Tinta⁶⁸ - Um dos maiores problemas das peças filatélicas. As tintas de má qualidade desbotam com a lavagem dos selos. Os primeiros selos postais foram emitidos de forma monocromática,⁶⁹ depois foram impressos em modelos policromáticos.⁷⁰ As cores compõem o componente pictórico, presentificam a materialidade do objeto e constituem parte integrante da manifestação histórico-ideológica do Estado. Seu poder de comunicação, estética e impacto são almejados pelas administrações postais.

F) Dimensões⁷¹ - Os primeiros selos emitidos em diversos e distintos países têm dimensões parecidas entre si, ao contrário dos selos postais comemorativos que, em grande parte, seguem um padrão de formato quadrangular ou retangular. Existem selos postais triangulares, redondos e elípticos, mas esses são à exceção da regra.

⁶⁸ É natural que nos primórdios das emissões postais, associadas aos recursos gráficos escassos, as estampas ou elementos pictóricos tenham sido monocromáticos. Até que em 1845, na Suíça, foi impresso o primeiro selo postal policromático, assim como no Brasil em 1878. No mesmo ano, após o Congresso da União Postal Universal (UPU), em Paris, foi estabelecida uma padronização internacional para as cores utilizadas nos selos postais. A UPU, antiga *União Geral dos Correios*, atualmente formada por 191 países, foi fundada em Berna, na Suíça, em 9 de outubro de 1874, por meio do Tratado de Berna, durante a realização do Segundo Congresso Internacional dos Correios" (MACHADO; QUEIROZ, 1994, p. 192). É uma das unidades especiais da ONU, encarregada da gestão de suas correspondências e de promover a renovação e adaptação dos serviços postais, por meio de atividades como a regulamentação, normalização e cooperação internacional.

⁶⁹ Uma cor.

⁷⁰ Várias cores.

⁷¹ As dimensões do selo postal são medidas por meio do *Odontômetro* que, conforme Salcedo (2008, p. 5) "é um pequeno objeto com formato de uma régua, feito de cartolina, plástico ou metal, onde está gravada (no caso do metal) ou impressa (no caso da cartolina e do plástico) a escala que serve para medir o número de dentes das margens do selo postal num espaço fixo de 2 cm entre duas linhas".

G) Impressão - É o nome que se dá ao processo técnico pelo qual uma folha completa, em branco, recebe os elementos verbo-visuais, com suas devidas dimensões e obedecendo ao Decreto que autoriza a emissão da peça. Os processos utilizados para imprimir selos postais, no Brasil e em outros países, foram o tipográfico, a rotogravura ou heliogravura, o xilográfico, o talho-doce e o mais moderno, Off-Set. A identificação do tipo de impressão é um conceito relevante no colecionismo de selos postais.

Após explicar um pouco sobre as partes físicas e químicas que constituem um selo postal, admitindo variedades e especificações para cada caso, daremos voz aos aspectos concernentes às funções atribuídas ao selo postal. Essas funções são denominações que foram atribuídas ao selo postal, enquanto proposta teórica, com o intuito de caminharmos rumo a um estatuto teórico desse objeto. Sendo assim, admitimos, por uma questão de respeito histórico, que no momento do surgimento do selo postal apenas uma função poder-lhe-ia ser outorgada.

Essa primeira função, segundo Ferreira (2003, p. 14) "formaliza e evidencia o contrato tácito entre um expedidor de uma missiva postal, e um serviço público que torna expressamente a seu cargo o transporte e a entrega a um destinatário", o que configura a função que vamos denominar *administrativa*.

Em outros termos, esse contrato ocorre quando um selo postal é disposto sobre uma correspondência em que o mesmo deve ser obliterado (carimbado), configurando, então, um contrato legal e instituído, em que é realizado um pagamento antecipado por um serviço que irá ser prestado. Ou como defende Habermas (2006, p. 32-33) quando afirma que "a forma institucional da troca é o contrato [...] a acção complementar é mediada por símbolos que fixam expectativas obrigatórias de comportamento". No caso do Brasil, os Correios⁷² têm autonomia para explorar esse serviço desde os tempos do Império.

Além disso, cabe explicar uma dúvida manifesta sobre qual é a nomenclatura adequada, do ponto de vista jurídico, ao ato de pagamento da tarifa que incide sobre essa função *administrativa*. A tarifa que é paga no ato do contrato entre um expedidor e o Correio, usualmente, impressa no selo postal, não é um imposto, mas uma taxa. Conforme Plácido e Silva (2009, p. 1264), a taxa difere do imposto porque "ela não é coercitiva ou imposta". É uma cobrança legal, caracterizada pela

⁷² A legislação que trata desse tema é o "Decreto nº 83.726, de 17 de julho de 1979". Disponível em: <www.correios.com.br>. Acesso em: 22.06.2008.

“compensação ou contraprestação do serviço prestado”. Logo, quando pensarmos o selo postal na sua função *administrativa*, admitiremos a tarifa postal como um valor que é cobrado no sentido de taxa pelo serviço prestado pelo Correio.

No entanto, essa função *administrativa* tem uma característica essencial. Ela é, em verdade, apenas possível de ser exercida porque é o efeito do que considera Salcedo (2006a, p. 109): “o selo postal é um artefato produzido pelo Estado”.⁷³ Assim, seria oportuno dizer que antes da função *administrativa* existe uma função que chamaremos de *estatal*. A função *administrativa* do selo postal pressupõe, necessariamente, a função *estatal*.

Destarte, um artefato com origem na esfera político-institucional, pertencente a um sistema de símbolos institucionais, mas culturais, além de estar configurado na circunscrição de práticas sociais determinadas, tornando-se também, “um patrimônio cultural e cultura patrimonial” (SALCEDO, 2008a, p. 192).

Isso quer dizer que, antes mesmo do selo postal exercer sua função *administrativa*, lhe atribuiremos uma função *mnemônica*, aquela em que o selo postal constitui um objeto que é tanto constituído da identidade e do discurso do Estado, quanto é produtor de identidades e discursos. O selo postal permite que o *animal symbolicus* experimente, ao mesmo tempo, como sugere Cassirer (1994, p. 86), “um processo de reconhecimento e identificação” da memória. Essa função *mnemônica* também está presente no selo postal quando este compõe acervos institucionais, como no caso de Museus, Arquivos, Bibliotecas e Centros de Documentação, e quando faz parte do acervo de colecionadores particulares.

Por sua vez, a função *estatal* está diretamente relacionada ao modo de produção de um selo postal e pode ser compreendida a partir da leitura do Anexo B: Portaria de nº 500, de 8 de novembro de 2005, do Ministério das comunicações. Em paralelo ao processo oficial de produção do selo postal, uma outra etapa ganha terreno. Trata da publicação de Atos Normativos (Decretos⁷⁴), no Diário Oficial da União (D.O.U), pela Presidência da República. Os Decretos são documentos produzidos pelo Estado em que assentam os pormenores do desenho no selo, a sua diagramação e processo de impressão, as distintas fases de seu lançamento

⁷³ Ademais dos Estados, existem algumas instituições que produzem seus próprios selos postais, como por exemplo, a Organização das Nações Unidas (ONU). O primeiro selo postal emitido pela ONU foi em 1951. Os selos postais emitidos pela ONU apenas podem ser utilizados nas correspondências internas da instituição.

⁷⁴ Os Decretos, assim como os Editais, são considerados um tipo de documento filatélico.

público, as dimensões, os motivos e os valores. Não se trata do mesmo que o Edital publicado pela ECT.

Esses Decretos tem sido publicado no D.O.U., pela Imprensa Oficial, desde antes da emissão do primeiro selo postal brasileiro. No âmbito do colecionismo, o período histórico que antecede a primeira emissão do selo postal é conhecido como Pré-Filatélico⁷⁵.

Essa época, chamada *Pré-Filatélica*, é deveras relevante, conforme afirma o pesquisador francês BAUDOT (*apud*, MEYER, 2008, p. 13), pois que não publicar nos catálogos de selos postais os emblemas utilizados, nesse período, "seria como um manual de Historia que ignore a Idade Média e comece seus escritos com Luís XIV, por exemplo". Olhar atentamente essas ilustrações é imprescindível ao estudo do selo postal, de suas funções sociais e, como consequência, do seu estatuto.

No Brasil, a partir de 1960 algumas informações contidas nos Decretos foram organizadas e estruturadas de forma que fossem atraentes a um público mais específico, os colecionadores e o comércio filatélico. Assim surgiu um outro tipo de documento postal, denominado de *Pré-Edital*, considerado uma "certidão de nascimento" do selo postal.

Pensamos que a verdadeira "certidão de nascimento" do selo postal é o Decreto publicado no D.O.U. Os Pré-Editais, emitidos a partir de 1968 e os Editais, emitidos a partir de 1969, são documentos que cumprem finalidades mercadológica e publicitária, com o intuito de nutrir a prática do colecionismo filatélico e prover recursos financeiros à ECT. Mello (2004, p. 7) afirma que "o primeiro Pré-Edital catalogado foi o do selo em comemoração ao Centenário de Nascimento de Orlando Rangel, em 29.02.1968". No entanto esse documento não era publicado no D.O.U e suas informações eram mimeografadas num papel, de pouca tiragem e bastante escasso nos dias atuais.

⁷⁵ Antes da criação do selo postal, as administrações postais utilizavam outras marcações (carimbos, assinaturas etc) sobre as missivas postais, para mostrar o lugar de procedência ou destino das correspondências. Foram utilizados, também, como obliteradores sobre os selos postais do Império. O Catálogo de Selos do Brasil, 56. ed., publicado pela Editora RHM, em 2008, das páginas 15 até 41, lista os carimbos ou oblitterações conhecidas, por Província. É uma obra de referência obrigatória para qualquer colecionador ou, ainda, pesquisador.

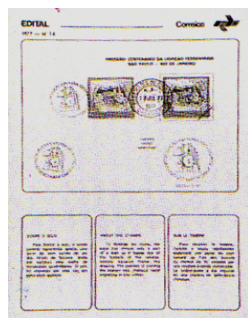


Figura 30 - Exemplo de edital filatélico brasileiro (1977)

Fonte: <http://www.brasilcult.pro.br>

Sob um prisma político-institucional, a União Postal das Américas, Espanha e Portugal⁷⁶ (2006, p. 9, tradução nossa), debateu sobre os atributos do selo postal no

XXIII Congresso da União Postal, celebrado em Bucareste, onde o selo postal, conforme consta na Ata (Art. 8º do Convênio) é considerado um ato de soberania e fonte de recursos das administrações postais, em sua qualidade de artefatos filatélicos. Além disso as seguintes atribuições lhe podem ser dadas: Simboliza em linguagem universal, o Correio, como prestador de serviços à comunidade; Pode ser utilizado para conhecer o pensamento político de uma nação e suas relações com a comunidade internacional; Reflete os fatos relacionados com a cultura, a história, a **ciência**⁷⁷, o esporte e como integra o desenvolvimento social e econômico do país; Aplicado, por meio de coleções de selos, é um instrumento útil no campo de **difusão do conhecimento e da educação**; Já, no âmbito da Filatelia organizada, é um fator de vinculação social sem fronteiras; Constitui a base de uma prática reconhecida mundialmente como Filatelia; Tem um papel cada vez mais intenso no mercado de consumo; Em suma, o selo postal é um documento empregado nos conflitos entre nações, mensageiro da paz e convivência, recurso para sinalizar o nascimento de um novo país.⁷⁸

Depois de entender que o selo postal tem uma função *estatal*, seguida pelas funções *administrativa* e *mnemônica*, podemos expor uma quarta função, a *econômica*. Ela diz respeito ao fato de que o selo postal, depois de produzido pelo Estado e, para além de sua função *mnemônica*, tem um valor de mercado.

⁷⁶ A União Postal das Américas, Espanha e Portugal - UPAEP - foi fundada a partir de um Tratado assinado e ratificado em Bogotá, Colômbia, em 1838 pela Venezuela, Colômbia e pelo Equador, mediante a criação da Grande União Colombiana. "A sua missão primeira é garantir uma organização integradora dos objetivos comuns de seus membros". Disponível em: <<http://www.upaep.com.uy>>. Acesso em 16.02.2007.

⁷⁷ As duas marcações em negrito, nessa citação, são de nossa autoria. Posto que, aí é mencionado que existe uma ação internacional em que, por meio dos selos postais, divulga-se elementos de caráter científico e, também, faz-se uso do selo como instrumento didático.

⁷⁸ Texto original: "XXIII Congreso de la Unión Postal, celebrado en Bucarest" [...] "conforme consta en la Acta (Art. 8º del Convenio), el sello de correos es un acto de soberanía [...] y fuente de ingresos suplementarios para las administraciones postales, en su calidad de artículos filatélicos".

O valor facial é o uma impressão que se faz no selo postal onde é indicado quanto aquele selo custa no uso administrativo da agência postal. Por exemplo, se o envio de uma carta custa R\$0,50 (cinquenta centavos de Real), o usuário pode aderir sobre a carta um selo em que o valor facial seja de R\$0,50, ou dois selos em que o valor facial seja de R\$0,25 (vinte e cinco centavos de Real), cada um, ou cinco selos de R\$0,10 (dez centavos de Real).

A imagem ou algum elemento pictórico que pode estar impresso no selo postal independe do valor facial da peça, embora o valor facial também é considerado um elemento verbal de certa importância, pois além de ratificar a função *administrativa*, constitui a representação da unidade monetária do país ou instituição que emitiu o selo.

Além disso, a função *econômica* do selo postal perpassa a questão do valor facial, vinculada diretamente à função *administrativa*, quando sai do limite de uma taxa a ser paga pelo remetente de uma correspondência e entra nas fronteiras do colecionismo. Nesse âmbito, o selo postal deve ser considerado, também, um objeto que pode, se adequadamente manuseado e conservado, propiciar rentabilidade e possibilidades de investimento. Acreditamos que quando o estudo de um objeto pretende ser mais aprofundado, ainda mais quando ele é um potencial objeto de coleção, a função *econômica* deve ser considerada mais detalhadamente.

O primeiro ponto passa por entender que o selo postal é um objeto que circula no mercado. Qualquer espaço onde ocorra uma prática econômica tem duas tipologias de mercado, o *mercado de produtos* (em que há negociações de bens e serviços), e o *mercado de fatores* (em que há negociações de trabalho e capital). Neste último, existe uma parte que é constituída pelo *mercado financeiro*, assim denominado por que, aqui, são negociados os *ativos* financeiros.

Podemos afirmar, num sentido geral, que um ativo consiste em algo que temos e que, por sua vez, têm valor de câmbio. Os ativos tangíveis dependem de suas propriedades físicas (casas, apartamentos, terras, máquinas, artefatos de arte, selos postais, etc). Os intangíveis são os que representam legalmente possíveis rendimentos futuros e seu valor nada tem a ver com o seu suporte físico.

Os selos postais serão considerados bens⁷⁹ tangíveis. Ter selos postais bem conservados, manuseá-los adequadamente e garantir sua longevidade são,

⁷⁹ Segundo Duesenberry 1949 (*apud*, Douglas; Isherwood, 2006, p. 86) "os bens são bens em virtude de serem especializados para certas atividades".

seguramente, condições *sine qua non* para que esse bem tangível ofereça garantias financeiras no presente ou para o futuro. Segundo Ferreira (2003, p. 31) o "First National Bank, de Nova York, indicou em recente relatório que o selo postal ocupa o terceiro lugar entre os bens tangíveis que mais se valorizaram entre 1920 e 1970, no mundo". Para ilustrar essa assertiva, vejamos as tabelas a seguir.

A tabela 1 mostra a variação, em Dólares Americanos, do valor dos quatro primeiros selos postais emitidos em Portugal. Indica o valor de cada selo em 1953 e o seu valor em 1973, vinte anos depois, tanto para exemplares novos (sem carimbo), quanto para exemplares usados (com carimbo). A sua valoração é indiscutível e, em certa medida, espantosa.

Ano de Emissão	1953		1973	
	Selo Novo	Selo Usado	Selo Novo	Selo Usado
1° selo - 1853	5.000,00	1.250,00	22.000,00	6.000,00
2° selo - 1855	1.600,00	37,00	10.000,00	200,00
3° selo - 1856	6.000,00	1.250,00	33.000,00	10.000,00
4° selo - 1858	30.000,00	4.500,00	120.000,00	18.000,00

Tabela 1 - Variação financeira de selos postais portugueses: 1953 => 1973
Fonte: Ferreira (2003, p. 31).

A tabela 2, por nós atualizada e adaptada da anterior, mostra as variações, em Reais, do valor dos quatro primeiros selos postais emitidos no Brasil. Indica o valor de cada selo em 1998 e o seu valor em 2008, dez anos depois, tanto para exemplares novos, quanto para exemplares usados.

Ano de Emissão	1998		2008	
	Selo Novo	Selo Usado	Selo Novo	Selo Usado
1° selo - 1843	4.000,00	600,00	14.000,00	1.700,00
2° selo - 1845	8.000,00	2.400,00	21.000,00	6.800,00
3° selo - 1850	750,00	135,00	1.600,00	285,00
4° selo - 1869	2.000,00	600,00	24.000,00	6.500,00

Tabela 2 - Variação financeira nossa de selos postais brasileiros: 1998 => 2008

É fato que o selo postal, assim como tantos outros bens tangíveis, têm um valor de mercado bastante atraente e próspero. Sem dúvida, um instrumento de investimento financeiro em mercados que se retro-alimentam, o financeiro e o filatélico.

Atribuídas as quatro funções ao selo postal, desde sua produção até seu valor no mercado de coleções, uma quinta função pode ser considerada. Neste caso, não se trata de uma função diretamente relacionada com a trajetória que um selo postal percorre no seio social, mas daquela que, admitindo as quatro funções anteriormente discutidas, pode oferecer o aparato teórico à nossa análise.

Logo, vamos considerar o selo postal um texto, o que lhe designa, por conseguinte, uma função *textual*. Seja qual for o momento em que um selo postal seja considerado para análise, ou seja, levadas em conta as funções já mencionadas, ele é um artefato que expressa graficamente um processo linguístico e, por conseguinte, um ato comunicativo. No entanto, a função *textual* do selo postal é restrita, visto que, a natureza própria do objeto determina seus limites.⁸⁰

A função *textual* impõe uma observação - um olhar atento - sobre o selo postal enquanto um objeto de significação e objeto de comunicação, em que se manifestam sentidos, como afirma Greimas (1981, *apud*, Pietroforte, 2004, p. 8) por meio das "formas de expressão e de conteúdo".

Além disso, o selo postal quando considerada sua função *textual*, permite que ele seja estudado nos lugares em que ocupa suas demais funções, *estatal*, *administrativa*, *mnemônica* e *financeira*. A análise desse objeto pressupõe que a função *textual*, articulada com as demais funções produz sentidos diferenciados.

Com o objetivo de ilustrar sobre o que estamos falando, elaboramos um esquema gráfico que chamaremos de "Regime de Informação do Selo Postal". A partir dele podemos, com mais facilidade, observar as trajetórias percorridas pelos selos postais e situar o lugar das suas funções sociais.

⁸⁰ É nesse sentido que podemos chamar o selo postal ou um conjunto de selos postais, de acordo com Greimas e Courtés (2008, p. 503), um "*corpus*".

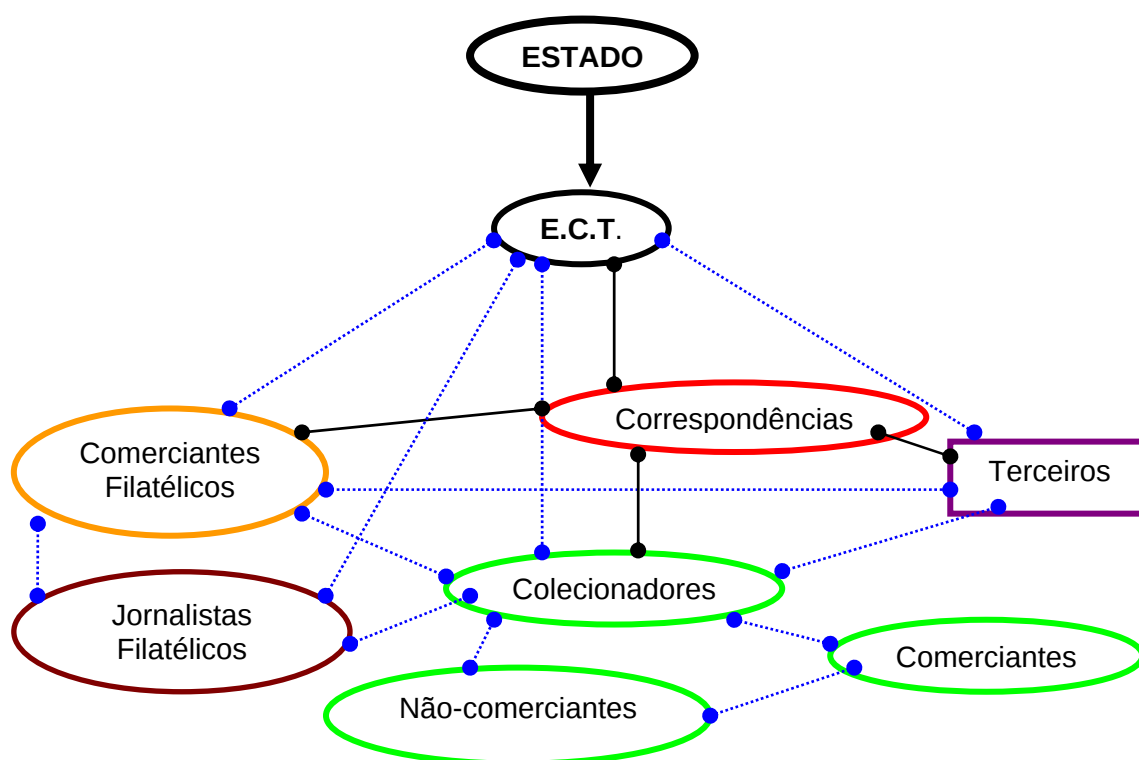


Figura 31 - Regime de Informação do Selo Postal

A figura 31 permite a identificação dos atores sociais ou sujeitos enunciadorees e os seus lugares de fala. Do mesmo modo, possibilita visualizar a articulação da função *textual*, do selo postal, com suas demais funções.⁸¹

A maneira de ler o esquema deve tomar o sujeito "Estado" como o princípio do processo de produção e circulação do selo postal. O selo postal é um documento produzido pelo Estado e remetido, via Ato Normativo, à ECT. Uma seta negra, de sentido único caracteriza essa conexão. O fato de que a ECT e o Estado estão em negrito indicam que a comunicação entre ambos não sofre a interferência dos demais atores sociais. É relevante considerar que o selo postal, a partir de sua homologação pelo Estado, é enviado apenas à ECT.

A partir da ECT, o selo postal pode seguir por diversos caminhos. Esses caminhos são indicados, no esquema, pelos conectores azuis. Esses conectores determinam que a comunicação se dá em duas vias. Dá ECT, o selo postal pode

⁸¹ Um outro aspecto fundamental que deve constituir o estudo do selo postal na contemporaneidade, apesar de não ser o foco deste trabalho, trata sobre a problemática da circulação e interpretação/consumo, das representações e dos usos do selo postal em meio eletrônico (blogs, fóruns, exposições on-line etc).

passar pelos colecionadores, que estão subdivididos entre "comerciantes" e "não comerciantes" e, por isso, demarcados em verde.

Pode, também, chegar até os "comerciantes filatélicos", e que, não necessariamente, são colecionadores. Além disso, o selo postal pode passar por "jornalistas filatélicos" e "terceiros", que nem são colecionadores, nem comerciantes filatélicos.

Ao ser estabelecida uma articulação entre uma correspondência e um selo postal, a função *textual* do selo postal passa a ser compartilhada pela função *textual* da correspondência, caracterizando a produção de sentidos baseados numa relação intertextual. Essa relação de intertextualidade e sua articulação com os sujeitos estão caracterizadas, no esquema, pelos conectores negros, indicando, também, duas vias de comunicação.

Por outro lado, nem sempre um selo postal estabelece essa relação intertextual com as correspondências, posto que, ele também pode ser adquirido pelos sujeitos enquanto textos isolados, com objetivos de colecionismo, comércio, atividades pedagógicas ou artísticas.

Apesar de estarmos cientes dessa possibilidade, estamos desconsiderando no nosso estudo a via dupla de comunicação que pode ocorrer entre os atores sociais e o Estado, por meio de correspondências. Sendo essa, a única maneira de o selo postal voltar de onde foi homologado. Vejamos o esquema a seguir.

Atribuídas às funções *estatal*, *mnemônica*, *administrativa*, *econômica* e *textual*, esboçamos uma trajetória teórica, por meio do esquema na figura 31, em que estudar o selo postal envolve, fundamentalmente, considerar essas funções, além do caráter técnico de sua produção e circulação nessa rede dialógico-social.

Não pudemos nos aprofundar, neste documento, num debate histórico-sociológico, que, de certo, permitiria explorar com acuidade a dinâmica dessa rede, mas partimos rumo a esses estudos. Nos parece imperativo entender o estatuto do selo postal, como, de fato, ocorre a sua articulação com outras fontes, em quais domínios discursivos participa e qual é o papel ou papéis dos sujeitos (pessoas e instituições).

5 O MEU OLHAR - *O conteúdo científico em selos postais*

A partir da fundamentação exposta nos capítulos anteriores, apresentaremos os procedimentos de identificação, classificação e análise do *corpus* que constitui a nossa pesquisa. Durante toda a pesquisa foi realizado um mapeamento da bibliografia existente sobre selos postais tratados no âmbito acadêmico⁸², tanto em bases de dados internacionais, quanto nacionais.

Ao contrário da incipiente bibliografia científica nacional⁸³, Maranhão, Vieira e Coelho (1978); Erbolato (1983); Penereiro (1997); Villani Jr. (2001); Oliveira (2003); Souza (2006); Castro, Diniz e Barros (2007) e Cabral (2009), uma quantidade considerável de literatura cinzenta internacional foi compilada e consultada, Moffatt (1950); Parsons (1950); Hafer (1965), Ekker (1969), Leclerc (1973); Jones (1975); Smith (1976); Bushnell (1981, 1987); Reid (1984); Finaly (1985); Herndon (1991); Evans (1992); Nuessel (1984, 1992, 1996); Rappoport (1992); Scott (1992, 1994, 1995, 1998, 2002); Ogletree (1994); Bonacina (1998); Perez (1998); Brunn (2000, 2002); Jones (2001); Flores Morgado e Redondo Moralo (2003); Haskins (2003); Child (2003, 2005a, 2005b); Cusack (2005); Raento (2005, 2006); Anameriç (2006); Covington (2006); Prolla (2006); Roberts (2007); Martins, Pires e Oliveira (2008)⁸⁴.

A primeira aproximação com o nosso objeto foi feita por meio de três obras de referência, o Catálogo de Selos do Brasil RHM (1993-1995), o Catálogo de Selos do Brasil RHM (2008) e o Catálogo Mundial de Selos Scott (2002). O Catálogo RHM é a principal obra de referência do Brasil, com publicação anual, utilizada pelos colecionadores e comerciantes de documentos filatélicos brasileiros.

Nele, são catalogadas as informações sobre todos os documentos filatélicos emitidos pelo Brasil, desde 1843 até os dias atuais, incluindo os documentos Pré-filatélicos. O grande trunfo do catálogo RHM foi a elaboração dos códigos

⁸² Consideramos artigos científicos, dissertações e teses. Vale ressaltar que a bibliografia produzida sobre os selos postais fora dos ambientes acadêmicos é imensa e incontável. Incluem boletins, revistas periódicas, jornais especializados, livros, catálogos, entrevistas, resenhas, exposições etc.

⁸³ Podemos incluir na produção bibliográfica nacional, sobre selos postais, os trabalhos realizados por Salcedo (2005, 2006a, 2006b, 2008a, 2008b, 2009 e 2010) e Salcedo e Gomes (2009). Todos eles estão listados no Blog: <<http://diegosalcedo.wordpress.com>>.

⁸⁴ A bibliografia científica nacional e internacional, que não foi citada nesta Dissertação, está referenciada na lista que chamamos de *Referências Complementares*. Defendemos a inclusão desta lista, neste trabalho, por não encontrar texto algum que compile este tipo específico de literatura. Assim, outros estudos podem, por meio desta lista, ter um acesso mais rápido aos autores e títulos das obras.

identificadores que acompanham cada tipo de documento filatélico produzido no país⁸⁵.

Por sua vez, o Catálogo Scott é uma obra de referência publicada anualmente, em inglês, que cataloga informações sobre quase todos os selos postais emitidos, por quase todas as nações e instituições, em todo o mundo. No entanto, vale ressaltar que algumas emissões postais não são catalogadas por questões editoriais e políticas⁸⁶. Outro aspecto relevante sobre essa obra de referência tem relação com a sua função de servir como parâmetro internacional na cotação do selo postal e suas possíveis variedades.

A utilização dessas obras de referência partiu de duas necessidades: a possibilidade de identificação dos selos postais que fariam parte do *corpus* da pesquisa e a curiosidade em comparar as informações catalogadas no catálogo brasileiro com aquelas constantes no catálogo americano.

Assim, foram estabelecidos os critérios de leitura dos catálogos, resultando numa primeira identificação dos selos postais que iriam constituir o nosso *corpus*.

1. Selecionar, apenas, o selo postal do tipo comemorativo. Excluímos da leitura todos os outros tipos de documentos filatélicos.
2. Analisar todos os selos postais comemorativos emitidos a partir de 1900 até 2000 (inclui as emissões de 2000). Essa decisão coincidiu com o fato de que o primeiro selo postal comemorativo brasileiro foi emitido em 1900.
3. Compilar, a partir de estudos previamente realizados,⁸⁷ apenas os selos postais comemorativos que tinham elementos verbo-visuais que caracterizavam uma 'Imagem-Científica (IC)'.

⁸⁵ No Anexo B consta a Carta de Autorização do Editor da RHM em que autoriza a utilização da numeração do Catálogo pelos autores desta Dissertação.

⁸⁶ Existe uma lista criada pela FIP/UPU que regulamenta as emissões filatélicas dos países membros da UPU, tentando evitar a emissão de selos abusivos, ilegais etc. Existem três catálogos de selos postais mundiais. Os catálogos Yvert & Tellier (francês) e Michael (alemão), ao contrário do Scott (americano) catalogam todos os selos emitidos, incluindo os da lista da FIP, mas marcam com um sinal negro os que fazem parte da lista.

⁸⁷ Em artigo publicado sugerimos uma divisão de "Imagem-Científica (IC), Imagem-Tecnológica (IT) e Imagem-Tecnocientífica (ITC)" (SALCEDO, 2008, p. 111), quando da análise dos elementos verbo-visuais em selos postais comemorativos. Neste estudo não selecionaremos IT e ITC.

4. Considerar, apenas, as informações impressas nos selos postais comemorativos. Quando necessário, as designações atribuídas pelos catálogos (Representações Temáticas), pelas quais seus editores são responsáveis, foram lidas com o objetivo de complementar a experiência visual.

Estabelecidos esses critérios iniciais de identificação dos selos postais a partir das obras de referência - catálogos -, tomamos por base uma categorização proposta por Jones (2001, p. 406, tradução nossa)⁸⁸, em que a imagem científica foi caracterizada sob seis aspectos distintos: “cientistas específicos (célebres); cientistas de natureza diversa (pesquisadores anônimos); instituições científicas; equipamentos científicos; fenômenos naturais; símbolos científicos diversos (fórmulas, nomenclaturas científicas etc)”.⁸⁹

A partir desse trabalho fizemos uma adaptação com o objetivo de atender à demanda do nosso *corpus*. Assim, a nossa proposta tem quatro categorias: *cientistas*, *instituições científicas*, *encontros científicos* e *símbolos científicos*, que serão aplicadas mais adiante. Além disso, utilizamos a Tabela de Áreas de Conhecimento do CNPq como referência para classificar as áreas e subáreas de conhecimento científico, encontradas no *corpus*.

5.1 Um olhar amplo

Entre 1843 e 2000, o Brasil emitiu 5.639 documentos filatélicos. Esse levantamento levou em consideração, apenas, as informações disponíveis no Catálogo de Selos do Brasil RHM (1993, 4 v.) e no Catálogo de Selos do Brasil RHM (2008). É importante não perder de vista a possibilidade de o levantamento poder estar incompleto, uma vez que alguns tipos de documentos filatélicos não foram catalogados pelos Editores do Catálogo de Selos do Brasil.

As razões são múltiplas, mas, decerto, o que Báez (2006, p. 19) chama de “memoricído” encontrou seu lugar. De fato, podemos supor que muitos documentos

⁸⁸ Nesse artigo, e para a nossa alegria, o autor compara como foi feita a celebração de cientistas em selos postais comemorativos, entre 1951 e 1990, pela Grã-Bretanha, França e Alemanha Ocidental.

⁸⁹ No texto original: “...specific scientists, scientific workers in general, scientific research institutions, scientific equipment, natural phenomena and miscellaneous symbols, e.g. scientific formulae”.

filatélicos foram destruídos. Algumas das causas podem ter sido, conforme cita Báez (2006, p. 28), “desastres naturais, acidentes, animais, mudanças culturais, desatenção e os próprios materiais”.

Vale lembrar que o tipo de documento filatélico emitido até 1900 designava uma tipologia muito específica de colecionismo filatélico. Um grande número de tipos de documentos filatélicos não é mais emitido pelo Estado. Poderão, no entanto, ser encontrados em coleções particulares, nos acervos institucionais e no comércio filatélico (venda ou leilão).

Com o advento do selo postal comemorativo a prática de colecionar ganhou outras facetas, com emissões constantes e cada vez maiores de documentos filatélicos comemorativos por parte da ECT. Uma comprovação de que a ECT encontrou na emissão do tipo comemorativa uma fonte de renda e de publicidade é a explosão de emissões de FDC Oficiais, um tipo de documento comemorativo, que apenas teve início em 1965 (Motivo da emissão: 8ª Bienal de São Paulo) em comparação com a emissão de selos Regulares, os quais são emitidos desde 1843.

Do universo de documentos filatélicos emitidos pela ECT, entre 1843 e 2000, consideramos unicamente os selos postais comemorativos. Essa amostra soma 2354 selos. A partir da observação e identificação das recorrências dos elementos verbo-visuais, da amostra, compilamos 104 selos que formaram o *corpus* ampliado. Especificadas as características dos elementos verbo-visuais, o gráfico 1 mostra a relação entre esse *corpus* e as quatro categorias.

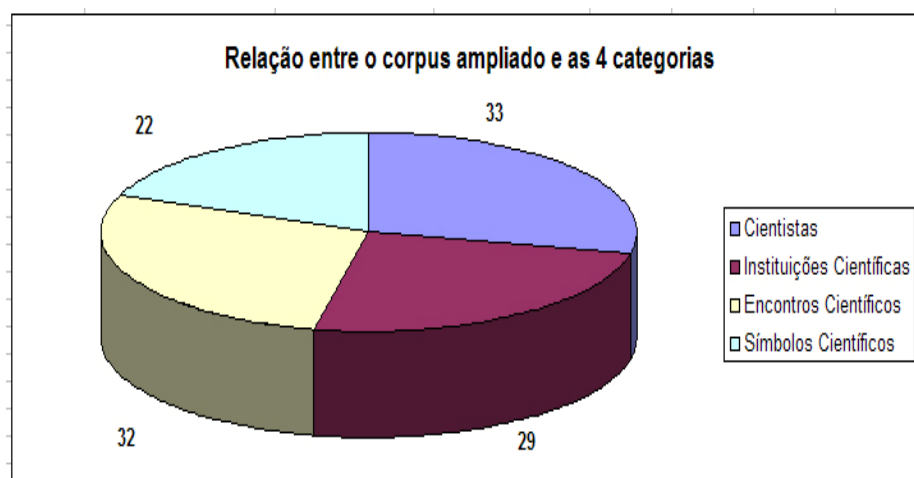


Gráfico 1 - Relação entre o *corpus* ampliado e as quatro categorias.

Ao tomar como parâmetro as grandes áreas do conhecimento estabelecidas pelo CNPq, a área mais citada foi Ciências da Saúde, seguida pelas Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias, Ciências Exatas e da Terra e, por fim, Humanas. A subárea mais contemplada foi Medicina, seguida pela Geografia, Engenharias diversas, Direito, Comunicação Social e Urbanismo.

Uma característica do *corpus* é dominante: a questão de gênero. Nenhuma mulher, brasileira ou estrangeira, foi homenageada nos selos postais comemorativos brasileiros emitidos no século XX. Essa constatação oferece campo à argumentação de Chassot (2007, p. 88) ao afirmar que “usualmente não se valorizam significativamente as contribuições científicas femininas”.

Outro aspecto diz respeito à nacionalidade das personalidades ilustradas nos selos postais. Vinte e sete selos homenageiam cientistas nacionais. Além disso, 1 cientista norte americano, 3 alemães e 2 franceses aparecem no *corpus*. A ilustração de cientistas internacionais constitui um discurso legitimador, por parte do Estado brasileiro, com relação à práxis científica internacional, que é baseada no reconhecimento dos pares e na produção cooperativa. Altman (1991, p. 46-47) explica que a “modernização também é reconhecida amplamente nas emissões que ilustram certos cientistas”.⁹⁰

Outra característica está relacionada com a emissão de selos alusivos às espécies da fauna e flora nacionais, além de alguns minerais. Esse tema ganhou rápida repercussão nacional e internacional no âmbito do colecionismo e do comércio filatélico. Esse tipo de selo apresenta um elemento verbal muito particular: a nomenclatura científica da espécie ou do mineral. O fato de a taxonomia aparecer junto às espécies ou aos minerais não indica, necessariamente, que o selo está difundindo ciência. E sim, simplesmente nomeando esses elementos.

Se considerarmos a afirmação de Altman (1991, p. 63), ao sugerir que “a maioria dos governos deu início ao uso de representações simbólicas da nação no design do selo postal”⁹¹, podemos afirmar que isso inclui a utilização da imagem de animais, vegetais e minerais característicos de um país. Essa composição tem mais a dizer sobre a construção ou estabelecimento de uma identidade nacional do que,

⁹⁰ Tradução nossa: “...modernisation is also shown in the wide recognition of certain scientists”.

⁹¹ Tradução nossa: “Most governments have turned to symbolic representation of the nation for stamps design”.

propriamente, difusão científica. Por essa razão, os selos com essa especificidade não foram incluídos no *corpus* ampliado.

O gráfico 2 trata sobre o comportamento da frequência das emissões nacionais de selos postais comemorativos em intervalos de dez anos.

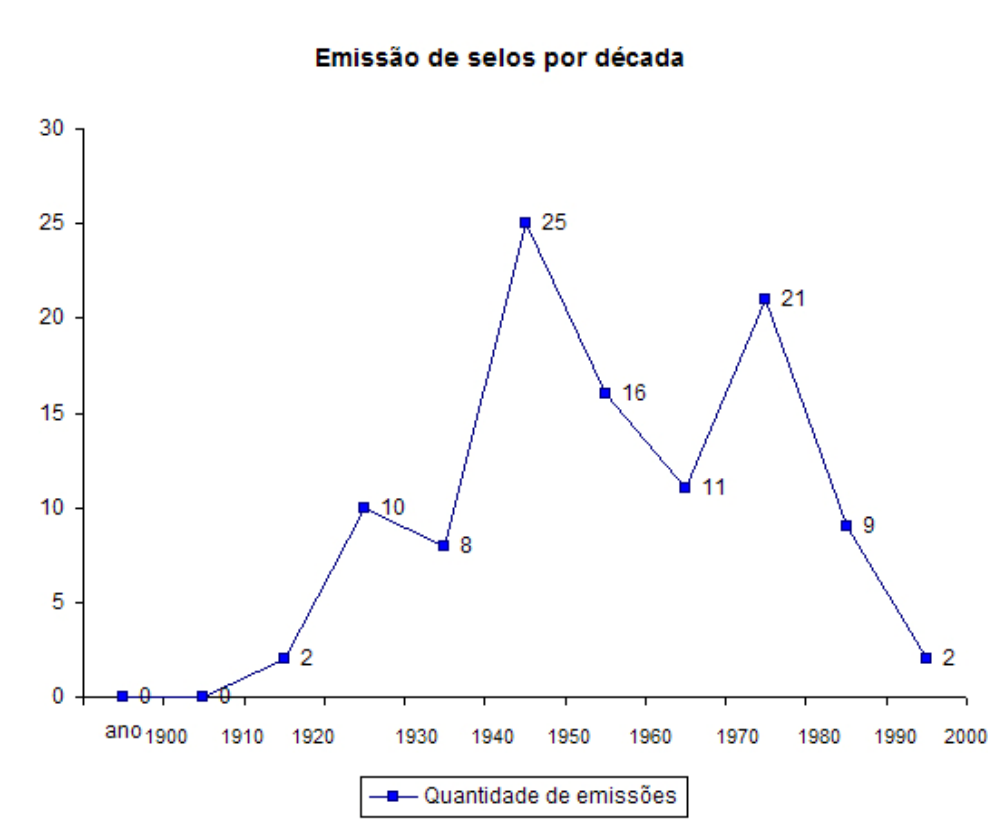


Gráfico 2 - Quantidade de selos emitidos (*corpus ampliado*) por décadas

A análise do gráfico 2 permite afirmar que na primeira década do século XX, não houve emissões de selos com as características de nossa amostra. A partir dos anos 20 até a década de 80 há uma tendência ascendente, com as suas devidas oscilações, de como foi difundido um discurso científico pelo Estado às sociedades brasileira e internacional. Por sua vez, do final dos anos 80 até o ano 2000 há uma queda vertiginosa da emissão de selos com discurso científico. Uma das razões dessa queda é a emissão de selos em blocos comemorativos, justamente uma tipologia que não foi considerada nas nossas análises.

Uma breve argumentação, pautada na dialética do processo histórico, pode explicar o uso do selo postal como difusor de ciência. De fato, a Revolução de 30 é um marco essencial da História do país e isso inclui as transformações ocorridas pelas comunidades científico-tecnológicas brasileiras. Aos poucos as condições

culturais que cercavam o âmbito de C&T foram sendo alteradas por meio de medidas governamentais federais e estaduais.

As preocupações que ocupavam os discursos da época podem ser resumidas nas palavras de Eusébio de Queiroz (*apud*, MOTOYAMA, 2004, p. 255), reiterando a necessidade de os poderes públicos ampararem a ciência brasileira:

julgamos ser fundamental, para apressar esse progresso, o cultivo e todos os ramos da ciência, fator que não tem sido até agora reconhecido com segurança pelos responsáveis pelos destinos do país. O nosso progresso econômico está em estreita dependência com o valor de seus homens de ciência. Precisamos trabalhar no sentido de ampliarmos os meios da cultura científica no país, procurando criar nesse sentido uma opinião pública.

O governo de Getúlio Vargas entendeu o recado. Por essas e outras causas podemos encontrar, nos selos postais comemorativos, emitidos entre 1930 e 1980, uma tendência de ilustrar elementos que caracterizam o discurso no domínio científico. Por exemplo, na década de 30 vários *encontros científicos* foram difundidos por meio dos selos postais comemorativos: 4º Congresso de Arquitetura, 1º Congresso Nacional de Aeronáutica, 1º Congresso Nacional de Direito Judiciário, 2ª Conferência Sul-Americana de Radiocomunicações, 1ª Reunião Sul-Americana de Botânica etc.

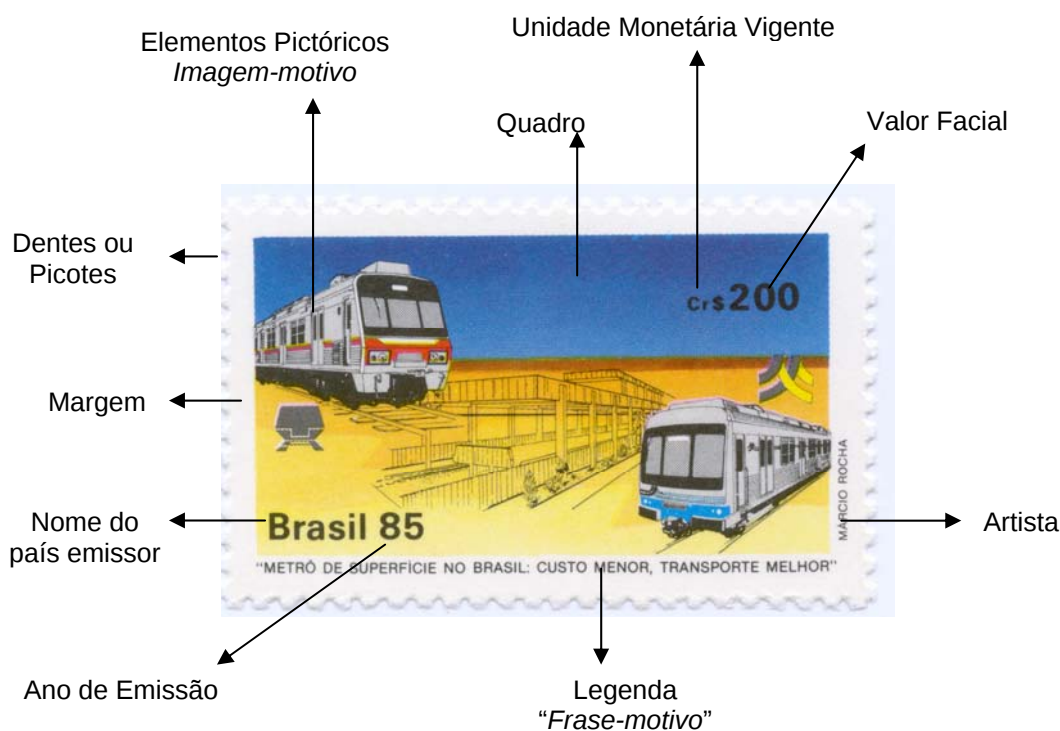
A década de 40 mantém uma frequência de emissões parecida com a década de 30. No entanto, a partir de 1950 identificamos um grande número de emissões referentes aos *encontros científicos* e *cientistas*. A partir da década de 60 até os anos 80 houve uma diminuição na frequência de emissões relacionadas aos *encontros* e *instituições científicas*, mas, por outro lado, os *cientistas* são amplamente veiculados. Na década de 80 até os anos 90, as *instituições* voltam como motivo principal do discurso científico do Estado brasileiro.

Pro fim, durante todo o trabalho utilizamos a expressão *elementos verbo-visuais*. Escolhemos essa nomenclatura porque contempla o nosso foco de análise. Eles constituem o plano de expressão, a interface, a superfície material de um selo postal. Ao analisarmos sob esse enfoque estaremos interpretando aquilo referente aos assuntos que estão representados no artefato.

Eco (1984) e Pietroforte (2004) sugerem que um “plano de expressão” pode ser entendido como o lugar ou espaço onde o conteúdo é manifestado,

independente do sistema de significação utilizado. No caso do selo postal, encontramos, no plano de expressão, tanto elementos verbais, quanto visuais.

Com o objetivo didático de indicar quais e como esses elementos se manifestam, mostramos, a seguir, um exemplar analisado por Salcedo (2008b, p. 116)⁹².



Usualmente, mas não necessariamente, entre o limite da margem e os picotes é inserida a legenda (*frase-motivo*). Em alguns casos, outras informações podem ocorrer: ano de emissão, nomes de pessoas, nomes de lugares, nome do artista ou artistas designados à elaboração da ilustração ou sigla do órgão impressor do selo postal (ex.: CMB - Casa da Moeda do Brasil).

Diferentemente de outros tipos de selos postais, os comemorativos têm sua tiragem e seu período de validade pré-determinados pelos Atos Normativos e Editais. Por convenção, três elementos verbo-visuais devem ser, obrigatoriamente, impressos seguindo um padrão normativo internacional: *motivo de sua emissão*, o *valor facial* e o *nome do país ou instituição emissora*.

⁹² Segundo a proposta de classificação das imagens em selos postais, este artefato ilustra um "Imagem Tecnológica - IT", e não de difusão de ciência.

Brait (2005, p. 97) sugere que ao trabalhar com “textos visuais ou verbo-visuais (foto e sua legenda, a pintura e seu título...)” assumamos a “sua textualidade, sua discursividade”. Barthes (2007, p. 5) vê nessa relação “um entrelaçamento que busca garantir a circulação dos significantes”. Nesse sentido, é necessário fazer a seguinte divisão:

- o **Elementos verbais:** o nome do país emissor, ano de emissão, motivo da emissão (legenda => *frase-motivo*), nome do artista, unidade monetária e o valor facial.
- o **Elementos visuais:** todos os elementos verbais e os elementos pictóricos (*imagem-motivo*).

5.2 Um olhar atento

Devido à recorrência dos elementos verbo-visuais identificados no *corpus* ampliado, um selo de cada uma das quatro categorias foi escolhido, de forma aleatória, para ser analisado detalhadamente, o que resultou no *corpus* restrito. Esta etapa é adequada ao objetivo do trabalho, porque as características de cada um dos quatro selos analisados podem ser encontradas nos demais selos da amostra. Dessa forma, a cada selo analisado corresponde uma categoria.

No entanto, como um selo postal pode ser analisado fazendo uso de distintos enfoques teórico-metodológicos de análise textual e imagética, consideramos pertinente esboçar algumas questões a esse respeito. O quadro 5 mostra algumas tendências metodológicas de análise imagético-textual utilizadas desde o século XX e que não pretende ser exaustiva⁹³.

⁹³ A obra “*Imagem: cognição, semiótica, mídia*” de Lúcia Santaella e Winfried Noth (2005) tem uma bibliografia bastante extensa e contempla o estudo da imagem em múltiplos sentidos.

Autor/es	Metodologias
Panofsky (1939)	Método Iconológico: descrição pré-iconográfica, análise iconográfica e iconologia.
Eco (1968)	Sistema de códigos visuais: verbal e visual (icônico)
Barthes (1970)	Abordagem Semiológica: denotação, conotação, ancoragem, revezamento. Retórica da Imagem.
Floch (1981)	Semiótica Estrutural. Teoria Gerativa de Sentido.
Joly (1994)	Descrição da Imagem. Reprodução do Texto. Separação e Análise da Imagem (plástica, icônica e linguística)
Prosser (1998)	Antropologia e Sociologia Visual. Etnografia. Evidência fotográfica. Iconografia e Iconologia, Mitologias. Análise de gênero e técnica, forma, estilo e semiótica. Estruturalismo, reconstrução, contexto físico. Hermenêutica.
Emmison e Smith (2000)	Análise de Evidência em duas dimensões: quantitativa e qualitativa
Leeuwen e Jewitt (2001)	Análise do conteúdo. Estudos Culturais. Semiótica. Iconografia. Perspectiva terapêutica. Sociosemiótica. Etnometodologias.
Rose (2001)	Interpretação Compositiva. Análise de Conteúdo. Semiologia, Psicanálise, Análise do Discurso.
Emery (2002)	Abordagem de 7 marcos interpretativos: formalista, desconstrucionista, gênero, cultural, semiótico, psicanalítico e social realista.
Walker e Champlin (2002)	Forma e conteúdo. Análise do Conteúdo. Iconografia e Iconologia, Mitologias. Análise de gênero e técnica, forma, estilo e semiótica. Estruturalismo, reconstrução, contexto físico. Hermenêutica.

Quadro 5 - Autores e aparatos teórico-metodológicos para análise de imagens.

Fonte: Adaptado e atualizado a partir de Hernández (2007, p. 49-50).

Tratar com selos postais seja como objeto de pesquisa, seja como artefato de coleção, estabelece alguns limites. Um deles diz respeito à análise de imagens. Sobre isso Rose (2001, p. 26 *apud* Raento; Brunn, 2005, p. 147) comenta que “não muito tempo atrás, existia pouco debate na literatura sobre *como* imagens poderiam ser lidas, não obstante a explosiva diversificação e desenvolvimento tecnológico da cultura visual, além da crescente demanda de estudos orientados à visualidade”.

Olhar o nosso *corpus* não tem como objetivo recompor a experiência perdida no passado. Não pensamos que a polêmica teórica que versa sobre a legitimidade ou não dos artefatos utilizados como provas caiba neste trabalho, mas, decerto, é fundamental para os estudos de análise de imagens ou em pesquisas de cunho histórico.

Por outro lado, um selo postal não é apenas o congelamento, a irreversibilidade ali mostrada. Ele faz saber, também, que existiu uma autoria e uma técnica. No decorrer deste trabalho identificamos os autores do selo postal, mas não

abordamos o relevante aspecto do contexto e das intenções de produção. Isso foi feito, ainda que superficialmente, por Souza (2006) e Cabral (2009). Os aspectos técnicos, já abordados neste estudo, podem avançar. A sugestão seria identificar quais tecnologias e como elas estariam envolvidas na configuração do artefato e na viabilização de seus conteúdos.

Certamente é possível olhar o selo enquanto objeto de estudo histórico, entendendo que sua leitura é um processo hermenêutico, como propõe Ferro (1984, p. 3-4, *apud*, CUNHA, 2006, p. 222):

...*agentes* da história (na medida em que as imagens protagonizam, por elas mesmas, ações sociais e políticas), como *engrenagens* de um sistema de relações entre representações técnicas e as sociedades que as produzem e consomem e, finalmente, como *sintomas* do próprio movimento da história.

Além disso, todo selo postal comemorativo é um artefato intencionalmente criado, para além de sua função administrativa. No caso específico do selo postal do tipo comemorativo, existe uma intenção. Esse fato não elimina, em hipótese alguma, a fruição estética do artefato. No entanto, a discussão estética de cada peça do corpus não é o foco deste estudo. De certa maneira, a intenção e o testemunho registrado em cada peça são inseparáveis ou como afirma Kossoy (2003, p. 50) “componentes de um binômio indivisível”.

Do ponto de vista da análise de imagens, os conceitos que permitem essa ação resultam de um longo processo histórico-social. Burke (2004, p. 222), por exemplo, considera três escolas de análise de imagens e como elas estão interconectadas:

...os estruturalistas são criticados por uma falta de interesse em imagens específicas (que eles reduzem a simples padrões), e também por uma falta de preocupação com a mudança. Em reação contra este enfoque desenvolveu-se um movimento conhecido como ‘pós-estruturalista’. Se os iconógrafos enfatizam a produção consciente de significado e os estruturalistas, como os freudianos, destacam os significados inconscientes, o foco do pós-estruturalismo recai na indeterminação, na ‘polissemia’, ou no que Jacques Derrida chamou de ‘jogo infinito de significações’. Eles estão preocupados com a instabilidade ou multiplicidade de significados e com as tentativas dos produtores de imagens de controlar esta multiplicidade por meio, por exemplo, de rótulos e outros ‘iconotextos’.

Tacca (2005), por sua vez, sugere uma ciência da significação em que três aproximações são possíveis. A “abordagem semiológica”, que utiliza conceitos de Roland Barthes (1990): *denotação*, *conotação*, *ancoragem*, *studium* e *punctum*. A “abordagem semiótica”, que recorre às idéias de Philippe Dubois (1986): *intenção* e *referente*. Por fim, “o ícone como símbolo social construído”, que considera conceitos como *Outro* e *símbolo*, numa concepção que se aproxima da semiótica de Charles Sanders Peirce, importantes para entendermos criticamente as imagens, por meio de estudos de Goldberg (1991) e do próprio Tacca (1995, 2001).

De certa maneira nos sentimos em uma posição ambígua com relação ao enfoque metodológico. Parece com a situação experimentada por Barthes (1990) em sua “abordagem semiológica”. Por um lado, como ele, não estamos analisando o selo postal sob o ponto de vista de um produtor - “*operator*”. Também não pretendemos falar como aquele que é representado pelo texto - “*spectrum*”. Mas nos vemos na posição de como observadores/interpretantes - “*spectator*”, ligados afetivamente ao objeto analisado. Observadores que fizeram escolhas estabeleceram critérios baseados, também, na nossa experiência, fragilidade e história de vida.

Iremos nos apropriar, portanto, desses conceitos propostos por Barthes (1990) - *operator*, *spectator*, *spectrum*, *studium* e *punctum* – e da sugestão metodológica de Agustín Lacruz (2006, p. 129), que entende “a determinação do conteúdo com um processo que perpassa três fases distintas: descrição, identificação e interpretação”. A partir deles, pensamos que é adequado fazer uma adaptação com relação aos estudos de selos postais.

Assim, dar-se-á essa adequação da seguinte maneira: o *operator* é o Estado e aquele conjunto de pouquíssimas pessoas que possibilitam a emergência de cada selo postal; o *spectator*, que pode ser um colecionador, um jornalista filatélico, um comerciante, um atendente do Correio, uma pessoa na fila do Correio, um pesquisador. Um conjunto de pessoas que manuseiam o selo postal no seu cotidiano. Alguns o tocam, o lambem, o destroem e outros, por vezes, o olham; o *spectrum* é o selo postal, propriamente dito, no entanto, num nível em que a *frase-motivo* e a *imagem-motivo* sejam postos em evidência, alvo de análise e interpretações. Por fim, o *punctum*, aquilo que salta aos nossos olhos, o que nos selos nos alcança afetivamente.

5.2.1 Primeiro Olhar - Categoria Símbolos



O que neste selo postal pode ser descrito? Seguindo o enfoque sugerido por Barthes (1990), existem três tipos de mensagem neste selo postal. A linguística (verbal), a denotada (icônica ou visual) e a conotada (simbólica ou socialmente construída).

No caso deste selo existem duas mensagens linguísticas na margem: a *frase-motivo*, propriamente dita: “Antártida - Primeira Expedição Brasileira – Verão 82/83” e o nome do autor do desenho: “Jorge Eduardo”. Dentro do quadro estão, no canto superior direito, o valor facial (cifra) “**150,00**”, e no canto inferior esquerdo o nome do país emissor “**Brasil**”, ao lado do ano de emissão “**83**”. Esse é, por definição, um modelo padrão de emissão de selo postal comemorativo. A inscrição desses elementos é obrigatória para todos os selos comemorativos, conforme normas internacionais estabelecidas nas sessões da UPU.

Para além dos padrões internacionais e, diferentemente do que ocorre com outras tipologias filatélicas, pode ser observado que os elementos verbais “**Brasil**” e “**83**” estão destacados em negrito, sobre o fundo branco de gelo. O “**Brasil**” confirma a presença do enunciador (Estado brasileiro) e especifica uma atividade realizada, na Antártida, por brasileiros ou pelo Brasil. A impressão do nome do país emissor, em destaque, é uma forma de o sujeito da enunciação estar presente, mas, também, porque o selo postal comemorativo circula o mundo, de projetar seu discurso nacionalista aos outros países.

Todavia, o artista que elaborou a ilustração também consta na peça. Com o detalhe que ele fica com o nome bastante reduzido e fora da ilustração, num contraste direto com “**Brasil**”. Existem, então, um sujeito enunciador e um narrador

assumido (o artista que cria os elementos verbo-visuais é, em si, um enunciador projetado), com o enunciador “Estado” sobrepondo sua voz ao enunciador projetado (artista) por meio de destaques gráficos e expressivos (cor, tamanho de fonte e localização geográfica na ilustração). A abreviação do ano de emissão “**83**” (em vez de 1983) é uma convenção e tem relação direta com o espaço destinado à ilustração do selo.

No plano denotativo, a cifra “**150,00**” e “**Brasil 83**” são elementos referenciais de valor, espaço e tempo, respectivamente. Com relação à cifra, algumas considerações são possíveis: a falta do símbolo da moeda corrente ao lado da cifra (Cruzeiro = Cr\$) pode ter relação com a questão do espaço, mas, também, com uma decisão político-econômica interna da Casa da Moeda ou, ainda, em alguma especificação no Ato Normativo. De fato, podemos dizer que a invisibilidade do signo “cifrão” é compensada pela semelhança gráfica - negrito - dado ao valor facial e ao nome Brasil. Por estarem, ambos, em negrito, sugere uma relação do país com sua moeda corrente.

Ainda sobre a cifra “**150,00**” é um altíssimo valor se comparado aos outros selos emitidos no mesmo ano, em que a média do valor facial ficou entre 30,00 e 45,00 cruzeiros. Logo, que tipo de missiva postal custaria 150,00 cruzeiros em 1983? Quem teria condições de pagar esse porte postal? Decerto os colecionadores e comerciantes filatélicos, como sugerem Almeida e Vasquez (2003, p. 139): “Comerciantes filatélicos aguardavam nos guichês das agências especializadas dos Correios à abertura dos trabalhos no dia do lançamento de novas emissões, adquirindo folhas inteiras, que seriam depois desmembradas para venda dos selos isoladamente”.

Todavia, um outro aspecto surge do campo do não-visível e do simbólico. Por se tratar da comemoração sobre a participação brasileira na ocupação de terras polares, o valor é alto, pois estimula a internacionalização da mensagem do governo brasileiro. Apenas pessoas com poder aquisitivo alto e com relações internacionais usariam esse selo nas suas correspondências. A circulação dessa peça é voltada para um público internacional mais do que nacional. A hegemonia nacional, o discurso político-econômico e o discurso simbólico tecno-científico são o *punctum* desse artefato.

Decerto, todos os elementos linguísticos (verbais) que foram explicados têm uma função de auxiliar na compreensão dos outros elementos, sejam eles

denotativos ou conotativos. Neste selo postal, a *frase-motivo* funciona tanto no sentido de explicar de que trata a imagem (*ancoragem*) quanto de complementar (*relais*). Dito isso, podemos passar para a descrição dos elementos visuais.

São figurativizações que, no seu conjunto, não apenas delimitam o sentido conotativo, mas remetem a um dado tema ou temas. Assim, pensamos que é possível dizer que o conjunto de elementos icônicos (visuais) que constituem a imagem indica que esse selo postal está, em certa medida, informando e documentando traços de cientificidade ou de uma cultura científica nacional. Vejamos.

As figuras são: céu azul (limpo), mar calmo, icebergs, quatro pinguins. Por um lado, elas tematizam a *natureza*, mas por outro, se relacionam com os termos "Antártida" e "Verão". Além disso, as figuras: navio em movimento, helicóptero voando, ondas na proa do navio, fumaça saindo da chaminé do navio, a bandeira verde e o mapa azimutal, também têm relação com os termos "Antártida", "expedição" e "brasileira". Todos esses elementos verbo-visuais se entrelaçam num jogo denotativo-conotativo.

Descrever apenas a parte verbal ou apenas a parte icônica acarretaria uma análise pobre, em que não se chegaria ao signo pleno. Mas, ao considerar a relação entre todos os elementos (figuras) é possível sugerir que se trata de uma tematização de cunho científico. Neste selo postal existe um discurso voltado para o científico, mas não exclusivamente.

As expressões "primeira" e "82/83" estão isoladas com relação a uma possível tematização. Não há figuras que dêem suporte icônico a esses termos. Ainda assim, analisadas isoladamente, elas constituem parte de uma oração e não de um enunciado. Apenas passam a ser consideradas constituintes de um enunciado quando analisadas no contexto da leitura completa dos elementos verbo-visuais, ou como sugere Bakhtin (2003, p. 277): "essa oração assume novas qualidades e é percebida de modo inteiramente diverso de como é percebida a oração emoldurada por outras orações no contexto de um enunciado". Neste caso, não há outras orações, mas existe a linguagem icônica (denotativa) que funciona como um objeto que se relaciona com a oração, acarretando a possibilidade de enunciação.

A maneira como a tematização científica é ilustrada instiga e manifesta não apenas o imaginário sobre um lugar-espaco geográfico (Antártida, Pólo Sul, lugar frio

e inóspito), ou sobre a presença da nação brasileira nesse lugar (afirmação internacional da soberania brasileira), mas, também, os investimentos do Estado em tecnologia para conseguir essa soberania e por meio da ação.

Tal ação é manifestada por três figuras: os pinguins (tem-se, em primeiro plano no canto inferior esquerdo, um grupo de quatro pinguins. Um deles, o da esquerda e mais à frente, sugere estar em movimento, pois está com as asas afastadas do corpo além de ter umas das patas erguidas). Buscam o afastamento de algo que os incomoda ou amedronta.

Outra figura é o navio em movimento ao considerar tanto as ondas na parte dianteira (proa) do casco, quanto a fumaça que sai da chaminé no sentido da sua popa. A última figura é o helicóptero, que sobrevoa o local fazendo, geralmente, reconhecimento da área. Também é utilizado como transporte de pessoas e suprimentos, entre o navio e as bases terrestres.

Esses são dois tipos de transportes utilizados pela expedição brasileira nas 'Operações Antárticas'. O navio de apoio oceanográfico Barão de Teffé (hoje inutilizado) e um helicóptero do tipo "Esquilo", bi-turbinado, ambos adquiridos pela Marinha brasileira. O navio tinha capacidade para transportar dois helicópteros. A imagem só mostra um deles em ação. As cores fortes, com tonalidades de vermelho ou laranja, são características desse tipo de transporte em terras geladas, por motivos de identificação e segurança.

Com o objetivo de dar início aos trabalhos de instalação da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF) e de possibilitar a admissão do Brasil ao Conselho Consultivo do Tratado da Antártica, o Brasil adquiriu o Navio de Apoio Oceanográfico (NApOc) Barão de Teffé, H-42, navio polar, com antigo nome de "Thala Dan". O navio participou de doze Operações Antárticas e serviu para fornecer apoio logístico e transporte de pessoal à EACF (EXPLORANDO..., informação eletrônica, 2009).

Uma quarta figura enfatiza a questão da Antártida. No plano inferior direito há uma projeção cartográfica azimutal caracterizada pela projeção central dos meridianos à imagem central do mapa. Esse tipo de representação corresponde à área científica denominada Cartografia. Observa-se ainda, uma pequena inadequação na representação, pois os meridianos deveriam confluir até o ponto central, o que não ocorre nessa imagem.

A Antártida, por ser um local distante, desconhecido, inóspito e praticamente inatingível para a grande maioria das pessoas, exerce um fascínio sobre elas. Talvez, por isso, essa imagem retrate um momento de céu claro e mar calmo, sugerindo uma expedição sem infortúnios, o que é uma exceção, além de mostrar um pouco da fauna local. A clareza e a paz nessa imagem escondem o não-dito: território desconhecido, perigoso, com ambiente climático desfavorável à vida urbana etc.

A composição e harmonia entre os diversos símbolos impressos nesse selo postal comemorativo e seguindo os critérios estabelecidos neste trabalho, nos possibilita afirmar que este selo difunde elementos que caracterizam um domínio discursivo científico ou uma cientificidade.

Parte da identificação e descrição de alguns dos elementos verbo-visuais será suprimida na análise dos próximos selos postais. Isso nos é permitido porque os selos do *corpus* restrito seguem um modelo padrão de emissão, ou seja, a inscrição de alguns dos elementos é obrigatória, o que tornaria a sua descrição redundante.

5.2.2 Segundo Olhar - *Categoria Cientistas*



Esta peça, emitida em 13.11.1943, ao contrário dos demais selos que compõem o *corpus* restrito, foi elaborada com uma única cor (monocromático em tom de verde). Assim era impressa boa parte dos selos comemorativos brasileiros, entre 1900 e 1967. A partir da segunda metade da década de 60 é possível perceber uma mudança com relação à utilização de impressões policromáticas.

Em contraste ao o fundo verde alguns elementos verbais estão em branco: “BRASIL CORREIO”, “40” e “CENTENÁRIO BARBOSA RODRIGUES”; por sua vez,

“CENTAVOS” e “1842-1942” estão em negrito. Esse selo não tem informações entre a margem e os picotes. Outra característica marcante das emissões comemorativas até meados dos anos 50.

O valor facial reduzido de 40 centavos, ao contrário do selo anterior, busca a circulação interna, no Brasil. O tamanho da cifra sugere que a custo baixo do selo é o que deve ser visto primeiro, garantindo, assim, sucesso na sua circulação e geração de receita para o Estado. Esse tamanho de cifra é até mais relevante do que o próprio nome do país ou do motivo da emissão, ambos escritos em letras maiúsculas. Outro aspecto dos selos postais brasileiros que só vai diminuir nos anos 50.

Um detalhe que viabiliza a afirmação da circulação postal nacional diz respeito à linguagem utilizada nos elementos verbais em geral. Todos eles estão na língua portuguesa, incluindo o nome do homenageado, destacado na margem inferior em letras brancas e maiúsculas. Dificilmente esse selo suscita interesse no cenário internacional, posto que a língua torna-se uma barreira forte.

Esse selo comemora cem anos de nascimento de uma pessoa chamada Barbosa Rodrigues (1842-1909). A referência a esse período de tempo está nos elementos verbais “CENTENÁRIO” e “1842-1942”. O selo não especifica quem era ele (não indica seu nome completo) ou em qual área de conhecimento ele atuou. O fato de ser homenageado num selo postal, pelo Estado brasileiro, no mínimo, nos permite afirmar que teve, em sua prática profissional, uma certa relevância. Duas reflexões são possíveis a partir dessa assertiva.

Por um lado, os colecionadores e as pessoas que não atuam na mesma área de conhecimento que ele teriam que, necessariamente, utilizar um Catálogo de Selos, nacional ou internacional, para descobrir quem ele foi e em que área de conhecimento atuou. Assim, em Meyer (1993, p. 178) descobrimos que esse selo ilustra um desenho de “João Barbosa Rodrigues”, atuante nas áreas de “Botânica e Bacteriologia”. Além disso, observamos que esse selo foi desenhado pelo artista R. Trompowski.

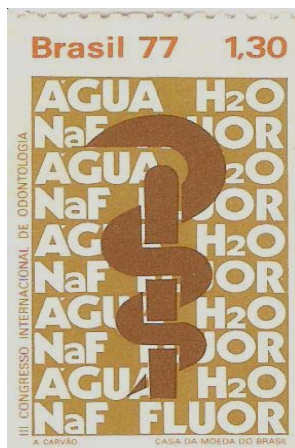
Por outro lado, mesmo que a *frase-motivo*, por si, não indique um discurso científico, o conjunto das figurativizações indica elementos de um discurso científico. Uma paisagem natural ao fundo, com árvores e água, indica o local de pesquisa das pessoas que atuam nas ciências naturais (Botânica). Um microscópio apoiado sobre os galhos de uma planta com flores. Uma mesa, sobre a qual um homem, bem

apresentado, simula uma ação de escrita. O uso de papel e lápis, tecnologias necessárias à prática científica. Todos esses elementos visuais constituem um sentido que indica a cientificidade da pessoa homenageada no selo.

Duas figuras, em especial, caracterizam um discurso científico: o microscópio, um signo culturalmente reconhecido na prática científica e que remete às práticas em laboratórios, sala de aula e institutos de pesquisa. O próprio cientista e a cena de enunciação da qual ele participa (a paisagem retrata a Amazônia, local de trabalho desse botânico; a planta que sustenta o microscópio é uma orquídea, espécie estudada por esse cientista). Podemos perceber que o quadro foi montado no sentido de indicar que esse cientista, como geralmente os botânicos fazem, está trabalhando ao ar livre, pronto para desvendar os segredos da natureza ao fundo. Lichacowski (1958, p. 5) explica: "...botânico brasileiro, que fez estudo no Vale do Amazonas, escritor da obra 'Iconographie des Orchidées du Brésil', que o tornou célebre".

Nessa imagem, também percebemos um gênero de caricatura, identificado por meio dos pequenos desenhos que lembram figuras simpáticas e alegres. Elas estão ilustradas nas margens direita e esquerda inferior. Todos os elementos verbo-visuais compõem uma totalidade coerente de sentido, pré-determinada por uma temática específica (ou motivo de emissão): comemorar o centenário de um cientista brasileiro. Por fim, a composição verbo-visual nesse selo nos permite afirmar que o Estado brasileiro enaltece, não apenas o homem-cientista, mas um discurso científico.

5.2.3 Terceiro Olhar - Categoria Encontros



Este selo comemorativo tem o mesmo padrão utilizado por todos os tipos comemorativos dos anos 70 em diante. Esta imagem trata especificamente da divulgação de um evento científico, por meio da expressão entre a margem e os picotes: “III CONGRESSO INTERNACIONAL DE ODONTOLOGIA”. Na margem inferior estão: o nome do artista “Aluísio Carvão” e o nome da casa impressora por extenso: “Casa da Moeda do Brasil”.

Os elementos “Brasil”, “77” e “1,30”, seguem o mesmo padrão de análise dos selos anteriores. Neste caso, o Brasil legitima junto à comunidade internacional o seu interesse e participação efetiva na área odontológica. Os termos “CONGRESSO” e ODONTOLOGIA”, propriamente ditos, cumprem a função de difusão científica, pelo menos no que diz respeito a uma das práticas dos cientistas: aquelas em que se reúnem para refletir e discutir sobre as áreas de conhecimento (Congresso), neste caso a Odontologia (Ciência da Saúde).

O que salta à vista são as figuras centrais da imagem. Os elementos “água”, “flúor” também mantém uma relação direta com a área odontológica. Esses elementos são culturalmente conhecidos, pelos brasileiros, já que as palavras estão escritas em língua portuguesa, como partícipes do discurso dos dentistas.

O mesmo não pode ser dito das fórmulas químicas que acompanham esse discurso: “H₂O” e “NaF”. Apesar de sua relação direta com as palavras água e flúor, respectivamente, pois é isso que essas nomenclaturas químicas indicam, apenas quem teve condições de estudar química saberia disso. Por outro lado, e isso é mais particular ainda aos dentistas, estudiosos da área e àqueles que com eles convivem, a figura central é o símbolo adaptado da área específica de Odontologia. Trata do

Caduceu de Esculápio com uma serpente enrolada da direita para esquerda. oficializada pelo Artigo nº 275 da "Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia".⁹⁴

A figurativização utilizada neste selo reforça e legitima a área odontológica e a coloca, junto ao público, no mesmo patamar científico que qualquer outra área. Uma luta política entre médicos e dentistas e que, atualmente, ainda vigora. Todos esses elementos contribuem para que se difunda o evento, em particular, e a área odontológica, em geral, fora do ambiente acadêmico-profissional. Esse selo difunde elementos discursivos do campo científico para um público heterogêneo, nacional e internacional.

5.2.4 Quarto Olhar - *Categoria Instituições*



Esse selo foi emitido com a intenção de homenagear uma das maiores agências de financiamento de pesquisas no Brasil: Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). “Promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil por meio do fomento público à Ciência, Tecnologia e Inovação em empresas, universidades, institutos tecnológicos e outras instituições públicas ou privadas”⁹⁵ é a missão institucional desse órgão vinculado ao MCT.

⁹⁴ O Artigo nº 275 da "Consolidação das Normas para Procedimentos nos Conselhos de Odontologia" especifica (1993, informação eletrônica) que o símbolo “conterá o Caduceu de Esculápio, na cor grená, com a serpente de cor amarela com estrias pretas no sentido diagonal, enrolando-se da esquerda para a direita e o conjunto, circunscrito em um círculo também na cor grená, contendo as seguintes dimensões e proporções”.

⁹⁵ Disponível em <<http://www.finep.gov.br/>>. Acesso em 12.01.2010.

Neste caso, bastaria observarmos a *frase-motivo* para incluir este artefato na categoria de *instituições científicas*. Os demais elementos verbais, externos ao quadro, como o nome da artista Izabel Persijn (Maria Izabel Spézia Persijn) e os dois símbolos: “logomarca” e “CMB”⁹⁶, não têm ligação com essa categorização.

Por outro lado, a composição denotativa dessa interface é inteligente e intrigante. Os elementos visuais se mesclam com alguns verbais no que poderíamos chamar de *a destilação da pesquisa científica nacional*. Por quê?

Ora, os elementos padrões “**Brasil**” e “**Cr\$**”, além do valor facial “**550,00**”, constituem o fator de legitimidade, credibilidade e determinação desse processo de destilação. Estão fora do Balão de Erlenmeyer, a figura central, que está preenchida por figurativizações daquilo que é partícipe e produto das atividades de pesquisa nacional.

Um frasco branco com inscrições em rótulo, o que remete ao uso de substâncias químicas ou aos fármacos; um trem de design arrojado sobre trilhos elevados, o que remete à inovação tecnológica que o país desenvolve na área de transporte urbano público; um automóvel, outro produto tecnológico que não para de sofrer alterações inovadoras e, por fim, a figura de uma pessoa, protegida com roupas especiais para o tratamento de substâncias tóxico-químicas, que, por sua vez, segura em suas mãos uma pipeta e um pequeno frasco de análises químicas (Balão de Erlenmeyer).

Todos esses elementos visuais que estão dentro do Balão de Erlenmeyer, são objetos de um discurso científico voltados para uma ação de inovação, de processo contínuo de desenvolvimento e progresso nacional. Não poderíamos deixar de fora a observação de que tudo isso está demarcado sob um fundo lilás. No entanto, esse processo de destilação da inovação nacional depende de financiamento.

Sendo assim, o fato que torna esta imagem-motivo intrigante é a parte externa ao suposto frasco: a representação gráfica do cifrão, cujo símbolo é (\$), associado ao contexto monetário/financeiro de diversos países. A coloração verde é bastante sugestiva, ao indicar que esses cifrões remetem ao dinheiro brasileiro. O que fica legitimado pelo elemento “**Brasil**”. Temos, assim, uma composição

⁹⁶ De 1992 até meados de 2001, os selos postais comemorativos, emitidos no Brasil, tiveram a inclusão de uma logomarca da Casa da Moeda do Brasil, ao lado da abreviatura desse nome: CMB.

harmônica bem ordenada. Os elementos visuais dessa composição ancoram fortemente o discurso científico do Estado, projetado sobre a FINEP.

A FINEP ganha visibilidade e acolhimento junto aos setores poderosos do Estado e da sociedade como um núcleo simbólico de prosperidade tecnocientífica. A grande quantidade de cifrões afasta a possibilidade de que as pessoas comuns sintam-se parte do fazer científico nacional, visto que um discurso econômico é situado de forma extravagante, dissimulando contrapontos entre si e o discurso de difusão de ciência.

Esse selo, apesar de difundir a FINEP para um público heterogêneo nacional e internacional, chega com muito mais apreciação e clareza para um público homogêneo e detentor de um poder sócio-econômico muito distante de outras esferas sociais. Sobre o discurso analisado neste artefato vale a pena perguntar: em que consiste e para quem é a inovação de produção tecnocientífica se não chega a todos os recantos da sociedade?

6 O DESCANSO

Como falei ao princípio, é chegada a hora do descanso. Momento para sintetizar o caminho percorrido, ponderar sobre o experimentado e indicar outras possíveis trajetórias. De uma coisa estou certo: é necessário algo mais do que um selo para ver o que um selo contém.

Normalmente não damos o devido valor a um selo postal. Simplesmente, no nosso corrido e ocupadíssimo cotidiano, aceitamos esse artefato como um pequeno e insignificante fragmento de papel descartável que indica a taxa a ser cobrada ao remetente de uma correspondência. Esse pequeno pedaço de papel, por vezes, nem chega a ser percebido como um documento, propriamente dito. Ele é.

O seu processo de construção tem um início, meio e fim. Além de um valor ou função social atribuído pelo Estado, é ele quem indica a tarifa corrente às comunicações postais. Mas não apenas isso. É um artefato documental que percorre o mesmo sistema de produção capitalista como qualquer outro objeto tecnológico, provenientes dos regimes sócio-político-econômicos trazidos à tona no pretérito europeu.

O Estado, ao produzir selos postais comemorativos, contribui para a possibilidade de que ocorra um processo de assujeitamento. Os sujeitos que constituem o tecido social, particularmente aquele de interação com o regime de informação do selo postal, assumem os discursos institucionais possíveis conforme o seu trânsito. Mas, percebemos esses sujeitos como elementos participativos e atuantes do processo comunicativo. Agentes partícipes do processo discursivo.

Sugerimos que, em certa medida, existe uma sustentação das relações sociais a partir desses códigos, divulgados e traduzidos por componentes de uma operacionalização imposta por um sistema capitalista, uma vez que gera o simulacro do desejo do consumo da 'verdade' científica. O real ou a 'verdade' científica também é produzida com a contribuição dos selos postais comemorativos, sejam eles constituintes de acervos individuais ou coletivos, privados ou públicos.

A nossa pesquisa mostrou que a cientificidade ilustrada por meio dos selos postais comemorativos brasileiros, emitidos no século XX, é do tipo clássica, linear. A ciência clássica interessava-se pela regularidade, pela linearidade. O nosso *corpus* mostrou um tipo de discurso científico em que a irregularidade científica

parece não existir. Mas, na verdade, a linearidade e o determinismo não são a regra e sim a exceção.

Os selos postais detêm na sua minúscula textualidade uma incontável variedade de signos, que deixaram de ser apenas signos e são transformados em veículos de transmissão de verdades estabelecidas, de significações de mundo e de sentidos socialmente construídos. Isso implica dizer que os signos são mutáveis na ação social.

Vemos o selo postal como uma manifestação material humana. Não nos interessa olhar para esse artefato no sentido de condenar ou absolver os seus atributos discursivos, mas de enaltecer os lugares possíveis de expressão subjetiva, das transmutações históricas, figuras do pensar e sentir humanos. Não vemos nesses *media* apenas uma imagem ou uma frase, mas distintas qualidades verbo-visuais que, entrelaçadas num processo discursivo, garantem a circulação de significantes.

Na congruência entre os cruzamentos que encontramos na nossa caminhada foi possível ampliar a visão com relação ao selo postal e os mundos com os quais compartilha. Esta Dissertação, assim, explica e estabelece essas relações, posicionando o leitor a olhar o selo postal atentamente, sem tanta pressa, dando valor ao contato físico, à tessitura do artefato e ao valor do emotivo.

O regime de informação do qual participa o selo postal implica produção, circulação e consumo do mesmo. Para cada selo emitido, novas condições de discursividade são oferecidas. Ou seja, apesar de difundir informações científicas, o selo postal apenas pode elaborar um discurso científico baseado ou determinado pelas condições próprias do regime ao qual está inserido. Além disso, pode ser oportuno ampliar essa visão e estudar, também, as possíveis representações e usos sociais do selo postal, por meio da apropriação de novos discursos ou reformulações dos mesmos, para verificar, de fato, como o selo postal difunde ciência.

Um resultado satisfatório, deste estudo, tem relação com o fato de que desenvolvemos as condições necessárias para que tanto os pesquisadores quanto o público não-pesquisador tenham a possibilidade de olhar atentamente ao selo postal como um artefato que difunde ciência e que, como afirma Gomes (2007, p. 165), “a partir de estratégias discursivo-textuais” específicas, pode ser considerado integrante do gênero divulgação científica. Mas, também podemos olhar esse

artefato como memória sócio-científica, objeto que registra o fato, a memória, impedindo o acontecimento do esquecimento.

Talvez, depois dos caminhos que foram, até agora, percorridos, seja viável sugerir que o selo postal seja incluído, com mais afinco, nas análises dos estudos em Comunicação, História, Sociologia e Antropologia, dentre outras, posto que entendemos esse artefato em três dimensões que contribuem à construção real da sociedade: enquanto uma evidência de construção discursiva (selo postal em si), um processo de construção (Regime de Informação do selo postal) e uma construção de evidência discursiva (elementos verbo-visuais).

Defendemos a utilização do selo postal também como instrumento pedagógico, como uma ferramenta de fácil manuseio, custo baixo, que provoca o processo criativo e auxilia na leitura das realidades possíveis. Os selos postais permitem mediar essas realidades, assim como fazem outros *media* (fotografia, cinema, novela, romances etc). Esta pesquisa nos permitiu descobrir nuances a respeito do discurso científico e algumas relações subjacentes ao seu regime de informação. Mudou a nossa forma de olhar.

REFERÊNCIAS

AGUSTÍN LACRUZ, Maria del Carmen. *Análisis documental de contenido del retrato pictórico: ropuesta epistemológica e metodológica aplicada a la obra de Francisco de Goya*. Cartagena: 3000 Informática, 2006.

ALBERGUINI, Audre Cricina. *A ciência nos telejornais brasileiros: o papel educativo e a compreensão pública das matérias de CT&I*. São Paulo: UESP, 2007. Tese de doutorado.

ALMEIDA, Cícero Antônio de; VASQUEZ, Pedro Karp. *Selos postais do Brasil*. São Paulo: Metalivros, 2003.

ALTMAN, Dennis. *Paper ambassadors: the politics of stamps*. North Ryde: NSW, 1991.

ALVIM, Paulo César R. Comunicação da ciência. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio Teixeira de. (Orgs.). *Comunicação para ciência, ciência para comunicação*. Brasília: EMBRAPA, 2003. p. 47-66.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem*. São Paulo: Parábola, 2004.

BÁEZ, Fernando. *História universal da destruição dos livros*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2006.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 10. ed. São Paulo: Annablume; Hucitec, 2002.

_____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BARTHES, Roland. *O óbvio e o obtuso: ensaios críticos III*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

_____. *Elementos de Semiologia*. 16. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

_____. *O império dos signos*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BAUDRILLARD, Jean. *À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. *O sistema dos objetos*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

BAUER, Martin; GASKELL, George. (Orgs.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes, 2001.

BAUMGARTEN, Maíra. Ciência, tecnologia e inovação: construindo a sociedade do conhecimento. In: Reunião Anual da SBPC. 60., 2008, São Paulo. *Registros eletrônicos...* Campinas: UNICAMP, 2008. Disponível em: <sbpcnet.org.br/livro/60ra/textos/SI-Ma%EdraBaumgartenCorrea.pdf>. Acesso em: 20.12.2009.

_____. Ciência, tecnologia e desenvolvimento: redes de inovação social. *Parcerias Estratégicas*, Brasília [DF], v. 26, p. 101-118, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Minidicionário de Língua Portuguesa: atualizado pelo novo acordo ortográfico*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BELLIDO, Remijio de. *O Colecionador de Sello*. Ed. Fac-similar. Sorocaba: Clube Filatélico Sorocabano; Taquarituba: Gril, 2004. v. 2, jan. - dez. 1897.

_____. *O Colecionador de Sello*. Ed. Fac-similar. Sorocaba: Clube Filatélico Sorocabano; Taquarituba: Gril, 2004. v. 3, jan. - dez. 1898.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica. In: _____. *Os pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. Xerox.

_____. Comércio de selos. In: _____. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 57-60. (Obras Escolhidas, v. 2).

_____. O Flâneur. In: _____. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 2. reimp. São Paulo: Brasiliense, 2000. (Obras Escolhidas, v. 3).

BÍBLIA Católica. *I Macabeus 1,44*. Disponível em: <<http://www.bibliacatolica.com.br/busca/01/1/cartas>>. Acesso em: 23.04.2009.

BLOM, Philipp. *Ter e manter: uma historia íntima de colecionadores e coleções*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BRAGA, Marco; GUERRA, Andréia; REIS, José Cláudio. *Breve história da ciência moderna*. Rio de Janeiro: Zahar, 2004, v. 2.

BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: _____. *Bakhtin: dialogismo e construção do sentido*. Campinas: UNICAMP, 1997.

_____. (Orga.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2005.

BRASIL. Ministério das Comunicações. Portaria nº 500, de 08 de novembro de 2005. *Lex*: altera a Portaria MC nº 818, de 17 de julho de 1996, e a Norma nº 10/96. Programa Anual de Selos Comemorativos e Especiais. Disponível em: <www.correios.com.br>. Acesso em: 22.06.2008.

BRIGGS, Ana; BURKE, Peter. *Uma História Social da Mídia: de Gutenberg à Internet*. 2. ed. ver. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

BURKE, Peter. *Testemunha ocular: história e imagem*. São Paulo: EDUSC, 2004.

CABRAL, Luciano Mendes. *Selos, moedas e poder: o Estado Imperial brasileiro e seus símbolos*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

CANDOTTI, Ennio. Ciência na educação popular. In: MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro; BRITO, Fátima. *Ciência e público: caminhos da divulgação científica no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002. p. 15-23.

CARVALHO, Alessandra Pinto de. *A divulgação e o marketing da Ciência*. uma análise do documentário como instrumento híbrido de comunicação científica pública. São Paulo: UNESP, 2003. Tese de Doutorado.

CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CHALMERS, Alan. *A fabricação da ciência*. São Paulo: UNESP, 1994.

CHARAUDEAU, Patrick. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: LARA, Gláucia Muniz Proença, et al (Org.). *Análises do Discurso Hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. p. 11-30.

CHASSOT, Attico. *A ciência através dos tempos*. São Paulo: Moderna, 1994.

_____. *A Ciência é masculina?* 3. ed. São Leopoldo: UNISINOS, 2007.

CHEVALIER, Jean; GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

CHRÉTIEN, Claude. *A ciência em ação: mitos e limites*. São Paulo: Papirus, 1994.

CHILD, Jack. *Miniature messages: the semiotics and politics of Latina American postage stamps*. London: Duke, 2008.

CORBIN, Alain. O segredo do indivíduo. In: PERROT, Michelle (Org.). *Da Revolução francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006. (História da vida privada, v. 4).

CONSOLIDAÇÃO DAS NORMAS PARA PROCEDIMENTOS NOS CONSELHOS DE ODONTOLOGIA. Disponível em: <http://www.forp.usp.br/restauradora/etica/rcfo185_93.htm>. Acesso em: 10 jan. 2010.

COVINGTON, Kate; BRUNN, Stanley D. Celebrating a Nation's heritage on music stamps: constructing an international community. *GeoJornal*, Netherlands, n. 65, p. 125-135, 2006.

COSTA, Cláudio. *Filosofia da Linguagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

COSTA, Joan. *A imagem da marca: um fenômeno social*. São Paulo: Rosari, 2008.

COSTA, Sérgio Roberto. *Dicionário de gêneros textuais*. Belo horizonte: Autêntica, 2008.

CRARY, Jonathan. *Techniques of The observer*. Massachusetts: MIT, 1992.

CUNHA Filho, Paulo C. A representação visual da memória: imagens e melancolia na cidade periférica. In: PRYSTHON, Ângela. (Org.). *Imagens da cidade*. Porto Alegre: Sulinas, 2006. p. 219-234.

CUSACK, Igor. Tiny transmitters of nationalist and colonial ideology: the postage stamps of Portugal and its Empire. *Nations and Nationalism*, London, v. 11, n. 4, p. 591-612, 2005.

DALTOZO, José Carlos. *Cartão-Postal, Arte e Magia*. São Paulo: Cipola, 2006.

DAVIES, Peter; MILE, Ben. *First post: from Penny Black to the presente day*. London: Quiller, 1990.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora 34, 1992.

_____; GUATTARI, Félix. *O que é filosofia?* 4. reimp. São Paulo: Ed. 34, 2005.

DEMO, Pedro. Inclusão digital: cada vez mais no centro da inclusão social. *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 36-38, out.-mar., 2005.

DICIONÁRIO de Latim-Português, 3. ed., Portugal: Porto, 2008.

DOUGLAS, Mary; ISHERWOOD, Baron. *O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo*. RJ: UFRJ, 2006.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio Teixeira de. (Orgs.). *Comunicação para ciência, ciência para comunicação*. Brasília: EMBRAPA, 2003.

DUBOIS, Philippe. *El acto fotográfico*. Barcelona: Paidós, 1986.

DUPAS, Gilberto. *Ética e poder na Sociedade da Informação*. SP: UNESP, 2001.

ECO, Humberto. *Conceito de texto*. São Paulo: EDUSP, 1984.

EPSTEIN, Isaac. *Divulgação científica: 96 verbetes*. São Paulo: Pontes, 2002.

ERBOLATO, Mário. Comunicação postal: propaganda, cultura e informação. *Comunicarte*. Campinas, v. 1, n. 2, p. 111-123, 1983.

ESQUIROL, Josep Maria. *O respeito ou o olhar atento: uma ética para a era da ciência e da tecnologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

EXPLORANDO a Antártida. Disponível em <<http://www.antartida.kit.net/transportes.html>>. Acesso em 03.06.2009.

FECHINE, Yvana. Gêneros televisuais: a dinâmica dos formatos. *Symposium*, Recife, ano 5, n. 1, jan-jun 2001. p. 14-26.

FERREIRA, Luis Eugênio. *Um certo olhar pela Filatelia*. Lisboa: Clube Nacional de Filatelia, 2003.

FIORNI, José Luiz. *Elementos de análise do discurso*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006.

FONSECA, Edson Nery da. *Problemas de comunicação da informação científica*. São Paulo: Thesaurus, 1973.

FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. Michel. *A arqueologia do saber*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2005.

FOUREZ, Gerard. *A construção das ciências> introdução à filosofia e à ética das ciências*. São Paulo: UNESP, 1995.

FRUTIGER, Adrian. *Sinais e símbolos: desenho, projeto e significado*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. O que significa elaborar o passado? In: PUCCI, Bruno; et al (Orgs). *Tecnologia, cultura e formação, ainda Auschwitz*. São Paulo: Cortez, 2003. p. 35-44.

GOLBERG, Vicki. *The power of photography*. New York: Abbeville, 1991.

GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. *A divulgação científica em Ciência Hoje: uma abordagem discursivo-textual*. Recife: UFPE/PPGL, 2000. Tese de Doutorado.

_____. O texto e o discurso na revista *Ciência Hoje*. In: GOMES, Maria Carmem Aires; MELO, Mônica Santos de Souza; CATALDI, Cristiane. (Eds.). *Gênero discursivo, mídia e identidade*. Viçosa [MG]: UFV, 2007. p. 165-191.

_____; SALCEDO, Diego Andres. A divulgação da informação científica no *Jornal do Commercio*. *Ícone*. Recife, v. 1, n. 8, p. 80-88, 2005.

_____; _____. A informação científica no jornal nacional. In: SOUSA, Cidoval Moraes de. (Org.). *Jornalismo científico e desenvolvimento regional*. Campina Grande: EDUEPE, 2008, p. 345-355.

GÓMEZ, Maria Nélide González de. Novos cenários políticos para a informação. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. (Orga). *O que é Memória Social?* Rio de Janeiro: Contra Capa. 2005. p. 11 - 26.

GONTIJO, Silvana. *O livro de ouro da comunicação*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

GRANGER, Gilles-Gaston. *A Ciência e as Ciências*. São Paulo: UNESP, 1994.

GREIMAS, Algirdas Julien; COURTÉS, Joseph. *Dicionário de Semiótica*. São Paulo: Contexto, 2008.

GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

GUSDORF, Georges. *A fala*. Porto: Despertar, 1970.

HABERMAS, Junger. *A ética da discussão e a questão da verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *Técnica e Ciência como "Ideologia"*. Lisboa: Edições 70, 2006.

HADDAD, Fernando. Educação para induzir e democratizar o conhecimento científico. *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 10-11, out./mar., 2005.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 10. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HAUSSEN, Doris Fagundes. Produção científica nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação: a temática Brasil-Argentina (1991-2006). *Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v. 31, p. 249-250, 2008.

HERNÁNDEZ, Fernando. Catadores da cultura visual: transformando fragmentos em narrativa educacional. Porto Alegre: Mediação, 2007.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 4. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2004.

_____. *A era das revoluções: Europa 1789-1848*. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

_____; RANGER, Terence. (Orgs). *A invenção das tradições*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HUE, Sheila Moura. *Primeiras Cartas do Brasil: 1551-1555*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

IZQUIERDO, Iván. Aumentando o conhecimento popular sobre a ciência. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO: desenvolvendo idéias para desenvolver o Brasil, 3, Brasília. *Anais...Parcerias Estratégicas*, Brasília, n. 20, parte 1, p. 113-118, jun. 2005.

JONES, Robert. Heroes of the Nation? The celebration of scientists on the postage stamps of Great Britain, France and Germany. *Journal of Contemporary History*, London, v. 36, n. 3, p. 403-422, 2001.

KNELLER, George. *A ciência como atividade humana*. Rio de Janeiro/São Paulo: Nova Fronteira/EDUSP, 1980.

KOSSOY, Boris. *Fotografia e Historia*. 2. ed. rev. São Paulo: Ateliê, 2003.

KREINZ, Glória. Ética, comunicação e divulgação. In: _____. PAVAN, Crodowaldo. *Ética e divulgação científica: os desafios do novo século*. São Paulo: NJR, 2002. p. 7-23. (Divulgação científica, v. 5).

LANDI, Francisco Romeu. Cerimônia de abertura: a importância da divulgação científica. In: KREINZ, Glória; PAVAN, Crodowaldo. *Congresso Internacional de Divulgação Científica*. São Paulo: NJR, 2004. p. 25-26. (Divulgação científica, v. 7).

LANDOWSKI, Eric. A carta como ato de presença. In: _____. *Presenças do Outro: ensaios de sociosemiótica*. São Paulo: Perspectiva, 2002. p. 165-181.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: UNICAMP. 2006.

LEONARD, Jonathan Norton, et al. *Early Japan*. New York: TIME-LIFE, 1968.

LICHACOWSKI, André. As flôres nos selos postais. *Repórter Filatélico*, Curitiba, n. 3, mar. 1958, p. 5-8.

LUHMANN, Niklas. *A realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus, 2005.

MACHADO, Irene. Por que se ocupar dos gêneros? *Symposium*, Recife, ano 5, n. 1, jan-jun 2001. p. 5-13.

MACHADO, Luiz Guilherme G. A criação dos correios marítimos entre Portugal e o Brasil em 1798. *Philatelia & Cia*. Disponível em: <<http://philateliaecia.blogspot.com/2007/12/blog-post.html>>. Acesso em: 05 jan. 2010.

MACHADO, Paulo Sá; QUEIROZ, Raymundo Galvão de. *Dicionário de Filatelia*. Lisboa: ASA, 1994.

MACIEL, Maria Esther. *A memória das coisas*. Rio de Janeiro: Lamparina. 2004.

MAINGUENEAU, D. *Análise de textos de comunicação*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. *Gênese dos discursos*. Curitiba: Criar, 2007.

MANGUEL, Alberto. *Lendo imagens*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

_____. *A cidade das palavras*. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

MARGULIES, Marcos. *O Brasil através dos Selos: os construtores da pátria*. Rio de Janeiro, Bloch, 1971.

MARSON, Izabel Andrade. *Selos comemorativos: fragmentos da história do Brasil*. São Paulo: Empresa das Artes, 1989.

MARTELETO, Regina Maria. Cultura informacional: construindo o objeto informação pelo emprego dos conceitos de imaginário, instituição e campo social. *Ciência da Informação*. Brasília, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/index.php/ciinf/article/view/Article/535>>. Acesso em 21.12.2009. Não paginado.

MARTIN-FUGIER, Anne. Os ritos da vida privada burguesa. In: PERROT, Michelle (Org.). *Da Revolução francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006. (História da vida privada, v. 4).

MASPERÓ, Gaston. *History of Egypt, Chaldea, Syria, Babylonia and Assyria*. London: Grolier, 2009. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/28876/28876-h/28876-h.htm>>. Acesso em: 23.04.2009. Projeto Gutenberg: E-Book 28876.

MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu e Castro. A retórica e a ciência: dos artigos originais à divulgação científica. *Ciência e Ambiente*, Santa Maria, n. 1, v. 1, jun. 1990, p. 31-47.

MATTELART, Armand. *Diversidade cultural e mundialização*. São Paulo: Parábola, 2005.

MEDAWAR, Peter Brian. *Os limites da Ciência*. São Paulo: UNESP, 2008.

MELLO, Eduardo Cavalcanti de. *Guia dos Editais, Envelopes de Primeiro Dia de Circulação e Máximos Postais emitidos pelos Correios do Brasil: 1965-2003*. João Pessoa: Novo Mundo, 2004.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes Visuais, Cultura Visual, História Visual: Balanço provisório, propostas cautelares. *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, 2003, p. 11-36.

MEYER, Peter. *Catálogo de Selos do Brasil*. 49. ed. São Paulo: RHM, 1993. 4 v.

_____. *Catálogo de Selos do Brasil: 1843 à 07/2007*. 56. ed. São Paulo: RHM, 2008.

MORAIS, Regis de. *Evoluções e revoluções das ciências atuais*. Campinas: Alínea, 2007.

MOREIRA, Ildeu de Castro. A inclusão social e a popularização da ciência e tecnologia no Brasil. *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 2, p. 11-16, abr.-set. 2006.

MOTOYAMA, Shozo. *Prelúdio para uma História: ciência e tecnologia no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004.

NAGAMINI, Marilda. 1808 - 1889: ciência e técnica na trilha da liberdade. In: MOTOYAMA, Shozo. *Prelúdio para uma História: ciência e tecnologia no Brasil*. São Paulo: EDUSP. 2004. p. 135-183.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *A Gaia ciência*. São Paulo: Ediouro, 1988.

OLIVEIRA, Fabíola de. *Jornalismo científico*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e Texto*: formulação e circulação dos sentidos. Campinas [SP]: Pontes, 2001.

ORTEGA Y GASSET, José. *Missão do bibliotecário*. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

PAVAN, Crodowaldo. Ciência, sociedade e os desafios do novo século. In: KREINZ, Glória; _____. *Ética e divulgação científica*: os desafios do novo século. São Paulo: NJR, 2002. p. 61-68. (Divulgação científica, v. 5).

PÊCHEUX, Michel. *O discurso*: estrutura ou acontecimento. São Paulo: Pontes, 1990.

PERROT, Michelle. Introdução. In: _____. *Da Revolução francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006. (História da vida privada, v. 4).

_____. Funções de família. In: _____. *Da Revolução francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006. (História da vida privada, v. 4).

_____. Figuras e papéis. In: _____. *Da Revolução francesa à Primeira Guerra*. São Paulo: Cia. das Letras, 2006. (História da vida privada, v. 4).

PIETROFORTE, Antônio Vicente. *Semiótica visual*: os percursos do olhar. São Paulo: Contexto. 2004.

PINHEIRO, Helano Diógenes; PINHEIRO, Daniel Rodriguez de Carvalho. Tecnologia e inovação nas sociedades capitalistas. *Humanidades*. Fortaleza, v. 17, n. 2, p. 157-160, ago-dez, 2002.

PINHEIRO, Lena Vânia Ribeiro. Ciência da Informação: desdobramentos disciplinares, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade. In: GÓMEZ, Maria Nélida G. de; ORRICO, Evelyn Goyannes Dill (Orgs.). *Políticas de memória e informação: reflexos na organização do conhecimento*. Natal, [RN]: Ed. da UFRN, 2006. p. 11-141.

_____; LOUREIRO, José M. Matheus. Traçados e limites da Ciência da Informação. *Ciência da Informação*, Brasília, n. 1, v. 24, p. 42-53, jan. - abr., 1995.

PIRRÓ e LONGO, Waldimir. Ciência e a Expressão Militar do Poder Nacional: histórico de interação. *A Defesa Nacional*. n. 732, 1987.

PLÁCIDO e SILVA, Oscar Joseph. *Vocabulário Jurídico*. 28. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

PORTO Jr., Rubem. *História Postal do Brasil*. 2009. Disponível em: <<http://www.clubefilatelicoBrasil.com.br/artigos/hpostal/hpbrasil.htm>>. Acesso em 05 jan. 2010.

PROGRAMA de Pós-Graduação em História. Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/ppg_his/programa_cch.html>. Acesso em: 02.04.2009.

QUEIROZ, Raymundo Galvão de. *O que é Filatelia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. (Primeiros Passos, v. 132).

RAENTO, Pauliina. Communicating Geopolitics through Postage Stamps: the case of Finland. *Geopolitics*, Philadelphia, n. 11, p. 601-629, 2006.

_____.; BRUNN, Stanley. Visualizing Finland: postage stamps as political messengers. *Geografiska Annaler*, n. 87, p. 145-164, 2005.

RESENDE, Sérgio. Conhecimento e inclusão social. *Inclusão Social*, Brasília, v. 1, n. 1, p. 6-7, out./mar., 2005.

RIBEIRO, João Guilherme. *Bandeiras que contam Histórias*. Rio de Janeiro: Zit. 2003.

RICOEUR, Paul. *Hermenêutica e ideologias*. Petrópolis [RJ]: Vozes, 2008.

O RIO DE JANEIRO na época do Olho de Boi. P. *Correio Filatélico da ECT*, Rio de Janeiro, ano I, n. 11, p. 12-13, ago.

ROCHA FILHO, Álvaro; GARCIA, João Carlos Vitor. (Org.). *Renato Archer: energia atômica, soberania e desenvolvimento: depoimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

ROSA, Luiz Pinguelli. *Tecnociências e Humanidades: novos paradigmas e velhas questões: o determinismo newtoniano na visão de mundo moderna*. São Paulo: Paz e Terra, 2005. v. 1.

_____. *Tecnociências e Humanidades: novos paradigmas e velhas questões: a ruptura do determinismo, incerteza e pós-modernismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2006. v. 2.

ROSÁRIO, Irari de Oliveira. *Três séculos e meio da história postal brasileira: 1500-1843*. Rio de Janeiro: ECT, 1993.

RUSSELL, Jane. La comunicación científica a comienzos del siglo XXI. *Revista Internacional de Ciencias Sociales*. n. 168, jun. 2001. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/rusell.pdf>>. Acesso em: 17.05.2008.

SABBATINI, Marcelo. *Publicações eletrônicas na Internet*. São Paulo: Yendis, 2005.

SALCEDO, Diego Andres. Lacunas na Arquivologia contemporânea: uma perspectiva da Filatelia. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, 2006a. Disponível em: <<http://www.arquivistica.net>>. Acesso em 13.07.2008.

_____. Filatelia e memória: pequenos embaixadores de papel. In: VERRI, G. M. W. (Orga.). *Registros do passado no presente*. Recife: Bagaço, 2008a. p. 155-195.

_____. A imagem científica nos selos postais brasileiros. IN: SALCEDO, Diego Andres; OLIVEIRA, Maria Cristina G; OTERO, Maria Mercedes D. F. (Orgs.). *Construção, prática e identidades da Ciência da Informação*. Recife: Nectar/UFPE, 2008b. p. 101-119.

SAMPAIO, Ana Lúcia Loureiro. *Filatelia*. São Paulo: João Scortecci, 1992.

SANCHEZ, Giovana. Piratas já foram 'funcionários' de reis em ações nos mares. *Globo.com*, 29 nov. 2008, G1. Disponível em: <<http://images.google.com.br/imgres?imgurl=http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/foto>>. Acesso em: 23.04.2009.

SANTAELLA, Lúcia. Palavra, imagens e enigmas. *Revista USP*, São Paulo, n. 16, p. 36-51, 1992. (Dossiê Palavra/Imagem).

_____. NOTH, Winfried. *Imagem: cognição, semiótica, mídia*. 4. ed. São Paulo: Iluminuras, 2005.

SARLO, Beatriz. *Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005. p. 93-96.

SARMENTO, Lourdes. *Early stages in communication*. Rio de Janeiro: TEJEBRASIL, 1981.

SCOTT, David. Stamp semiotics: reading ideological messages in philatelic signs. In: RAUCH, Irmengard; CARR, Geral F. (Eds.). *Semiotics around the World: synthesis and diversity*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1997.

_____. Semiotics and Ideology in Mixed Messages: the postage stamp. In: HEUSSER, Martin, et al. *The Pictured Word - Word and Images: Interactions 2*. Amsterdã: Rodopi, 1998. p. 301-313.

SILVA, René Rodrigues da. Selo com nome. *Revista Filatélica Digital*, Lisboa, n. 121, 2004. Disponível em: <<http://www.filatelicamente.online.pt>>. Acesso em: 10.05.2008.

SILVA, Sérgio Marques da. *Selos Postais no Mundo*. São Paulo: João Scortecci, 1995.

SIQUEIRA, Denise da Costa Oliveira. *Comunicação e ciência: estudo de representações e outros pensamentos sobre mídia*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2008.

SOUZA, Helder Cyrelli de. Os cartões de visita do Estado: a emissão de selos postais e a ditadura militar brasileira. Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação de Mestrado em História.

STANDARD POSTAGE STAMP CATALOGUE: United States, United Nations and Countries of The World: A - B. 158. ed. Ohio: Scott, 2001. v. 1.

TACCA, Fernando de. Fotografia e olhar totalitário: uma análise da imagem nazista. *Imagens*. Campinas, n. 5, p. 99-105, 1995.

_____. *A imagética da Comissão Rondon*. Campinas: Papirus, 2001.

_____. Imagem fotográfica: aparelho, representação e significação. *Psicologia e Sociedade*. Santa Catarina, v. 13, n. 3, p. 9-17, set. - dez., 2005.

TRUMAN, Roger. *Science stamps*. Wisconsin: ATA, 1975. p. 107. (Handbook n. 87).

UNIÃO POSTAL DAS AMÉRICAS, ESPANHA E PORTUGAL. *Bases para la organización de servicios filatélicos*. Montevideo: 2006. Disponível em: <<http://www.upaep.com.uy>>. Acesso em 16.02.2007.

VAILLÉ, Eugène. *História breve do selo postal*. Lisboa: Verbo, 1962.

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. 5. ed. *Pensamento sistêmico: o novo paradigma da ciência*. São Paulo: Papirus, 2006.

VIEIRA, Otton. História do Correio no Brasil. In: BELLIDO, Remijio de. *O Colecionador de Selo*. Ed. Fac-similar. Sorocaba: Clube Filatélico Sorocabano; Taquarituba: Gril, 2004. p. 102 – 111, v. 2, jan. - dez. 1897.

VILLANI JUNIOR, Adhemar. *Evidências empíricas de leilões na Internet: selos na e-Bay*. São Paulo: [s. n.], 2001. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12138/tde-18012002-194111/>>.

VIRILIO, Paul. *A máquina da visão*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

WALLACE, Robert; et al. *Rise of Russia*. New York: TIME-LIFE, 1967, p. 133-134.

WILLIAMS, Leon Norman; WILLIAMS, Maurice. *A filatelia: história e iniciação*. Lisboa: Ulisseia, 1965. (Coleção Pelicano, v. 2).

ZAMBONI, Lílian Márcia Simões. *Cientistas, jornalistas e a divulgação científica*. Campinas, Autores Associados, 2001.

ZIONI, Angelo. Primeiros selos do Brasil: os 'inclinados'. *FILACAP*, São Paulo, n. 154, jun. 2007.

ZIZEK, Slavoj; DALY, Glynn. *Arriscar o impossível*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

NACIONAIS:

CASTRO, José Flávio Moraes; DINIZ, Alexandre M. A.; BARROS, Gislaine Fernanda. Interseções Geográficas: uma análise de cartografia filatélica brasileira. *Sociedade e Natureza*. v. 19, n. 2, p. 153-169, dez. 2007.

ERBOLATO, Mário L. Comunicação postal: propaganda, cultura e informação. *Comunicarte*. v. 1, n. 2, p. 110-123, 1983.

FEDEL, Agnelo de Souza. O ato do colecionismo na indústria cultural. *Comunicarte*. v. 21, p. 7-16, 2003.

MARANHÃO, F.; VIEIRA, João; COELHO, Luiz A. O selo postal: entre o cartaz e a obra de arte. *Revista de Cultura Vozes*. n. 9, 1978.

OLIVEIRA, T. S. Olhares que fazem a "diferença": o índio em livros didáticos e outros artefatos culturais. *Revista Brasileira de Educação*. v. 22, p. 25-34, 2003.

PENEREIRO, J. C. A filatelia como forma de divulgação da Astronomia. *Cadernos Cat. Ensino de Física*. v. 14, n. 1, p. 4-82, 1997.

PERÓN, José Luiz. *506 anos de História Postal*. Disponível em: <<http://group.xiconhoca.com/2009/01/28/brasil-x-portugal-%E2%80%93506-anos-de-historia-postal-e-40-de-lubrapex>>.

SALCEDO, Diego Andres. O selo postal numa perspectiva arquivística. *FILACAP*, São Paulo, 5 jun 2005.

_____. Semiótica no Selo Postal: construção teórica da representação temática. *Datagramazero*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, ago. 2006b.

_____. O advento do selo postal no "moderno". *Comunicarte*, Campinas, v. 1, n. 3, 2009.

_____; GOMES, Isaltina Maria de Azevedo Mello. A visibilidade da ciência nos selos postais comemorativos. *E-Compós*, Brasília, v. 12, 2009.

_____. *Pernambuco nos selos postais*: fragmentos verbo-visuais de pernambucanidade. Recife: [s.n.], 2010, 132 p. (no prelo).

INTERNACIONAIS:

ADEDZE, Agbenyega. Re-presenting Africa: commemorative posting stamps of the colonial exhibition of Paris (1931). *African Arts*, 37, n. 2, 2004. p. 50-61.

_____; et al. Sculpted posts: architectural decoration on Gabonese stamps. *African Arts*, 37, n. 2, 2004. p. 62-67.

ANAMERIC, H. Stamps as an information source in the National Library of Turkey. *Library Collections, Acquisitions and Technical Services*. v. 30, p. 117-127, 2006.

BRUNN, Stanley D. Stamps as iconography: celebrating the independence of new European and Central Asia states. *GeoJournal*, n. 52, p. 315-323, 2000.

_____. Political stamps of the Arab World: 1950 - 1999. In: BLAKE, Gerald; et al. *The Razor's Edge: international boundaries and political geography*. London: Kluwer Law International, 2002. p. 77-105. v. 6.

BUSHNELL, David. Postal images of Argentine Próceres: a look at selective myth making. *Studies in Latin American Popular Culture*. p. 91-105, 1982.

CASTRO, Kepa et al. Scientific examination of classic Spanish stamps with colour error, a non-invasive micro-Raman and micro-XRF approach: the King Alfonso XIII (1889–1901 “Pelón”) 15 cents definitive issue. *Journal of Cultural Heritage*, v. 9, n. 2, p. 189-195, apr. – jun., 2008.

CHILD, Jack. Researching the politics and history of Latin America postage stamps at the American Philatelic Society Research Library. *Philatelic Literature Review*. v. 52, n. 1, p. 50-63, 2003.

_____. The Politics and Semiotics of Argentine Postage Stamps. *Latina American Essays*. v. 18, 2004. p. 55-85.

_____. The Politics and Semiotics of the Smallest Icons of Popular Culture: Latin American Postage Stamps. *Latin American Research Review*. v. 40, n. 1, p. 108-137, 2005.

COCA PÉREZ, José Luiz. *Análisis el mercado financiero de bienes tangibles: el caso particular de la filatelia financiera*. Madrid: Univ. Complutense, 1998. Teses de Doutorado.

COVINGTON, Kate; BRUNN, Stanley D. Celebrating a nations's heritage on music stamps: constructing an international community. *GeoJournal*. v. 65, p. 125-135. 2006.

CUSACK, I. Tiny transmitters of nationalist and colonial ideology: the postage stamps of Portugal and its Empire. *Nations and Nationalism*. v. 11, n. 4, p. 591-612, 2005.

FLORES MORGADO, M. T.; REDONDO MORALO, Maria J. R. Científicos y enfermedades en la Filatelia Española: una primera aproximación. *Revista de Estudios Extremeños*. v. 59, n. 1, p. 369-394, 2003. Disponível em: <<http://www.invenia.es/oai:dialnet.unirioja.es:ART0000042906>>.

GRANT, Jonathan. The socialist construction of philately in the Early Soviet Era. *Comparative studies in Society and History*. v. 37, p. 487, jul. 1995.

JONES, R. A. Heroes of the nation? The celebration of scientists on the postage stamps of Great Britain, France and West Germany. *Journal of Contemporary History*. v. 36, n. 3, p. 403-422, 2001.

HASKINS, E. V. Put your stamps on History: the USPS commemorative program Celebrate the Century and postmodern collective memory. *Quarterly Journal of Speech*. v. 89, n. 1, p. 1-18, 2003.

KUNZE, Albert F. Latina american stamps and the teaching of Spanish and Portuguese. *Hispania*. p. 68-72, feb. 1943.

LECLERC, J. The political iconology of the Indonesian postage stamp (1950 - 1970). *Archipel*. v. 6, p. 145-83, 1973.

MARTINS, Moisés; PIRES, Helena; OLIVEIRA, Madalena. Dos postais ilustrados aos post na weblogues: para uma sociosemiótica da imagem e do imaginário. Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação – SOPCOM, 5. Braga [Portugal], 2008.

MOFFATT, Maurice. Postage stamps, past and present, as avenues of learning. *Journal of Education Sociology*. v. 24, n. 2, p. 110-119, 1950.

NUESSEL, Frank. Teaching hispanic culture with postage stamps. *Canadian Modern Language Review*. v. 40, n. 3, p. 429-239, 1984.

_____. Territorial and boundary disputes depicted on postage stamps. *Studies in Latin American Popular Culture*. p. 123-141, 1992.

_____; CICOGLA, Caterina. Postage stamps as pedagogical instruments in the Italian curriculum. *Italica*. v. 69, n. 2, p. 211-213, 1992.

_____. Postage stamps: a pedagogical tool in the second language classroom. *Mosaic, a journal for teachers*. v. 3, n. 2, p. 12-17, 1996.

OGLETTREE, Shirley Matile; MERRITT, Sara; ROBERTS, John. Female/Male portrayals on U.S postage stamps of the Twentieth Century. *Communication Research Reports*. v. 11, n. 1, p. 77-85, 1994.

PROLLA, João Carlos. *História de la Patología y de la Filatelia*. Oitavo Congreso Virtual Hispanoamericano de Anatomía Patológica. 2006.

RAPPOPORT, Zvi. Chemistry on stamps (Chemophilately). *American Chemical Society*, v.25, n. 1, p. 24-31, 1992.

RAENTO, Pauliina. Communicating Geopolitics through postage stamps: the case of Finland. *Geopolitics*. v. 11, p. 601-629, 2006.

_____. Tourism, nation, and the postage stamp: examples from Finland. *Annals of Tourism Research*, v. 36, n. 1, p. 124-148, jan. 2009.

RAENTO, Pauliina. BRUNN, Stanley D. Visualizing Finland: postage stamps as political messengers. *Geografiska Annaler*. v. 87, n. 2, p. 145-163, 2005.

REID, Donald. The symbolism of postage stamps: a source for the historians. *Journal of Contemporary History*. v. 19, n. 2, p. 223-249, 1984.

ROBERTS, Peters J. Philatelic materials in archival collections. *American Archivist*. v. 70, n. 1, p. 70-92, 2007.

SATCHELL, Stephen; AULD, J. F. W. Collecting and Investing in stamps. In: SATCHELL, Stephen. *Collectible investments: for the high net investor*. Oxford; Burlington: Linacre House; Elsevier, 2009. p. 215-230.

SCOTT, David. National icons: the semiotics of the French stamp. *French Cultural Studies*. n. 3, p. 215-234, 1992.

_____. *European stamp design: a semiotic approach to designing messages*. London: Academy, 1995.

_____. Indexical/iconic tensions: the semiotics of the postage stamp. *Semiotics of the Media*. New York: Mouton De Gruyter, 1996, p. 191-201.

_____. The semiotics of the *lieu de mémoire*: the postage stamp as a site of cultural memory. *Semiotica*. v. 142, n. 1-4, p. 107-124, 2002.

STOETZER, Carlos. *Postage stamps as propaganda*. Washington: Public Affairs, 1953.

ANEXO A - Tipos de Documentos Filatélicos e suas definições

Aéreo - Destinado à correspondência transportada por avião.

Auxiliar - Utilizado por Correios semi-oficiais ou particulares autorizados.

Beneficente - É emitido em favor de entidades filantrópicas, eventos e auxílio a catástrofes. São conhecidos também como "Sobretaxa Obrigatória".

Blocos – Conjunto de um ou mais selos impressos em pequena folha, picotados ou não, que pode ser usado no todo ou em parte no porteamento da correspondência.

Cadernetas – Pequenas folhas de selos reunidas sob um mesmo pacote.

Clássico - Emitido entre 1840 e 1875.

Comemorativo - Comemora um fato, uma data, uma personalidade. Tem tiragem e período de validade fixado antecipadamente. Tem elementos verbo-visuais característicos que o diferencia de qualquer outro tipo de selo.

De atraso - Leva um carimbo com a iniciais D.H. (Depois da Hora).

Deficiência de Porte - Aplicado em missivas postais taxadas insuficientemente. Também conhecido como "Taxa Devida". Foi utilizado no Brasil até 1949.

Depósito - Utilizado quando da emissão dos Vales Postais.

Envelope de 1º dia de Circulação – Trata de um envelope, com uma ilustração relativa ao motivo de emissão, confeccionado especialmente para acompanhar a emissão de um selo postal. Em inglês se chama 'First Day Cover' (FDC), nomenclatura internacionalmente utilizada.

Instrução - Sem valor postal, foram utilizados no Brasil (1918), exclusivamente, como forma de treinamento de pessoal.

Fiscal - Utilizado pelo Estado como forma de controlar a arrecadação de impostos. Conhecidos também como "estampillas".

Fluvial - Utilizado pela companhia que operava em rios de longo curso. Também denominados "Marítimos".

Folhinhas – Peça oficial (ECT) ou particular, desde que autorizada. Ilustrada, traz os dizeres do motivo da emissão e não pode ser utilizada para franquear missivas postais.

Guerra – Selo especialmente emitidos para um período de Guerra. No caso do Brasil, foram emitidos selos no período da Guerra do Paraguai (1865).

Inteiros Postais – É um conjunto de envelopes nos quais já vem impresso o valor do porte sob a forma de selo-fixo. Exemplo: Carta-Bilhete, Bilhete Postal, Cintas etc.

Jornal - Utilizado para portear jornais e periódicos.

Local - Utilizado para franquear missivas postais dentro de uma mesma região.

Máximos Postais – Peça composta de três elementos: o selo, o cartão-postal e o carimbo.

Militar - De uso exclusivo das Forças Armadas, especialmente em tempo de guerra.

Moeda - Utilizado em momentos emergenciais, pelo Estado, transformando-os em moeda divisionária.

Oficial - Utilizado pelo Estado com uma sobrecarga especial. No Brasil surgiram em 1901 e foram recolhidos em 1920.

Ordinário - Utilizado em uso comum, não limitados no tempo e na sua quantidade. Geralmente são pequenos e tem como estampa cifras, efígies e brasões.

Pirata - Emitido por instituição ou país não reconhecido.

Pontifício - Circulou dentro dos Estados Pontifícios.

Pré-Filatélico – Missivas postais circuladas após a emissão do Olho de Boi, em 1843, em localidades distintas do Rio de Janeiro.

Provisório - Emitido como sobrecarga para suprir algum valor que faltava.

Selo-Etiqueta - Tanto os selos autômatos quanto os semi-autômatos, são selos etiquetas gomados, instalados nas máquinas do correio, que por ação do usuário, imprimem o valor facial.

Semi-Postal - Apresenta uma sobretaxa destinada à obras assistenciais, por exemplo.

Sobre-Selo - Na sua estampa retrata outro selo.

Telégrafos – Selos produzidos para utilização nos telegramas, a partir de 1869, no Brasil.

Fonte: (MACHADO; QUEIROZ, 1994, adaptação e atualização nossa).

ANEXO B - Brasil, Ministério das Comunicações, Portaria nº 500, 8.11.2005

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, resolve:

Art. 1º Estabelecer os critérios e procedimentos para a elaboração do Programa Anual de Selos Comemorativos e Especiais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

Art. 2º Para os fins desta Portaria são adotadas as seguintes definições:

I - Programa Anual de Selos Comemorativos e Especiais -programação que contém informações sobre os selos comemorativos e especiais a serem emitidos no decorrer do ano;

II - Selo Comemorativo - selo postal de tiragem limitada, alusivo à comemoração de data de destaque no segmento sócio-cultural, com repercussão nacional ou internacional;

III - Selo Especial - selo postal temático não-comemorativo, de tiragem limitada; IV - Tema - assunto ou argumento de onde são extraídos e definidos os motivos focalizados nos selos postais, conforme especificado no art. 3º desta Portaria;

V - Motivo - é a especificação de um tema, representada no selo pelas imagens e informações que o compõem;

VI - Emissão - é o ato de colocar em circulação, por meio do respectivo lançamento, o selo postal produzido; e

VII - Edital - impresso destinado a divulgar o lançamento dos selos postais, contendo informações sobre motivo, detalhes técnicos e descrição de elementos que compõem as respectivas imagens.

Art. 3º As emissões de selos comemorativos ou especiais deverão ser alusivas aos seguintes temas:

I - **eventos ou manifestações** culturais, artísticas, **científicas** e esportivas **de repercussão nacional ou internacional, que apresentem interesse temático**;

II - acontecimentos históricos;

III - ação governamental;

IV - **personalidades**;

V - Chefes de Estado;

VI - atletas que obtiverem a primeira colocação nos Jogos Olímpicos da Era Moderna, promovidos por inspiração do Barão Pierre de Coubertin;

VII - **ganhadores de Prêmio Nobel**;

VIII - preservação do meio ambiente;

IX - aspectos do turismo nacional; e

X - valores da cidadania, direitos humanos e outros assuntos relacionados ao bem-estar da humanidade.

Art. 4º As propostas para a emissão de selos serão captadas pela ECT, junto à sociedade civil e aos órgãos governamentais, até o dia 1º de junho de cada ano, devendo estar acompanhadas de histórico com justificativa para a emissão pretendida, bem como de sua importância no contexto nacional ou internacional.

Art. 5º A ECT procederá a prévia análise das propostas recebidas, selecionando aquelas que atendam as disposições constantes do art. 3º desta Portaria e às seguintes condições:

I - acontecimento histórico somente poderá ser assinalado pela emissão de selo, a partir do advento de seu centenário;

II - selo homenageando personalidade deverá ser emitido, preferencialmente, no aniversário de nascimento do homenageado, evitando-se referência à data fúnebre;

III - **poderão ser homenageados em selo postal, em vida**, somente os Chefes de Estado, **os ganhadores de Prêmio Nobel** e os atletas citados no inciso VI do art. 3º desta Portaria, observado ainda:

a) o Chefe de Estado será homenageado somente após o término do seu mandato ou conjunto de mandatos consecutivos; e

b) os atletas e os ganhadores de Prêmio Nobel poderão ser homenageados **em até um ano após a ocorrência da premiação**;

IV - aniversário de cidade somente poderá ser focalizado em selo a partir do tricentenário, levando-se em consideração a importância da cidade no contexto econômico, histórico e sócio-cultural do País;

V - emissões homenageando acontecimento histórico, personalidade e aniversário de cidade, já contemplados com selos comemorativos ou especiais, somente poderão ser realizadas com um intervalo mínimo de cem anos; e

VI - instituições privadas, de caráter político ou religioso, e pessoas jurídicas de direito privado não poderão ser homenageadas com a emissão de selo comemorativo ou especial.

Art. 6º As propostas selecionadas serão submetidas, pela ECT, à Comissão Filatélica Nacional - CFN para a eleição dos motivos que comporão o Programa Anual de Selos Comemorativos e Especiais do exercício posterior ao ano em curso.

Art. 7º A eleição dos motivos que comporão o Programa Anual de Selos Comemorativos e Especiais será realizada pela CFN, a cada ano, no mês de julho, mediante o exame das propostas selecionadas pela ECT, considerados os seguintes critérios:

I - originalidade;

II - exploração de inovações estéticas e filatélicas;

III - utilização de inovações técnicas, como recurso tecnológico avançado de impressão de selo, a exemplo das emissões com aroma ou com a aplicação de efeitos holográficos;

IV - aceitação do mercado; e

V - ineditismo nos contextos nacional e internacional.

Art. 8º Serão convidados pela ECT a compor a CFN, representantes de órgãos do Poder Executivo, da Casa da Moeda do Brasil - CMB, da Federação Brasileira de Filatelia - FEBRAF, da Associação Brasileira de Comerciantes Filatélicos - ABCF e da Associação Brasileira de Jornalistas Filatélicos - ABRAJOF.

§ 1º A ECT poderá convidar representantes de outras entidades.

§ 2º A ECT designará dois membros da Empresa para compor a CFN, com as atribuições de Presidente e de Secretário.

§ 3º Compete ao Ministério das Comunicações aprovar a composição da CFN, considerando os membros escolhidos pela ECT.

§ 4º A reunião da CFN com vistas à eleição dos motivos poderá ser realizada pessoalmente ou com o auxílio de mecanismos eletrônicos, por meio de teleconferência ou de videoconferência.

§ 5º Caberá à ECT prestar assessoria técnica à reunião da CFN, mediante a designação de empregados da área de filatelia ou de técnicos da Empresa, de notório saber em assuntos filatélicos, bem como gerenciar a sistemática de eleição dos motivos.

§ 6º A eleição dos motivos deverá ser referendada pela ECT.

Art. 9º O Programa Anual de Selos Comemorativos e Especiais será elaborado pela ECT, com base nos motivos eleitos pela CFN, e submetido, até 31 de julho de cada ano, à aprovação do Ministério das Comunicações.

Parágrafo único. A decisão quanto à aprovação do Programa Anual de Selos Comemorativos e Especiais deverá ocorrer até 31 de agosto de cada ano.

Art. 10. O Programa Anual de Selos Comemorativos e Especiais deverá conter o máximo de quinze motivos, ressalvadas as disposições do parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. O Ministério das Comunicações poderá promover a inclusão de motivos, até o limite de vinte por cento do total eleito pela CFN, ou a exclusão destes, em casos excepcionais de relevância nacional e que venham a ocorrer após a aprovação do Programa Anual de Selos Comemorativos e Especiais.

Art. 11. Caberá à ECT definir as características técnicas, os valores faciais, as tiragens e os critérios de criação, produção e comercialização dos selos comemorativos e especiais, bem como o local e a data dos lançamentos desses produtos.

Art. 12. A ECT publicará edital para cada emissão, como forma de divulgar o lançamento dos selos postais comemorativos e especiais.

Art. 13. A propriedade e o direito de reprodução das imagens, bem como de obra-de-arte e da artefinal, especialmente elaboradas para ilustrar selos, pertencem à ECT.

Parágrafo único. A utilização de imagem dos selos postais comemorativos e especiais somente poderá ocorrer com a autorização da ECT, observadas as restrições de qualidade e segurança, além dos dispositivos do Código de Ética de Impressores de Selos filiados à União Postal Universal - UPU.

Art. 14. Caberá à ECT estabelecer os procedimentos operacionais necessários à aplicação desta Portaria.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria MC nº 818, de 17 de julho de 1996, e a Norma no 10/96, por ela aprovada.

HÉLIO COSTA - MINISTRO DAS COMUNICAÇÕES

ANEXO C - Autorização de uso do conteúdo do Catálogo de Selos Brasil - 2008



São Paulo, 28 de julho de 2009

Ao Sr. Prof. Diego Salcedo

Autorização

Autorizo ao Sr. Diego Salcedo a utilizar as imagens constantes no Catálogo de Selos do Brasil da Editora RHM Ltda, 56ª Edição, necessárias à sua dissertação de Mestrado na Universidade Federal de Pernambuco-UFPE.

Esperamos que o trabalho tenha ampla divulgação nos meios acadêmicos e desde já sentimo-nos honrados em poder auxiliar o Professor Diego Salcedo em seu trabalho.

O autor e editor

Peter Meyer

*Autor e editor dos Catálogos de Selos e História Postal do Brasil.
Sócio da American Philatelic Society (APS), do Club de Monte-Carlo de
l'Elite de la Philatelie-Mônaco e da Royal Philatelic Society London.
email: peter@oselo.com.br - tel: +5511 2577 1713.*